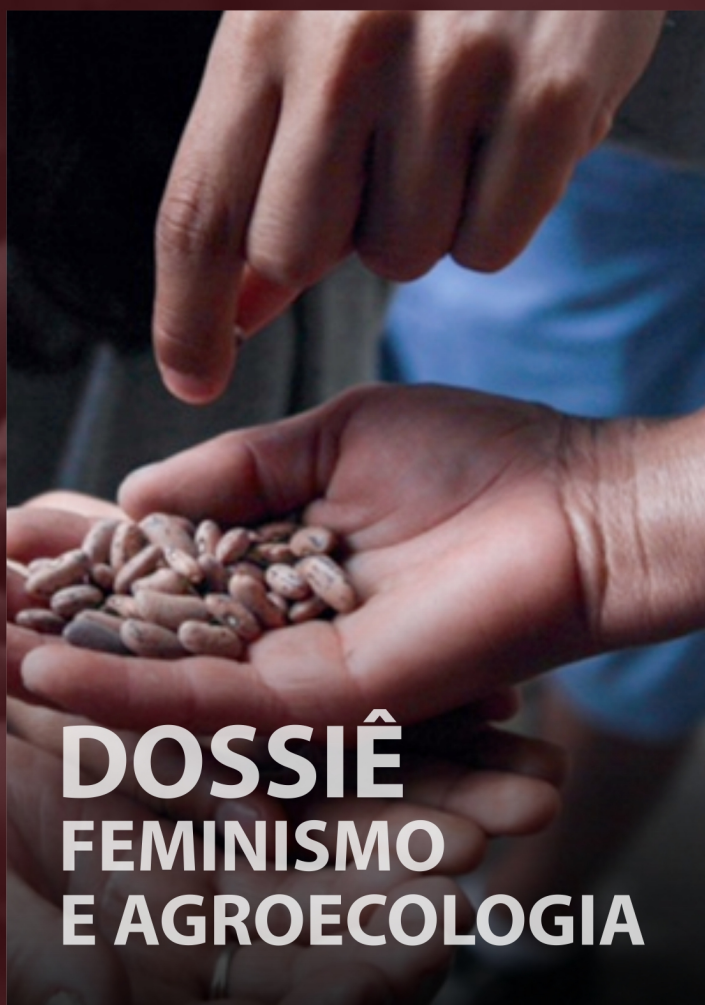


REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

*Publicação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade
Federal Rural de Pernambuco*



DOSSIÊ FEMINISMO E AGROECOLOGIA



Organizadoras: Dr^a Andrea Lorena Butto Zarzar
Dr^a Laeticia Medeiros Jalil

Ano VIII, volume II, número 15 – Jul – Dez, 2019.

ISSN: 2446-6662 – Versão Eletrônica ISSN: 2316-977X – Versão Impressa



REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

Publicação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal
Rural de Pernambuco

DOSSIÊ

Dossiê Feminismo e Agroecologia

Organizadoras: Dr^a Andrea Lorena Butto Zarzar
Dr^a Laeticia Medeiros Jalil

Ano VIII, volume II, número 15 – Jul – Dez, 2019.

ISSN: 2446-6662 – Versão Eletrônica
ISSN: 2316-977X – Versão Impressa



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

INDEXADORES

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE está indexada as seguintes bases:

Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org)

Latindex (<http://www.latindex.unam.mx/index.html>)

Periódicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br)

Diadorin (<https://diadorim.ibict.br/>)

Foto da capa:
Rafaela Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

C122 Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE / Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. Ano VIII, v. II, n. 15 (jul./dez. 2019). – Recife: EDUFRPE, 2019.
138 p. : il.

Este volume: Dossiê: Feminismo e agroecologia / organizadoras: Andrea Lorena Butto Zarzar
Laeticia Medeiros Jalil.
ISSN 2446-6662

1. Ciências Sociais – Periódicos I. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais II. Sousa, Andrea Lorena Butto Zarzar, Laeticia Medeiros Jalil, orgs

CDD 300



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Reitora:

Professora Dra. Maria José de Sena

Vice-reitor:

Professor Dr. Marcelo Brito Carneiro Leão

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG

Professora Dra. Maria do Socorro de Lima Oliveira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG

Professora Maria Madalena Pessoa Guerra

Pró-Reitoria de Atividades de Extensão – PRAE

Professora Dr. Ana Virgínia Marinho

Pró-Reitoria de Administração – PROAD

Professor Dr. Mozart Alexandre Melo de Oliveira

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil – Progest

Professor Dr. Severino Mendes de Azevedo Júnior

Pró-Reitoria de Planejamento – Proplan

Carolina Guimarães Raposo

Departamento de Ciências Sociais (DECISO)

Diretora Professora Dr^a Andrea Lorena Butto Zarzar

REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS COMISSÃO EDITORIAL

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

Dr^a Andrea Lorena Butto Zarzar – UFRPE

Dr Roberto Mauro Cortez Motta – UFPE

Dra Renata Menasche – UFRGS

Dr^a Ellen Fensterseifer Woortmann – UNB

Dr^a Madian de Jesus Frazão Pereira - UFMA

EDITOR

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

DIAGRAMAÇÃO

Luana Oliveira Magalhães



SUMÁRIO

EDITORIAL.....05

ENTREVISTA

FEMINISMO E AGROECOLOGIA

Emma Siliprandi.....**11**

DOSSIÊ

AGROECOLOGIA, UMA CIÊNCIA “NORMA(L)CHO SOBRE AS ESCRITURAS CIENTÍFICAS, O ANDROCENTRISMO

Héloïse Prévost.....**25**

AÇÕES DE SOLIDARIEDADE FEMINISTA: RELATO DE UMA PRÁTICA INTERNACIONALISTA DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Maria Adriana Vieira das Graças

Andréa Cristina Soares Costa.....**53**

MULHERES, GÊNERO E AGROECOLOGIA NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

Antonia Geane Costa Bezerra

Marta Soler

Irene García Rocés

Andrea Lorena Butto Zarzar.....**66**

CADERNETA AGROECOLÓGICA: A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE

Laeticia Jalil

Luana Cristine Silva

Jannah Oliveira.....**98**



**A PERCEPÇÃO SOBRE OS QUINTAIS RURAIS POR MULHERES
AGRICULTORAS DO SERTÃO DO PAJEÚ- PE**

Nara Nara Pinilla

Maria do Socorro Lima Oliveira.....126

**ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE**

.....137



EDITORIAL

DOSSIÊ FEMINISMO E AGROECOLOGIA

O *Dossiê Feminismo e Agroecologia* da Revista Cadernos de Ciências Sociais que ora vem a público resulta de pesquisas de pós-graduação realizadas na região Nordeste envolvendo instituições locais e estrangeiras com as quais a UFRPE mantém colaboração, a diálogo deste dossiê com outros países também está presente com artigo de uma pesquisadora francesa estudiosa dos processos de construção do conhecimento feminista agroecológico e de uma rica entrevista que analisa essa trajetória na história recente do nosso país, os desafios teóricos mas também políticos diante da atual conjuntura de avanços do conservadorismo no Brasil. Os distintos temas e abordagens indicam como esta agenda é atual e de ampla inserção acadêmica.

O referido dossiê expressa também uma forte atuação acadêmica na agroecologia do Departamento de Ciências Sociais (DECISO), que está integrado em cursos de graduação e pós-graduação na área, mantém presença em associações científicas nacionais e internacionais, grupos de pesquisa locais e interinstitucionais, e sede do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia que realizamos em abril de 2019 com a participação de mais de 500 participantes entre acadêmicas, movimentos sociais, extensionistas. Essa inserção faz deste dossiê expressão de um cotidiano do fazer acadêmico.

O dossiê tem início com a entrevista a Emma Siliprandi, uma das pesquisadoras responsáveis pela inauguração desta área de estudos no Brasil. Nela, as leitoras e leitores, podem além de conhecer um pouco sobre a trajetória desta militante, pesquisadora e gestora de projetos internacionais, encontrar uma reflexão sobre a indissociabilidade da agroecologia e do feminismo, uma análise da escassa institucionalização desta agenda na formação acadêmica no mundo, e a sua percepção de temas necessários mas ainda pendentes na agenda acadêmica deste campo de estudos, tais como, a da proposição do feminismos camponeses, o racismo, o colonialismo e a violência. Por fim podemos conhecer suas reflexões sobre o momento da pandemia do Covid 19 e suas interfaces com uma conjuntura tão nuançada com os conflitos políticos e desigualdades que se aprofundam neste período.

Na direção das reflexões sobre o conhecimento acadêmico no campo da agroecologia, o artigo *Agroecologia, uma ciência “norma(l)cho sobre as escrituras científicas, o androcentrismo* nos brinca uma rica reflexão baseada na sociologia das ausências problematizando as análises sobre a trajetória dos estudos da agroecologia. A provocação realizada pela autora ao denomina-la de ciência norma(l)cho revela como há uma forte invisibilidade das reflexões



teóricas das mulheres acadêmicas na agroecologia, acionadas por distintos mecanismos de exclusão tais como o efeito Mathilda e as formas de citação científica e bibliométrica. Indica também como essas práticas acadêmicas se associam à restrita importância outorgada ao feminismo agroecológico por importantes referências teóricas deste campo de estudos.

Os demais artigos aqui reunidos nos apresentam pesquisas realizadas no Nordeste, com predominância em territórios sertanejos, tratam-se de produções acadêmicas que abordam uma diversidade de temas e se conectam de forma estreita com a autonomia econômica e a ação coletiva de movimentos sociais de mulheres que integram o movimento agroecológico no país.

Apresentam-se aqui reflexões baseadas na teoria feminista, especialmente nas interfaces existentes entre o ecofeminismo, a economia feminista, ecologia política e a linguística. Atravessam distintos campos disciplinares: as ciências sociais, mas também as ciências agrárias, a economia e letras.

Tratam-se de estudos engajados com a transformação da realidade, apontam mudanças e processos de resistências frente ao modelo agroalimentar hegemônico. Questionam as relações de poder que se expressam nas desigualdades de acesso aos bens comuns - a água e a terra, nas distintas formas de violações de direitos, na divisão sexual do trabalho ao problematizar o trabalho doméstico e de cuidados, os conflitos de gênero na gestão dos bens comuns e da agrobiodiversidade, mas também na ação coletiva de movimentos sociais agroecológicos e a violência sexista. Mostram as fissuras e possibilidades de mudanças econômicas estruturais, mas também simbólicas, políticas e culturais.

As autoras indicam as contribuições das mulheres na construção de um modelo sustentável de agricultura que garante a segurança e soberania alimentar, a preservação da biodiversidade, a partir de um olhar atento aos quintais como expressão dos espaços-tempos das mulheres, seus significados e desafios.

O Dossiê apresenta inicialmente dois artigos envolvendo pesquisas realizadas no estado do Rio Grande do Norte, o primeiro deles envolvendo reflexões a partir do feminismo sobre comercialização numa experiência de feira constituídas por famílias em transição agroecológica, e o segundo sobre resistência feminista frente ao agro e hidronegócio a partir de palavras como agentes de memória e conflitos e os outros dois num mesmo território de Pernambuco – o sertão do pajeú - região de forte atuação do movimento agroecológico com um rico registro da experiência de pesquisa-ação do projeto Cadernetas Agroecológicas.

O artigo *Ações de Solidariedade Feminista: relato de uma prática internacionalista da Marcha Mundial das Mulheres* nos apresenta um rico registro de ação de resistência coletiva protagonizado por esse movimento de



mulheres contra o agronegócio e o hidronegócio na Chapada do Apodi com o Projeto Irrigado Santa Cruz do Apodi (PISCA), um consórcio de empresas transnacionais e parceria com o governo federal por meio do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) do Ministério da Integração que desapropriou terras de comunidades rurais de agricultoras/es familiares, afetou áreas da reforma agrária e desorganiza exitosas experiências agroecológicas e de convivência com o semiárido.

O artigo nos apresenta um breve histórico da Marcha Mundial das Mulheres, das ações desenvolvidas no dia 24 de abril Dia Internacional de Solidariedade Feminista e em particular da marcha realizada em 2012 nas margens da BR 405 com a participação de 2 mil mulheres que findaram a manifestação com a troca de placas das obras do projeto por uma outra contra o “projeto da Morte do DNOCS”. Uma forma simbólica de luta que também ganhou respaldo nacional e internacional das redes sociais com a campanhas “#Somos Todas Apodi”.

O artigo discute a relação multisemiótica entre as placas, e se apoia na reflexão de Bakhtin sobre a posição responsiva dos ouvintes e o questionamento da ideia de neutralidade linguística, a impossibilidade de desvencilhar os enunciados e manifestações discursivas da interação entre os interlocutores do autor, bem como na compreensão das palavras como agentes e memórias sociais entrelaçadas por uma multidão de fios ideológicos paradoxais entre si como um terreno de conflitos sociais.

Em *Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu* as autoras buscam compreender as relações das mulheres agricultoras com a comercialização em processos de transição agroecológicas a partir de um olhar sobre a feira e a família camponesa, e particularmente uma análise da divisão sexual do trabalho na produção e reprodução e suas relações com as transformações propiciadas pela feira da agricultura familiar.

Indicam um debate conceitual sobre as transformações dos sistemas agroalimentares, da agroecologia como alternativa sustentável para a agricultura e garantia da soberania alimentar como parte de um projeto civilizatório, apoiado em experiências concentradas de organização social que preserva a agrobiodiversidade, afirmam a identidade camponesa, e se sustentam numa racionalidade econômica baseada na economia substantiva em oposição à lógica do mercado.

No desenvolvimento do artigo as leitoras e os leitores podem encontrar uma breve história da agroecologia no Brasil, as suas relações com o feminismo e o ecofeminismo em particular e a economia feminista. O ponto de partida da análise é a do conflito nos grupos domésticos camponeses, um olhar que permite observar hierarquias no acesso aos bens, na produção e na comercialização, bem como uma problematização da agroecologia como uma alternativa real de



superação das relações de poder para além do redesenho das propriedades rurais e da produção agrícola a partir de critérios ecológicos.

Parte da inserção e valorização das mulheres na agroecologia para descrever a história, as relações com as políticas públicas dos governos populares, caracteriza as famílias envolvidas, as relações de parentesco, a constituição de redes de apoio e confiança mútua, a diversidade de relações econômicas sob uma outra economia coexistente embora que não hegemônica.

Analisa-se as relações com o excedente, autoconsumo, formas de obtenção e uso da renda, os consumidores, o cuidado e sustentabilidade da vida, para mostrar os significados da participação na feira e a constituição de novas relações sociais na feira: com a saúde, os saberes, os espaços-tempos das mulheres. Sob a inspiração de Alicia Puleo que propõe a ruptura com os dualismos opressivos mostra as conexões do público e do privado, o gênero e a relação dos ciclos familiares com os usos do tempo, os filhos e a diversidade de relações de trabalho envolvidas, bem como as suas interfaces com a condição e tamanho da terra.

O destaque especial da pesquisa é a reflexão apresentada sobre o acesso e o tamanho da propriedade já que mostra como o poder de gestão que as agricultoras desempenham está relacionado com o tamanho da propriedade, conflitos de gênero do uso da terra apenas diminuem quando só é possível viabilizar uma produção nos quintais. As autoras mostram também como a divisão sexual do trabalho na família permanece inalterada quando do ingresso das mulheres em circuitos monetários propiciados pela feira e como a feira por sua vez não desperta a necessidade de alterar a atual divisão sexual do trabalho revelando que apesar de um espaço protagonizado por mulheres há ainda um longo caminho a ser percorrido para alcançar a igualdade de gênero no processo de transição agroecológica envolvido.

O artigo *Caderneta agroecológica: A contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade* apresenta algumas reflexões a partir dos dados sistematizados das Cadernetas Agroecológicas de mulheres agricultoras agroecológicas do Sertão do Pajeú, Pernambuco, como parte de uma pesquisa nacional desenvolvida pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. A Caderneta Agroecológica é um instrumento político pedagógico pensado para sistematizar a produção protagonizada pelas mulheres rurais e nos permite re/conhecer as lógicas e racionalidades que movem a produção agroecológica das mulheres rurais. Com 4 colunas em que se divide em “o que eu como, o que vendo, o que doo e o que troco”, os dados são anotados pelas próprias agricultoras e ou alguma pessoa próxima delas, nos fornecem um conjunto de elementos que, a partir do diálogo com a economia feminista, a teoria feminista e ecologia política, nos fornece elementos para questionar os padrões



economicistas tradicionais e as leituras sociológicas que não reconhecem as mulheres como produtoras de bens, sobretudo, como geradoras de renda e sujeitos políticos.

Entrecruzando os dados obtidos pelas cadernetas com a leitura dos mapas da biodiversidade e da divisão sexual do trabalho, as autoras apontam algumas questões fundamentais para que possamos ampliar nossos olhares e construir novas questões teóricas, políticas e de pesquisa, quer sejam no campo da economia, da sociologia, da antropologia, e das ciências agrárias. A pesquisa coloca as mulheres rurais, agricultoras agroecológicas como sujeitos centrais nas práticas de cuidado e da garantia da vida. São elas as que garantem as Segurança e soberania alimentar das famílias, dado que parte significativa do que produzem se destina ao autoconsumo, mas também têm um papel indispensável na geração de renda, demonstrando sua contribuição econômica, são guardiãs da agrobiodiversidade, pois manejam espécies animais, vegetais, frutíferas, plantas medicinais, plantas ornamentais, separam e guardam sementes crioulas (animais e vegetais), e por fim, são portadoras de conhecimentos e saberes fundamentais para a transição agroecológica e para a reprodução do agroecossistema e da vida.

O artigo *A percepção sobre os quintais rurais por mulheres agricultoras do Sertão do Pajeú- PE* as autoras trazem um olhar sobre um espaço que historicamente foi invisibilizado e marcado pela lógica da divisão sexual do trabalho, sendo reconhecido como uma ampliação da casa, ou seja, do espaço doméstico, que é considerado o “espaço das mulheres”. Partindo do questionamento desta lógica, as autoras apresentam os distintos usos e percepções dos quintais, mostrando que este também é um espaço marcado pela cultura local, mas que responde as ações e intervenções sociais, políticas e culturais. Também nos mostram que os quintais não são homogêneos, ou seja, um quintal no semiárido brasileiro, não é o mesmo da região amazônica, mas sabe-se que é neste espaço, perto das casas, onde parte significativa da produção para o autoconsumo é realizada, onde os conhecimentos das mulheres são experimentados e partilhados e onde também passa a ser espaço para ação de políticas públicas, como o Programa 1 Milhão de Cisternas –P1MC da Articulação do Semiárido Brasileiro-ASA.

O estudo se desenvolve no Sertão do Pajeú, território marcado pela presença de movimentos sociais, como o Movimento da Mulher Trabalhadora do Sertão Central, Organizações feministas como a Casa da Mulher do Nordeste-CMN e Organizações do campo Agroecológico, fazendo com que seja uma terra fértil para as ações agroecológicas que apontem para outro modelo de desenvolvimento rural.

Para a pesquisa foram realizadas entrevistas com as mulheres acompanhadas pela CMN em que buscou-se compreender a relação estabelecida entre as agricultoras com o quintal, com foco nas suas percepções sobre o espaço



a partir de temas como trabalho, autonomia e conservação da agrobiodiversidade. Algumas das perguntas também abordavam os sentidos e significados dado pelas agricultoras a esse espaço.

A abordagem teórica trazida pela autora para leitura e análise das entrevistas dialoga com a teoria feminista e a economia feminista, onde questões como trabalho e a divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo, esfera pública e privada, apresentam centralidade nas problematizações do texto, mostrando as tensões existentes entre as distintas percepções das mulheres sobre os seus quintais: como espaço de prazer, de trabalho, de trocas, mas também da invisibilidade, da violência e dos conflitos vivenciados cotidianamente pelas mulheres.

Andrea Lorena Butto Zarzar
Laeticia Medeiros Jalil

Uma boa leitura!



FEMINISMO E AGROECOLOGIA

Entrevista com Emma Siliprandi Por Laetícia Jalil e Andrea Butto - UFRPE

Emma Siliprandi é feminista. Formada em Engenharia agrônômica pela UFRGS, mestra em Sociologia Rural na UFPB e doutora em Desenvolvimento Sustentável pela UnB com estágio na Universidade de Valladolid, Espanha. Especialista em Economia do Sistema Agroalimentar (CeFAS, Itália) e em Políticas Agrícolas (UNICAMP). Trabalhou como consultora em diversas instituições internacionais: FAO, PNUD, ONU-Mulheres e União Européia no Brasil e coordenou o Projeto de Cooperação Técnica FAO/MDA. Em 2012-2013, integrou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Entre 2009 e 2014, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (NEPA) UNICAMP. Coordenou o Projeto de apoio às estratégias nacionais e sub-regional de Segurança alimentar e Nutricional (SAN) e de superação da pobreza nos países da América Latina e Caribe no Escritório Regional da FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação em Santiago (Chile). Sempre esteve junto com o movimento de mulheres rurais realizando pesquisas sobre temas importantes como feminismo, ecofeminismo, gênero, segurança e soberania alimentar e políticas públicas, com ênfase no feminismo e agroecologia. Sua tese de doutorado “Mulheres e Agroecologia: A construção de novos sujeitos políticos”, inspirou a realização do documentário *As Sementes* dirigido por Beto Novaes Tem vários artigos publicados e é uma grande referência para pesquisadoras e militantes feministas no Brasil e no mundo. Atualmente trabalha na FAO em Roma e também é professora colaboradora de cursos de Mestrado e Doutorado em Agroecologia (Universidad de Córdoba e Universidad Internacional de Andalucía, Espanha).



Jalil e Butto: Você é uma grande referência nos estudos de gênero e agroecologia no mundo. Fale-nos quais foram suas motivações para iniciar os estudos neste tema.

Emma Siliprandi: Com muito orgulho e carinho reconheço que minhas pesquisas e meu ativismo têm sido uma referência no Brasil e em alguns círculos da América Latina; gosto de pensar que não é apenas um reconhecimento pessoal, mas de todo



um movimento do qual fiz (e faço) parte. Como disse Marielle Franco, “eu sou porque nós somos”. Porém, tenho que admitir que o diálogo com pesquisadoras de outras regiões do mundo ainda é muito inicial. Em parte, porque as realidades são diferentes, em parte pelas dificuldades do idioma, e também porque não é fácil romper a posição subordinada, colonialista, que existe entre o norte e o sul global, também no campo da pesquisa. E isto é uma pena, porque percebo que, apesar das especificidades, a experiência do Brasil é muito rica e tem muito a contribuir – e obviamente também a aprender – com essa interação. Comecei a trabalhar com o mundo rural, como agrônoma, nos anos 1980, e desde o início me dei conta que as agricultoras eram invisibilizadas. Elas tinham uma vida muito difícil, muitas vezes sofriam violências, mas não eram ouvidas, era como se elas fossem cidadãs de segunda categoria. Isso me tocava pessoalmente, porque muitas vezes eu também me sentia assim como profissional. Então, a minha primeira impressão foi de empatia com relação às mulheres rurais, mas, ao mesmo tempo, eu tendia a colocá-las no papel de vítimas, de “coitadinhas”. Depois, à medida que fui me envolvendo com os movimentos, fui conhecendo mulheres líderes que fugiam do estereótipo da submissão; elas enfrentavam a luta contra os patrões, mas também disputavam espaço com os “companheiros”, rompiam expectativas dentro das famílias e das comunidades. E comecei a prestar mais atenção a elas, conversar com elas, entender as suas motivações. Vi também que os grupos de mulheres eram ambientes muito mais acolhedores do que os espaços mistos, eram lugares onde se cuidava umas das outras, se cantava e dançava... ou seja, a vida delas não era só sofrimento. Fui mudando essa minha visão e crescendo junto com elas, nas lutas nas quais elas estavam envolvidas. Então, já nos anos 2000, quando passei a acompanhar o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT-Mulheres da ANA), e comecei meu doutorado, foi natural que essa questão se transformasse em tema de pesquisa. Tive a oportunidade de conviver com lideranças do Brasil inteiro, que estavam há muitos anos nessa construção. Trabalhavam com alimentação saudável, sementes nativas, lutavam contra o uso de agrotóxicos, grandes projetos do agronegócio, e tantas outras questões. E também conheci técnicas, agrônomas e outras assessoras, que iam na mesma direção, enfrentando essas batalhas junto com as agricultoras. E, nessas jornadas, iam reposicionando a questão do feminismo, discutindo também os machismos que enfrentavam no cotidiano, construindo alternativas baseadas no apoio mútuo entre mulheres, a chamada *sororidade*. Mas toda essa força transformadora, essa potência política,



continuava sendo considerada secundária, tanto no setor acadêmico quanto dentro dos movimentos. Uma das muitas decorrências dessa invisibilidade era, por exemplo, a quase inexistência de políticas públicas que atendessem às necessidades das mulheres rurais para poder desenvolver as suas atividades produtivas. Então, tudo foi se juntando: a percepção de uma injustiça social histórica, estrutural, com relação às mulheres rurais; o reconhecimento de que elas estavam se constituindo como sujeitos políticos, com seus conhecimentos e propostas; a falta de estudos e pesquisas nessa área; e mais tarde, depois de 2003, a oportunidade de transformar essas reflexões em políticas concretas que melhorassem as suas condições de vida. Em 2008, fiz um estágio de doutorado na Espanha, na Universidade de Valladolid, com a professora Alicia Puleo, onde pude me aprofundar sobre o Ecofeminismo, um conjunto de teorias que analisa justamente as interconexões que existem entre a exploração da natureza no capitalismo e a opressão das mulheres. Tudo isso foi me levando a trabalhar o tema de forma integrada, buscando entender as razões teóricas e históricas que estavam por trás da invisibilidade dessas mulheres, e também dando voz a elas e às suas organizações. Na prática, juntando o feminismo com a agroecologia. Depois, na FAO, onde estou trabalhando há sete anos, percebi que havia todo um mundo “lá fora”, para além da América Latina, em que as mulheres rurais também enfrentavam lutas semelhantes, com as quais teríamos muito a intercambiar. Para dar um exemplo, seria muito interessante se pudéssemos conhecer melhor a experiência do programa *Zero Budget Natural Farming* (Agricultura Natural Custo Zero), do sul da Índia. É uma proposta que partiu dos grupos de autodefesa das camponesas, que se formaram para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Por conta das dívidas que tinham com intermediários decorrentes da compra de insumos, elas ficavam em uma posição muito vulnerável. Então inventaram formas naturais de produzir sem comprar nada de fora da propriedade, e foram transmitindo os conhecimentos de forma horizontal entre elas. Hoje estão presentes em três mil povoados, atingindo quase 600 mil pessoas. O Governo do Estado de Andhra Pradesh está transformando essa experiência em um programa estatal, e quer atingir seis milhões de camponeses até 2024. É uma história impressionante de auto-organização e inovação tecnológica ambientalmente sustentável, feita totalmente de baixo para cima, com protagonismo das mulheres, e em grande escala. Por outro lado, também poderíamos contribuir na discussão sobre políticas públicas, a partir da experiência do Brasil. Não conheço nenhuma outra política que explicitamente inclua as mulheres rurais como fornecedoras para as



compras públicas, como é o caso da PAA. Da mesma forma, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, fruto de muitas lutas dos movimentos organizados, destaca-se dos programas que existem em outros países pela ênfase que coloca no atendimento às demandas das mulheres. Então vejo que há muito espaço para diálogos e aprendizado conjunto. Mas, obviamente, o Brasil é um país imenso e muito complexo, então se conseguirmos consolidar a articulação de mulheres rurais dentro do país já será um feito enorme.

Jalil e Butto: A partir de 2013 os movimentos de mulheres no Brasil, junto com acadêmicas e militantes do movimento agroecológico lançam o tema: Sem feminismo, não há agroecologia! Pode comentar as intersecções entre feminismo e agroecologia?

Emma Siliprandi: Começemos por uma pergunta simples: quem são os sujeitos da agroecologia? Que pessoas estão envolvidas nos sistemas de produção agroecológicos, vistos em seu conjunto, desde a produção agrícola até o consumo dos alimentos? Se a gente parar para pensar, vai se dar conta que todo mundo está envolvido: mulheres, homens, jovens, pessoas mais velhas. Considerando especificamente o papel das mulheres, vemos que elas aparecem de diversas formas. São produtoras rurais, agroextrativistas, pescadoras, quilombolas. Há também aquelas que constroem a agroecologia a partir de outras instituições, como as universidades, as entidades de assistência técnica, os bancos, as cooperativas, os órgãos públicos, etc. Todas trabalham na produção e na reprodução das famílias, mas – não esqueçamos! – são seres *pensantes*, estudam, experimentam, inventam novas tecnologias, elaboram propostas políticas, se organizam. Porém, como sabemos, elas estão historicamente em situação de desvantagem. No caso das rurais, têm menos acesso à propriedade, a instrumentos de trabalho, a capacitações, a financiamentos. Muitas vezes nem sequer têm renda no seu nome. As urbanas têm menores salários, menos acesso a cargos de chefia, enfrentam duplas e até triplas jornadas de trabalho. Todas sofrem de sub-representação na política, convivem com



restrições à sua liberdade, são alvos de violência, pelo fato de ser mulheres. Isso tem a ver com o fato de que nossas sociedades são patriarcais, ou seja, apesar da aparência de igualdade, a maioria das leis, a cultura, o estado, as religiões, favorecem aos homens. Então os homens hegemonomizam o poder econômico, político e social. E vão se perpetuando nesses papéis graças a construções de masculinidade e feminilidade marcadas pela desigualdade. Ora, a agroecologia não é imune a esses problemas. Então, mesmo entre os movimentos sociais, ocorrem várias situações que se configuram como injustas e opressivas para as mulheres. Por exemplo, o fato de elas não serem reconhecidas como produtoras rurais, ficando relegadas aos papéis de esposas/ajudantes. Os homens são “os produtores”, “os cientistas”, “as referências”. Elas sempre tendem a estar em lugares secundários, e com isso, seus problemas não entram para a pauta política geral da agroecologia. Alguns companheiros, aliás, se sentem ofendidos quando as mulheres levantam essas questões, levando para o lado pessoal. Outros argumentam a agroecologia é baseada na produção familiar, e, portanto, falar de temas de mulheres seria atacar a família, uma instituição “inquestionável”. Mas sabemos que é dentro das famílias que as relações desiguais de poder se estruturam, com consequências graves sobre a vida das mulheres. Recusar-se a discutir esses privilégios obviamente não ajuda a construir uma sociedade mais justa. A agroecologia é uma proposta de mudança nas relações da humanidade com a natureza, em busca de mais harmonia. O mesmo deve existir entre as pessoas que fazem a agroecologia. Não é apenas uma mudança tecnológica, e sim uma mudança de valores, cultural e política. Então reivindicamos a incorporação dos Estudos Feministas entre as bases teóricas que fundamentam a agroecologia, como uma forma de entender porque continuamos perpetuando essas desigualdades, e como fazer para mudá-las. Mas o feminismo vai estar presente (como já está) também pela ação direta das mulheres denunciando essa situação,



onde quer que ela se manifeste, e propondo alternativas. Gosto muito de ver que, depois de muito ativismo das feministas dentro dos movimentos agroecológicos, sobretudo das jovens, além das questões de gênero, nos últimos anos também têm se levantado questões relacionadas com a interseccionalidade, por exemplo, sobre o racismo, do respeito aos direitos das diferentes etnias, à diversidade sexual, entre outras questões. Os movimentos estão sempre se reinventando e obrigando a gente a repensar as nossas práticas cotidianas. Temos que avançar para a construção de um sistema agroalimentar mais justo para todas as pessoas, com base na agroecologia, em que não haja nenhum tipo de exploração ou opressão. Então, para mim, está claríssimo: sem feminismo não pode haver agroecologia.

Jalil e Butto: Qual é a sua percepção da trajetória dos estudos sobre agroecologia feminista no Brasil? Para você quais os desafios da agenda de pesquisa neste campo de estudo?

Emma Siliprandi: No período compreendido entre os anos 1980 e até o início dos anos 2000, a maioria dos estudos nessa área se dedicou à questão da invisibilidade do trabalho produtivo das agricultoras, mostrando que elas estavam envolvidas nessas atividades, mas não eram reconhecidas e não recebiam a remuneração adequada pelo seu trabalho. Se reivindicava o status de trabalhadora/agricultora/produtora rural, como forma de legitimar as suas demandas produtivas (ter acesso à terra, a financiamentos) e também relativas aos direitos sociais, especialmente à previdência. Foi o período das campanhas de sindicalização, pela exigência de ter o seu nome no título da terra, para ter nota de produtora rural. Ao mesmo tempo, começaram a aparecer pesquisas sobre os vários movimentos de mulheres rurais que emergiam: dentro do MST, no sindicalismo rural, os movimentos autônomos de mulheres, as quebradeiras de coco babaçu, as



mangabeiras, entre outros. Sempre com o foco na visibilidade, mostrando que elas existiam, quais eram as suas lutas, como se organizavam, mas também começando a reconhecer que elas tinham propostas políticas diferenciadas – o que, diga-se de passagem, não é ruim em uma democracia. Digo isso porque, muitas vezes, sinto que há uma pressão sobre o conjunto dos movimentos de mulheres, para que se unifiquem de uma forma artificial, desrespeitando o sagrado direito à diferença política. Como se ser parte do sujeito político “mulher” (ou “mulher rural”, neste caso) obrigasse todas a pensar da mesma maneira. A partir dos anos 2000, surgem as Marchas das Margaridas, com enorme impacto na agenda política brasileira, pressionando os governos por reivindicações específicas. Desde o início, as Margaridas levantaram pautas relacionadas com a agroecologia e com a agricultura sustentável, o que veio a dar origem, alguns anos mais tarde, à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. As mobilizações em si mesmas também passaram a ser objetos de pesquisa, desde o nível local até as marchas em Brasília. Ao mesmo tempo, começaram a surgir estudos de caso enfocando os resultados das políticas que, pouco a pouco, vinham sendo implementadas. Creio que os estudos reunidos nas coleções do Premio Margarida Alves (2006; 2007; 2008 e 2014, este último dedicado ao tema Agroecologia) e do Premio ABA-MDA Territórios Quilombolas (2006), editadas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, dão uma boa ideia da pauta de pesquisa daquele período. Se formos revisitar os encontros e congressos de economia e sociologia rural daquela época, assim como aqueles específicos de agroecologia¹, vamos encontrar temas semelhantes. Mais recentemente, ganhou importância o estudo da contribuição econômica das

¹ Por exemplo, os Encontros Nacionais de Agroecologia - ENA, e os Congressos da ABA-agroecologia; ou os encontros da Rede de Estudos Rurais, os congressos da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, da Associação Latino-americana de Sociologia Rural - ALASRU, entre outros.



mulheres à produção familiar, usando elementos da Economia Feminista. A primeira dessas iniciativas foi o Projeto das Cadernetas Agroecológicas, iniciado pelo Centro de Tecnologia Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em 2011, em Minas Gerais, e que veio sendo aperfeiçoado até vir a ser adotado por organizações em todo o Brasil. As Cadernetas deram visibilidade à contribuição dos quintais produtivos das mulheres para o conjunto da propriedade, uma reivindicação que as rurais levantavam há muito tempo. Hoje as Cadernetas vêm sendo consideradas uma ferramenta útil também em outros países, pois permite dar valor ao chamado trabalho oculto realizado pelas mulheres, não só na produção mercantil, mas também nos produtos voltados para o autoconsumo das famílias. Em 2017, a ASPTA publicou o Método LUME², para a Análise Econômico-ecológica de Agroecossistemas, em que se incluiu o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres como parte integrante da sua avaliação. Essa medida é importante para discutir a carga de trabalho das mulheres nas famílias, assim como para evidenciar a contribuição dos trabalhos de reprodução para a sustentabilidade das propriedades (algo que até então não vinha sendo discutido). Por outro lado, em 2019 a FAO publicou também uma metodologia para medir a performance das experiências agroecológicas, chamada TAPE (*Tool for the Agroecology Performance Evaluation*)³ na qual se incluiu, entre os principais indicadores, uma série de itens sobre a autonomia das mulheres. Ou seja, as experiências serão caracterizadas não apenas por critérios econômicos ou ambientais (como a renda da família, a qualidade dos solos ou da biodiversidade), mas também por descritores que permitam avaliar os avanços ocorridos na vida das mulheres (como por exemplo, o acesso à terra, à renda própria, a capacitações, entre outras questões). Todos esses

² <http://aspta.org.br/2015/05/25/metodo/> ³ <http://www.fao.org/3/ca7407en/ca7407en.pdf>

³ <http://www.fao.org/3/ca7407en/ca7407en.pdf>



avanços em termos de pesquisa vão permitir consolidar a visão sobre a contribuição das mulheres para a agroecologia, não apenas do ponto de vista econômico, mas também desde outras dimensões da sustentabilidade. Da mesma forma, vão trazer insumos para discutir as relações entre produção e reprodução, tomando como base indicadores semelhantes, testados em diferentes contextos. Vejo essas metodologias como muito promissoras, embora ainda estejam apenas começando a ser aplicadas. É interessante lembrar que a inclusão dos Estudos Feministas nas pesquisas em agroecologia também tem ocorrido em outras regiões do mundo, em parte graças à militância das mulheres, como foi comentado na pergunta anterior. O lema "sem feminismo não há agroecologia", lançado no Brasil em 2013, rapidamente foi se internacionalizando, tendo sido assumido não apenas na América Latina (como é o caso do MAELA - *Movimiento Agroecológico Latinoamericano*), mas também em articulações globais. Um exemplo é o documento publicado pelo Mecanismo da Sociedade Civil do Conselho Mundial da Alimentação, da ONU, em 2019, intitulado: "*Without Feminism there is no Agroecology*"⁴. Porém, em termos de instituições de ensino e pesquisa, infelizmente, ainda há muito a melhorar. Em um estudo recente promovido pela FAO em nível mundial sobre o ensino formal de agroecologia em nível superior (graduações, mestrados e doutorados)⁵ se chegou a que apenas 15 cursos (em um total de 153, ou seja, 10%) tinham disciplinas ou áreas de pesquisa em temas de gênero/feminismo. Os temas de gênero/feminismos estão mais presentes, em geral, nos Cursos de Ciências Sociais do que nos Cursos de Agroecologia, vinculados na maioria das vezes às Ciências Agrárias/Ambientais,

⁴ http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2019/10/CSM-Agroecology-and-Feminism-September-2019_compressed.pdf

⁵ Acosta, Lucía. Mapeo de Agroecología en la Educación Superior. FAO, Roma, 2020 (em publicação).



pouco abertas a esta temática. O Curso de Mestrado e Doutorado em Agroecologia da *Universidad Internacional de Andalucía* (UNIA), na Espanha, muito conhecido em toda a América Latina, foi um dos pioneiros nesta linha. Desde 2011 oferece um módulo sobre Feminismo e Agroecologia, que originou muitas teses e dissertações sobre esses temas, algumas das quais tive o privilégio de orientar. Em quanto a uma agenda de pesquisa pendente no Brasil, creio que nos falta ainda aprofundar teoricamente o que poderia ser um feminismo camponês e popular, como vem sendo proposto por alguns setores ligados à Via Campesina, fazendo um diálogo mais próximo com teóricas latino-americanas que se situam numa visão *decolonial*. Não é a mesma coisa ser indígena ou camponesa na Guatemala, na região Andina, ou no Brasil. O que temos a aprender com as nossas *hermanas*? Como impacta entre nós a questão da colonização do saber? O Brasil é um país imenso, com tantas diversidades regionais quanto os biomas existentes. Como combinar essas diferentes visões e culturas em um projeto feminista e agroecológico que seja capaz de contemplar todas essa diversidade? Por outro lado, vejo algumas lacunas mais imediatas, como é o caso, por exemplo, do racismo. Até agora, quando falamos de racismo no campo, em geral, se faz referência às comunidades quilombolas. Mas, no campo, nem todas as pessoas negras são quilombolas. Qual a situação vivida por essas pessoas? Será que têm acesso aos mesmos bens e serviços que as pessoas brancas? Vivem especificidades, discriminações? Como isso se manifesta? Qual a vivência das mulheres negras dentro movimentos agroecológicos? Vejo aqui e ali algumas jovens pensadoras sobre esse tema, em geral negras, com ideias muito instigantes, como por exemplo, sobre as dificuldades na construção da sua autoestima por conta da existência de uma cultura de desvalorização, inclusive intelectual, das pessoas negras. Como então favorecer práticas ou experiências que se contraponham a esta desvalorização? Penso que ainda são temas



insuficientemente abordados, seja nos setores acadêmicos, seja nos movimentos. Uma terceira questão sobre a qual tampouco se têm muitos estudos é o tema da violência contra as mulheres rurais. Durante anos essa questão foi silenciada, deixando a impressão de que era um tema exclusivamente urbano. Quando a Lei Maria da Penha entrou em vigor, em 2006, muitos movimentos rurais viram ali uma oportunidade de tornar pública a situação vivida por elas. Porém, ainda hoje carecemos de informações e análises que permitam pensar um programa efetivo de prevenção e eliminação desse inaceitável problema social. Tampouco sabemos em que medida o envolvimento com experiências agroecológicas pode ser um fator de minimização (ou não) dessa violência.

Jalil e Butto: Na atual conjuntura de ofensiva da ultradireita no mundo e dos avanços das corporações transnacionais no campo dos sistemas agroalimentares, quais são os desafios para este campo de estudos e de ativismo político?

Emma Siliprandi: Estamos em plena crise mundial do Covid-19, que não sabemos ainda quanto tempo vai durar, e que consequências trará para a disputa dos projetos políticos no campo. Mas já é possível intuir que não será uma batalha fácil. Nos países em que políticas mais duras de confinamento foram adotadas (como a Itália e a Espanha, por exemplo), vimos que houve um favorecimento brutal dos governos aos setores empresariais da alimentação, com pouco ou nenhum apoio à agricultura familiar e muito menos aos setores vinculados à agroecologia. Pelo contrário, na maioria dos lugares, feiras e mercados em locais abertos foram proibidos; dificuldades foram impostas aos esquemas alternativos de comercialização, como os grupos de compra solidária; pessoas chegaram a ser impedidas de trabalhar nas suas hortas familiares ou coletivas, caso se localizassem a mais de 500 m das residências. Colocou-se fortes empecilhos às iniciativas autônomas de auto abastecimento e de



economia solidária, deixando a maioria dos consumidores urbanos nas mãos dos grandes supermercados. Por outro lado, muitos produtores e produtoras rurais perderam a produção, por não poder se deslocar até as áreas de cultivo, ou ficaram sem fontes de renda, por falta de canais de escoamento. Infelizmente, as ajudas econômicas para compensar essas perdas, quando existem, são sempre muito menores do que os prejuízos sofridos. Em geral, fiquei com a impressão de que estamos ainda longe de ter o reconhecimento, por parte de setores urbanos, sobre o papel que podem cumprir as experiências agroecológicas, por exemplo, no abastecimento alimentar das cidades. Um exemplo anedótico foi o contrato realizado pela Comunidade Autônoma de Madrid com uma empresa de tele-pizza, para a entrega de lanches a alunos cujas aulas foram suspensas durante o confinamento. Porque não acionar cooperativas locais para a entrega de comida saudável, em vez de uma empresa de *fast-food*, por exemplo? Os governos, em geral, mostraram-se bastante insensíveis a qualquer solução que não estivesse alinhada com o mundo “business”. Apareceu dinheiro para os bancos, para as grandes empresas, contratos milionários, com a desculpa da situação de emergência. Mas estavam totalmente blindados às propostas alternativas, centradas nas necessidades das pessoas, e não das empresas. É verdade que também floresceram experiências de ajuda mútua, no campo e na cidade, sobretudo com relação a entrega de alimentos, algumas realmente impressionantes e comovedoras. Mas, com exceção de alguns governos locais, essas experiências não tiveram apoios da institucionalidade, e tiveram que contar exclusivamente com os seus próprios recursos. No caso do Brasil, a solidariedade foi mais presente entre nas favelas e entre as pessoas de baixa renda, dando um tapa na cara daquela classe média que só entende a lógica do “salve-se quem puder”. Oxalá muitas dessas iniciativas permaneçam e se fortaleçam, para além da crise atual. Outra questão evidenciada



pela crise, que tem sido lembrada por muitas teóricas e ativistas feministas, é que, “curiosamente”, as atividades que foram consideradas essenciais – portanto, que tiveram que continuar sendo realizadas, apesar de todos os riscos – além da alimentação, energia, telefonia, internet, etc., foram aquelas relacionadas com o cuidado das pessoas. Atividades estas, em sua maioria, realizadas por mulheres, muitas migrantes, em situação de precariedade, nunca reconhecidas, nem valorizadas. Por exemplo, aquelas que trabalham nos sistemas de saúde, nos trabalhos de limpeza, nas instituições para o cuidado das pessoas idosas, entre outras. A sociedade exige que as mulheres sigam realizando esses trabalhos, mas não lhes garante condições mínimas para que possam fazê-lo com dignidade e em segurança. Da mesma forma, nas famílias que permaneceram confinadas, a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado com crianças, doentes, idosos, mais uma vez recaiu sobre os ombros das mulheres. E a violência dentro dos lares explodiu em todos os lugares, como já está sendo reconhecido nas estatísticas oficiais. Estamos vendo no mundo inteiro uma contraofensiva aos direitos das mulheres, escudada em duvidosas noções morais e religiosas, sobretudo focadas na retirada de direitos sexuais e reprodutivos e na redução das liberdades individuais. O objetivo é fazer com que as mulheres voltem a ficar confinadas nos lares, exercendo com exclusividade o papel de guardiãs da família. Sem dúvida é um projeto retrógrado em todos os sentidos, e não é isolado, vem articulado com a retirada de direitos dos trabalhadores, das pessoas migrantes, LGBTQ e em situação de vulnerabilidade. A sua contrapartida no campo, será o encolhimento das políticas de inclusão social, com a predominância da lógica de mercado e o abandono dos setores camponeses – e dos pobres em geral – à sua própria sorte. As mulheres, mais uma vez, como tantas outras na história, serão chamadas para ser o colchão amortecedor dessas políticas de austeridade (ou *políticas austericidas*, como diz



Miriam Nobre). Mais que nunca, as experiências de organização de base devem ser fortalecidas, em uma lógica de construção democrática e solidária, que tensione as estruturas do poder econômico e político existentes, assim como a sua base patriarcal. As mulheres sempre fizeram isso em todos os lugares, em diferentes momentos históricos, e vamos continuar fazendo, lutando por um mundo onde finalmente uma vida digna e plena seja assegurada a todas as pessoas. Vamos dar continuidade às lutas das feministas que nos precederam. Sabemos que é um projeto justo, viável e que vale a pena, e essa certeza é o que nos faz continuar.

Roma, maio de 2020.



AGROECOLOGIA, UMA CIÊNCIA "NORMA(L)CHO"? SOB AS ESCRITURAS CIENTÍFICAS, O ANDROCENTRISMO¹

Héloïse Prévost

Doutora em Sociologia, pesquisadora associada ao Laboratoire Interdisciplinaire Solidarités, Sociétés, Territoires – Lisst (Laboratório Interdisciplinar de Solidariedade, Sociedades e Territórios), Universidade de Toulouse Jean Jaurès.
E-mail: heloise.p@hotmail.fr

RESUMO

"O feminismo tem sido uma corrente importante no pensamento agroecológico" (ALTIERI E ROSSET, 2018) mas parece ter ficado à margem da virada política nos textos científicos agroecológicos. Nesse artigo, analisaremos a partir de uma perspectiva de gênero, a literatura científica de autores "líderes", identificando tanto o androcentrismo do autor quanto o androcentrismo dos textos. Depois mergulhamos nos escritos dos "líderes" para capturar as representações das mulheres rurais e seus efeitos em termos de invisibilidade delas como agentes agroecológicas, sujeitas sabidas e sujeitas políticas.

Palavras-chave: Invisibilização, Androcentrismo, História da agroecologia, Ciência, Feminismo.

AGROECOLOGY, A 'NORMALE' SCIENCE? UNDER SCIENTIFIC LITERATURE, THE ANDROCENTRISM

ABSTRACT

"Feminism has been an important school of thought of agroecological thinking" (ALTIERI AND ROSSET, 2018) but seems to have remained on the margins of the political shift in agroecological scientific texts. This chapter aims to analyse the scientific literature of "leading authors" from a gender perspective by identifying both the androcentrism of the subject-author as well as the androcentrism of texts. Then, we dive into the writings of the "leaders" in order to understand the representations of rural women and their effects in terms of invisibility as agroecologists, subjects of knowledge and political subjects.

Keywords: Invisibilization, Androcentrism, History of agroecology, Science, Feminism.

¹ Publicado inicialmente em: *Les transitions agroécologiques en France – Enjeux, conditions et modalités du changement* (Capítulo 12), coord. editorial por Mehdi Arrignon e Christel Bosc, Presses Universitaires Blaise Pascal, Territoires 2, 2020, p. 211-228



A agroecologia é um "território em disputa" (GIRALDO E ROSSET, 2016). Os conflitos são múltiplos; entre outros, sua definição, sua qualidade enquanto "ciência", quem produz o conhecimento (cientistas e/ou camponeses e povos indígenas), sua finalidade de transformação técnica, ecológica, social e/ou política. Inicialmente vindo da agronomia e ecologia a partir da década de 1930 (GLIESSMAN, 2007), a produção científica expandiu para outras disciplinas no final dos anos 70: sociologia rural, estudos de desenvolvimento, economia ecológica (HECHT, 1995). Nas últimas décadas, novas dimensões foram integradas: ambientais, sociais, econômicas, éticas (WEZEL ET AL., 2009).

Os três atuais "líderes em agroecologia" (WEZEL E SOLDAT, 2009) - devido à suas taxas de publicação - vêm das primeiras disciplinas: Miguel Altieri, agroecologista formado em entomologia; Charles Francis, agrônomo e Stephen Gliessman, agroecologista formado em ecologia vegetal. Todos os três definiram a agroecologia como "a ecologia dos sistemas alimentares" (FRANCIS ET AL., 2003), e depois validaram sua qualificação como "uma ciência, um movimento, uma prática" (ALTIERI E ROSSET, 2018a; FRANCIS E WEZEL, 2017; GLIESSMAN, 2014; WEZEL ET AL., 2009). No entanto, a necessidade de uma apreensão política é afirmada na literatura científica. Esta dimensão é levada em primeiro lugar - por aqueles² mais reconhecidos no campo científico - Gloria Isabel Guzmán Casado, Manuel González de Molina e Eduardo Sevilla Guzmán. Para Guzmán, a equidade na agroecologia é uma questão de "consciência agroecológica" que se baseia na consciência de classe, gênero e identidade resultante das formas da ação coletiva da sociedade civil (SEVILLA GUZMÁN, 2011).

É uma "estratégia metodológica de transformação social" (SEVILLA GUZMÁN, 2006). Os movimentos sociais ou redes agroecológicas afirmam explicitamente o objetivo transformador, como ilustrado na declaração do Fórum Internacional de

² O asterisco indica o masculino e o feminino.



Agroecologia (2015) coordenado por *La Via Campesina*: "A agroecologia é política; nos pede questionar e transformar as estruturas de poder de nossas sociedades³."

Essa virada política da agroecologia é adotada pelos "líderes". Gliessman (2014: xii) enfatiza a necessidade de uma "voz política em estreita conexão com os movimentos sociais". A dimensão ética tem sido defendida por Altieri desde 1980. Seu último trabalho com Peter Rosset afirma a agroecologia como uma "ciência⁴ com uma ética social e ecológica [...] destinada a alcançar sistemas de produção que respeitam a natureza e é socialmente equitativa" (ALTIERI E ROSSET, 2018a). A agroecologia é assim apresentada como uma ciência alternativa, distinta e crítica da ciência convencional (ALTIERI E ROSSET, 2018a; SEVILLA GUZMÁN, 2011), que valoriza as "múltiplas formas de conhecimento de grupos historicamente subordinados" (ibid., p. 14).

Existe, portanto, uma ligação central entre uma "visão política e uma visão de futuro (o movimento), uma aplicação tecnológica (as práticas) para alcançar as metas, e os meios para produzir conhecimento (a ciência)" (WEZEL ET AL., 2009: 511). Mas a "consciência de gênero" (SEVILLA GUZMÁN, 2011) enunciada pel*s autor*s lutam para ser integrada, particularmente em espaços e práticas científicas. No VI Congresso Internacional da SOCLA (Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia), em Brasília, em 2017, foi realizada uma mesa redonda sobre a história da agroecologia, com convidados exclusivamente masculinos e sem menção à contribuição das mulheres.

O protesto das participantes foi tão forte que a Declaração Política de encerramento do Congresso indicou o compromisso da organização em lutar pelo

³ <http://www.pfsa.be/spip.php?article1188>

⁴ Seguindo a proposta de Soldat e Wezel, op. cit., usamos o termo "líder" no restante do texto para nos referirmos a Altieri, Francis e Gliessman.



"desmantelamento do patriarcado, do racismo e de outras formas de exclusão presentes no sistema alimentar". Qual é a situação nas áreas de promoção científica da agroecologia? Recentemente, Altieri e Rosset têm argumentado que "o feminismo tem sido uma corrente importante do pensamento agroecológico e pode tornar-se um elemento importante dos processos agroecológicos, enquanto que estes processos podem contribuir para fortalecer o feminismo" (ALTIERI E ROSSET, 2018 : 100). Será que o feminismo permaneceu nas margens desta viragem política em agroecologia, particularmente na sua dimensão reflexiva? Demonstrar a natureza androcêntrica da ciência é uma tarefa difícil (CONNELL, 1992-2) por causa do mito da neutralidade científica. Um olhar reflexivo sobre os espaços científicos hegemônicos e sobre a construção dos conhecimentos permanece nas margens da maioria dos trabalhos científicos. *Ao contrario do que ocorre nos estudos feministas pós-colonial onde é constitutivo*⁵. Já na década de 1980, análises detalhavam os preconceitos das diferentes disciplinas e áreas científicas.

O androcentrismo⁶ – muitas vezes recorrente nas ciências se definem a partir do masculino e definem o pensamento como neutro ou universal – isso ocorre na ciência alternativa proposta pela agroecologia? Como funciona o campo científico para construir a dimensão política, ética e transformadora que anuncia? Até que ponto a "consciência de gênero" está integrada? Se muitos artigos questionaram a agroecologia

⁵ Veja, por exemplo, o trabalho de Yuderlys Espinosa Miñoso, Rita Segato, Brendy Mendoza, María Lugones, Ochy Curiel, Arturo Escobar, Catherine Walsh, etc.

⁶ O androcentrismo é "um viés teórico e ideológico que se concentra principalmente e às vezes exclusivamente nos sujeitos masculinos e nas relações que se estabelecem entre eles". Nas ciências sociais, isto significa a tendência a excluir as mulheres dos estudos históricos e sociológicos e a prestar uma atenção inadequada às relações sociais em que se encontram."(Pascale Molyneux, 1977; citada por MATHIEU 1991_2013).



como uma ciência, este capítulo a examina como "ciência norma(l)cho"⁷ (CHABAUD-RYCHTER ET AL., 2010), através da análise do androcentrismo presente ou superado por cientistas.

Questiono tanto a representatividade apresentada quanto as conceitualizações de gênero desenvolvidas pelo campo científico. Para isso, mobilizo a sociologia das ausências (SANTOS, 2002), alimentada por contribuições científicas feministas que demonstram que o que não existe é, na verdade, produzido ativamente como tal: as ausências são socialmente construídas. Através da análise da literatura científica dos líderes, vou por um lado, sondar as lógicas de visibilização hegemônica que produzem e legitimam as formas sociais da não-existência; por outro lado, vou colocar em destaque as ausências e desclassificações.

Isso significa se interessar pelas práticas científicas refletidas nos escritos, mas também no conteúdo dos escritos. Estudo em um primeiro tempo a produção de gênese histórica da agroecologia pelos líderes a fim de compreender as lógicas de visibilidade e invisibilidade dos autores. Quem é representad* como parte da história? Para isso, analiso cinco listas de "trabalhos importantes na História da Agroecologia", publicados entre 1998 e 2014 pelos três "principais autores da publicação"⁸, Altieri, Francis e Gliessman. Coloco estes resultados em paralelo de dois capítulos de livros sobre história do pensamento agroecológico, publicado em 1995 e 2018. Em um segundo tempo, mergulho nos escritos dos líderes a fim de compreender as representações das mulheres rurais e seus possíveis efeitos sobre as mulheres

⁷ Este título de artigo e essa expressão refere-se a um artigo de Chabaud-Rychter et al., 2010, que faz um jogo de palavras em francês com as palavras "normal" e "mâle" [macho], escrevendo *normâle* [normal+macho, norma(l)cho] sublinhando que a normalidade socialmente construída é, de facto, uma realidade masculina.

⁸ Soldat e Wezel (2009) identificam Altieri, Francis e Gliessman como os três primeiros nomes na lista dos "principais autores de publicações", ou seja, aqueles com mais publicações científicas onde os termos "agroecologia" ou "agroecológico" aparecem no título ou nas palavras-chave do autor.



agricultoras e sobre as leitoras. Cito exemplos da literatura científica feminina e feminista em agroecologia, apresentando uma representação alternativa.

As referências latino-americanas são aqui privilegiadas a fim de realçar a existência destas obras, que muitas vezes são anteriores às referências europeias mobilizadas na literatura científica, mas que, no entanto, são quase sistematicamente ignoradas pelos "líderes". Além disso, a visibilidade destas referências faz parte da nossa escolha de uma "ecologia do conhecimento" como postura científica.

2. Os sujeitos legítimos da agroecologia: a produção dos líderes

"A ciência de quem, o conhecimento de quem?" pergunta Sandra Harding (1991). Nesta primeira parte, identifico o lugar que as mulheres ocupam na agroecologia com base na produção das "genealogias" do pensamento agroecológico.

a) Agroecologia: onde estão as mulheres? Visibilidade científica e as suas lógicas

Entre 1998 e 2014, foram publicadas listas de obras "significativas" por líderes, bem como no artigo de Wezel et al, que se tornou incontornável. Estas referências permitem-nos apreender quaisquer mudanças na legitimidade conferida aos textos.

As listas são:

- 1) As "Obras Importantes na História da Agroecologia" (GLIESSMAN, 1998);
- 2) As "Publicações de referência utilizando a palavra ou conceito de agroecologia" (FRANCIS ET AL., 2003) com Gliessman e Altieri como co-autores e que é uma modificação da publicação de 1998;
- 3) Os "Trabalhos Importantes na História da Agroecologia" (GLIESSMAN, 2007);



- 4) Os "Trabalhos Importantes na História da Agroecologia" (WEZEL ET AL., 2009) com Francis como co-autor e que é uma adaptação da publicação de Gliessman de 2007;
- 5) Os "Trabalhos Importantes na História da Agroecologia" (GLIESSMAN, 2014).

Primeiro elemento essencial: todas estas listas se baseiam no trabalho de Gliessman. Não que não haja outras: Susan Hecht publicava em 1995 um capítulo de livro dedicado a esse campo de estudos, mas a centralidade do autor neste campo científico faz prevalecer a sua singularidade. As listas publicadas por Gliessman, no entanto, não fazem nenhuma menção aos critérios de seleção dessas "obras importantes da História de Agroecologia". Francis et al. visaram apenas publicações utilizando o termo "agroecologia" sem clarificar os critérios de seleção. As escolhas feitas para "adaptar" a lista de Gliessman (2007) não são indicados por Wezel et al.

Quantas mulheres autoras constam destas listas? É através de pesquisas na Internet (consulta das páginas universitárias de cada autor*, perfis na redes sociais acadêmicas como *Research Gate*) que os nomes e a identidade de gênero foram assignados⁹. A primeira revisão de Gliessman (1998) não inclui nenhuma mulher.

Na sequência desta lista, são propostas dez "Recomendações de leitura" (1998: 16): nenhuma mulher está incluída. Em 2007, é citada uma mulher: Diane Rickerl, co-autora com Francis (2004). Do mesmo modo que a publicação anterior, treze "Recomendações de leitura" são propostas, incluindo dois livros com uma co-autora mulher: Sandra Postel, *Rivers for Life: Managing Water for People and Nature* (2003) e Diane Rickler, indicada na lista, *Agroecosystem Analysis* (2004). Não há qualquer menção à razão pela qual o livro de Postel está classificado nas leituras recomendadas

⁹ A fim de demonstrar uma ausência construída do grupo social de pessoas designadas como mulheres, utilizo uma estratégia do essencialismo: faço uma assignação metodológica a uma identidade de gênero de acordo com um esquema binário. Este método não diz nada sobre a identidade de gênero com a qual as pessoas se identificam.



e a sua ausência dos "trabalhos importantes". Naquele momento, Gliessman já tinha sido co-autor de um artigo com três autoras: Patricia Allen, Debra Van Dusen e Jackelyn Lundy; Altieri tinha publicado anteriormente com Susan Hecht: referências que apenas o artigo de Francis et al. qualifica como "publicações de referência".

Alguns autores aparecem e depois desaparecem nas listas. Esta comparação salienta que não se trata de uma ausência de trabalho realizado pelas mulheres cientistas na agroecologia ou a ausência de mulheres na agroecologia, mas sim práticas que levam à invisibilidade delas. Por exemplo, o artigo por Francis et al. identifica mais mulheres do que os artigos de Gliessman (1998, 2007) e Wezel et al., embora cite apenas publicações que utilizam o termo "Agroecologia".

Quadro 1: Representação feminina em trabalhos que propõem uma apresentação da "História" da agroecologia científica



Referência estudada	1) Gliessman, 1998	2) Francis et al., 2003	3) Gliessman, 2007	4) Wezel et al., 2009	5) Gliessman, 2014
Período abrangido	1928-1984 (56 anos)	1928-2002 (74 anos)	1928-2004 (76 anos)	1928-2007 (79 anos)	1928-2013 (85 anos)
Ano em que as contribuições das mulheres apareceram	/	1990	2004	2003	1999
- Número de referências com participação de mulheres/ número total de referências - Referências com a participação das mulheres	0/18	3/29 *Allen, Dussen, Lundy & Gliessman, 1990 *Altieri & Hecht, 1990 *Flora, 2001	1/24 *Rickerl & Francis, 2004	1/31 *Francis et al., 2014	5/37 *Guzmán-Casado, González de Molina, Sevilla- Guzmán, 1999 *Francis et al., 2003 *Rickerl et Francis, 2004 *Wezel et al., 2009 *Mendez et al, 2013
Número de co-autoras mulher entre as referências citadas e nomes	0	4 *Patricia Allen *Debra Van Dusen *Jackelyn Lundy *Susan Hecht	1 *Diane Rickerl	4 *Cornelia Flora *Mary Wiedenhoeft *Nancy Creamer *Diane Rickerl	7 *Gloria I. Guzmán-Casado *Cornelia Flora *Mary Wiedenhoeft *Nancy Creamer *Diane Rickerl *Dominique Vallod *Roseann Cohen
Número de autoras (unicas) e nomes	0 /	1 *Cornelia Flora	0 /	0 /	0 /
Número de mulheres entre tod*s os autor*s citad*s ¹⁰	0/20	5/35	1/25	4/42	7/56
Percentagem de menções de mulheres em relação ao total de autor*s citad*os	0 %	14 %	4 %	9,5 %	12,5 %
Número total de mulheres que aparecem nas diferentes fontes					11

¹⁰ Nomes de autor*s que aparecem na lista.



Poder-se-ia perguntar por que os 65 artigos científicos e 17 livros de Susan Hecht publicados entre 1979 e 2016 não chamaram a atenção dos autores destas listas. Como explicar, então, a ausência de Clara Nicholls, quando é uma d*s co-autor*s mais frequentes de Altieri¹¹ e que a terceira referência de Altieri mais frequentemente citada é o livro co-escrito com Clara Nicholls em 2004¹².

A falta de interesse nos trabalhos de Ana Primavesi também suscita questões: ela publicou 11 livros, 94 artigos científicos no Brasil e em revistas internacionais. Recebeu o prêmio "One World Award" (2015) da Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Biológica (Ifoam) e co-fundou diferentes organizações como o Movimento Agroecológico Latino-americano (MAELA). Entre as suas obras mais conhecidas encontram-se: *Agroecologia: Ecosfera, Techno-Sfera e Agricultura* (1997) e *Gestão Ecológica do Solo* (1984). É descrita como uma "pioneira da agroecologia no Brasil" pelo *Brasil da Fato*¹³. Estas ausências parciais ou totais são produzidas pelos autores. Nos interessam os mecanismos que os provocam.

b) Atrás de cada grande homem, há uma mulher: a atribuição de mulheres a segundos papéis

Como analisar a escassa presença das mulheres em trabalhos qualificados de importância na agroecologia? Certamente, as mulheres publicam menos devido a mecanismos estruturais de dominação (barreiras no acesso à formação, interiorização

¹¹ Referência de « Top co-autor*s » na sua página respectiva no *Researchgate* (58 referências).

¹² *Biodiversity and pest management in agroecosystems*, 1166 citações referenciadas no *Google Scholar* (consultado o 07/03/2019).

<https://www.brasildefato.com.br/2017/10/03/ana-maria-primavesi-pioneira-da-agroecologia-no-brasil-completa-97-anos/>, acesso o 12/05/2018.



de papéis de gênero, teto de vidro¹⁴, sensação de isolamento e exclusão dentro dos grupos de pesquisa, desconforto com a cultura masculina dos grupos de investigação, incompatibilidade com a conciliação trabalho-família¹⁵, etc.)¹⁶. No entanto, a reduzida presença nas listas estudadas é uma indicação de baixa citação científica. Esta invisibilidade é causada pelas lógicas da auto-citação, de citações privilegiadas dos líderes e a assignação das mulheres à co-autoria.

Em primeiro lugar, os líderes mobilizam muita auto-citação. Para Gliessman: 2 (auto)citações de 20 autores em 1998, 3/25 em 2007, 7/56 em 2014, 6/35 no artigo colectivo de Francis et al. (2003) onde Gliessman e Altieri são co-

¹⁴ O teto de vidro refere-se às barreiras visíveis e invisíveis que separam as mulheres no topo das hierarquias profissionais e organizacionais. Embora a percentagem de mulheres em profissões qualificadas tenha aumentado, continua existindo um teto de vidro independente de critérios objetivos de mérito como o diploma: "As mulheres continuam sendo cada vez menos numerosas à medida que aumenta a hierarquia. As organizações são também lugares onde se desenvolvem relações de poder e processos informais, frequentemente desiguais, que determinam o acesso a posições de poder. Uma série de regras que são dadas como neutras são de facto regras masculinas, historicamente modeladas em modelos masculinos. "(Ver Jacqueline Laufer, "La construction du plafond de verre : le cas des femmes cadres à potentiel » [A construção do teto de vidro: o caso das mulheres gestoras com potencial] *Travail et Emploi*, n.º 102, p. 31. A nível universitário, a evaporação das mulheres em todas as fases da carreira académica (doutoramento, pós-doutoramento, primeira posição, cargos de responsabilidade) é um fenómeno internacional (ver Latour, Emmanuelle. "Le plafond de verre universitaire: pour finir avec l'illusion méritocratique et l'autocensure » [O teto de vidro da universidade: acabar com a ilusão meritocrática e a auto-censura], *Mouvements*, vol. 55-56, n.º 3, 2008, p. 53).

¹⁵ Tanto a carga material como mental, da esfera familiar é atribuída principalmente às mulheres. Ainda hoje, as mulheres continuam desempenhando a maioria das tarefas domésticas e parentais - 71% e 65% respectivamente na França (ver *Le temps domestique et parental des hommes et des femmes : quels facteurs d'évolution en 25 ans?* [O tempo doméstico e parental de homens e mulheres: quais fatores mudaram em 25 anos?] *Économie et statistique* No. 478-479-480, 2015). Enquanto a maternidade quase sempre dificulta a carreira das mulheres, o mesmo não ocorre com os pais: em certas profissões com responsabilidades, os homens mais férteis são aqueles que atingem os cargos mais elevados (ver Gadéa, Charles, e Catherine Marry. "Les pères qui gagnent. Descendance et réussite professionnelle chez les ingénieurs" [Os pais que ganham. Descendência e Sucesso Profissional em Engenharia], *Travail, genre et sociétés*, Vol. 3, n.º 1, 2000, pp. 109-135).

¹⁶ Ver, entre outros (LOBER NEWSOME 2008; MASON ET AL. 2013; MUHS ET AL. 2012; WILLIAMS ET AL. 2014).



autores. No artigo de Wezel et al, Gliessman é citado seis vezes em 42 autores. Para Altieri: 1/20 (1998), 3/35 (2003: auto-citação), 2/25 (2007), 3/42 (2009), 3/56 (2014). Considerando todas as listas, as citações de Gliessman e Altieri são as mais numerosas.

Em quase todos os campos da ciência, os homens citam muito mais os próprios trabalhos do que fazem as mulheres¹⁷. Esta lógica também se aplica à agroecologia. No seu estudo genealógico, Susan Hecht (1995) cita a si própria apenas uma vez entre 491 referências. No seu capítulo análogo (Altieri e Rosset, 2018b), Altieri se auto-cita 17 vezes em 112 referências na bibliografia. Alguns livros têm apenas um autor mencionado, enquanto as mulheres estavam envolvidas na escrita do livro: por exemplo, Hecht estava envolvida na escrita de 13 dos 18 capítulos de "Altieri" *Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture* (1990).

Através da auto-citação, os líderes reafirmam a sua predominância neste domínio, constituindo um colectivo cognitivo (MILARD, 2012). Número e importância estão aqui associados: Gliessman, Altieri e Francis são os mais prolíficos e são citados/se citam entre as publicações importantes. Este jogo de citações produz um "efeito Mateus", um sobre reconhecimento daqueles que se encontram no centro deste campo científico.

Em segundo lugar, as mulheres são pouco citadas e atribuídas a papéis secundários. A hiper visibilidade destes poucos autores opera como navios comunicantes com a invisibilidade de outras autoras, gerando uma "subestimação sistemática das contribuições das mulheres para a ciência", um "efeito Mathilda" (ROSSITER, 2003). As mulheres são responsáveis por entre 0%

¹⁷ Molly M. King et al., « Men Set Their Own Cites High: Gender and Self-Citation across Fields and over Time », *Socius*, nº 3, 2016, p. 1-22.



e 12,5% das citações nas listas estudadas. São inexistentes como autora única, com uma exceção: Cornelia Flora que aparece em uma revisão (2003).

Com duas exceções, são citadas quando são co-autores dos líderes. No entanto, algumas delas escreveram uma série de livros/artigos em seu próprio nome. Por exemplo, Hecht publicou 44 artigos revistos por pares e sete livros como autora única¹⁸. Esta é uma escolha feita pelos autores das listas, que apresentam apenas as publicações em que os líderes são privilegiados. Isto reafirma a legitimidade deles, relegando simultaneamente as mulheres para o estatuto de co-autoras de líderes.

Trata-se de um processo de "acumulação de vantagens": os autores que já gozam de uma certa visibilidade e legitimidade são mantidos. Este jogo de acumulação prejudica aquelas que são menos visíveis e visibilizadas ao lado deles, por vezes sem estatuto e legitimidade. A co-assinatura de um trabalho científico com um autor reconhecido como importante não é, portanto, necessariamente uma vantagem para uma cientista, mas continua a ser um instrumento para uma visibilidade inicial e para reafirmar a notoriedade.

A lógica da invisibilização do trabalho de mulheres cientistas atesta a persistência e prevalência de um "efeito Mathilda". Ao mesmo tempo, constrói uma representação das mulheres como incapazes de serem líderes cientistas: a sua inexistência nestas listas como autora única produz e reforça os "preconceitos de identidade negativos"¹⁹.

Os homens são vistos como atores das publicações, enquanto as mulheres são vistas como colaboradoras das publicações. Para além de alimentar este

¹⁸ CV em linha : <https://ucla.app.box.com/s/qcu7uo435rgymtt0gmi85v6c9a0kww39>, acesso o 05/03/2019.

¹⁹ Um "preconceito de identidade negativo" refere-se ao fato de um orador ser desacreditado na sua capacidade de fornecer conhecimentos devido a um preconceito de identidade detido pelo ouvinte. O preconceito altera o juízo do ouvinte sobre a credibilidade do orador (ver Miranda Fricker, *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*, Oxford: Oxford Univ. Press, 2007).



estereótipo de gênero, este mecanismo produz efeitos em todo o grupo social de mulheres: a capacidade das mulheres para transmitir conhecimentos é minada, a sua representação como conhecedoras é degradada (FRICKER, 2007).

A falta de modelos positivos conduz à autocensura por parte de outras mulheres. Boulaine (1989) afirma que um bom método para ilustrar a evolução histórica de uma disciplina científica é analisar a história das pessoas envolvidas (citado por WEZEL E SOLDAT, 2009). A história das pessoas envolvidas, tal como construída por estas listas, é, portanto, uma história da agroecologia sem mulheres.

Trata-se da produção de um espaço não misto onde não têm lugar para elas, não são legítimas e não produzem conhecimentos nesta área. No entanto, outras histórias são possíveis.

Uma abordagem descompartmentada das disciplinas oferece outra representação: uma escolha feita por Hecht na sua análise da evolução do pensamento agroecológico (1995). Numa revisão da literatura fornecida (491 referências bibliográficas), ela cita trabalhos que são centrais para a compreensão de uma crítica agroecológica: a filósofa ecofeminista Carolyn Merchant; o livro pioneiro de Rachel Carson *Silent Spring*; as obras fundamentais de Carmen Deere (1982), Lourdes Benería (1984), Joyce Moock (1986) sobre a divisão sexual do trabalho rural e seus efeitos; a obra da antropóloga Audrey Richards (1939).

Na seção de estudo de caso dos EUA, Wezel et al. também citam o livro de Carson, assim como Charlotte Perkins Gilman's *Herland* (1915) e *Woman on the Edge of Time* de Marge Piercy (1976). Altieri e Rosset adotaram recentemente esta abordagem: a representação feminina aí apresentada é mais significativa. Estes exemplos demonstram o obscurecimento de obras importantes escritas por mulheres em listas bibliométricas com poder de autoridade científica.

**Quadro 2:** Representação científica feminina em Altieri e Rosset

Referência	Altieri et Rosset 2018 « História e correntes do pensamento agroecológico »
Período abrangido	1928-2016 - 88 anos
Ano em que as contribuições das mulheres apareceram	1949
- Número de referências com participação de mulheres/ número total de referências - Referências	32/104 <i>*Altieri, Letourneau, Davis 1983</i> <i>*Altieri and Nicholls 2004</i> <i>*Astier et al. 2015</i> <i>*Balfour 1949</i> <i>*Carson 1962</i> <i>*Desmarais 2007</i> <i>*Francis et al. 2003</i> <i>*Guterres 2006</i> <i>*Guthman 2014</i> <i>*Hecht 1995</i> <i>*Holt Giménez, Shattuck 2011</i> <i>*Kremen 2015</i> <i>*Lappé, Collin, Rosset 1998</i> <i>*Letourneau et al. 2011</i> <i>*Machín Sosa et al. 2013</i> <i>*Mader et al. 2002</i> <i>*Martínez-Torres, Rosset 2010, 2012, 2014</i> <i>*Méndez et al. 2013</i> <i>*Merchant 1981</i> <i>*Mies y Shiva 1993</i> <i>*Perfecto, Vandermeer, Wright 2009</i> <i>*Pingali, Hossain, Gerpacio 1997</i> <i>*Scherr, Mcneely 2003</i> <i>*Shiva 1991, 1993</i> <i>*Siliprandi 2009, 2015</i> <i>*Siliprandi, Zuluaga 2014</i> <i>*Toledo et al. 1985</i> <i>*Wezel 2009</i>
Número de co-autoras mulher entre as referências citadas e nomes	37 <i>*Julia Carabias</i> <i>*Elizabeth Jiménez Carmona</i> <i>*Roseann Cohen</i> <i>*Martha Constanza Daza</i> <i>*Nancy Creamer</i> <i>*Selene Escobar</i>



	<ul style="list-style-type: none">*Cornelia Flora*Roberta V. Gerpacio*Guterres²⁰*María V. González*Lucie Gunst*Catalina Gutiérrez*Adilén María Roque Jaime*María Elena Martínez-Torres*Frances Moore Lappé*Deborah K. Letourneau*Dana Rocío Ávila Lozano*Cristina Mapes*Jessica López Mejía*María Mies*Mirna Ambrosio Montoya*Helda Morales*Clara Nicholls*Ivette Perfecto*Janine Herrera Rangel*Aleyda Maritza Acosta Rangel*Diane Rickerl*Beatriz Salguero Rivera*Sara J. Scherr*Annie Shattuck*Vandana Shiva*Emma Siliprandi*Lorena Soto*Alba Marina Torres*Dominique Vallod*Mary Wiedenhoeft*Gloria Zuluaga
Número de autoras (unicas) e nomes	9 <ul style="list-style-type: none">*Eve Balfour*Rachel Carson*Annette Aurélie Desmarais*Julie Guthman*Susanna Hecht*Claire Kremen*Carolyn Merchant*Vandana Shiva*Emma Siliprandi

²⁰ Ivani Guterres finalizou os escritos de seu falecido marido Enio Guterres e coordenou a publicação do livro. Contamo-la como co-autora.



Número de mulheres entre tod*s os autor*s cidad*s e pourcentage	44/176 25 %
---	----------------

Nessa lista, a primeira referência de autora data de 1949: *La tierra viviente* de Eve Balfour. De um total de 176 autores, 44 mulheres estão presentes, ou seja, 25%. Nove mulheres são as autoras únicas, 37 são co-autoras. Nicholls e Deborah K. Letourneau estão presentes. Esta última publica análises sobre agrossistemas desde 1966 (152 publicações referenciadas no *Google Scholar*): a sua contribuição aparece finalmente. São citadas autoras ecofeministas: Merchant, Vandana Shiva, María Mara Mies.

Finalmente, o importante trabalho da brasileira Emma Siliprandi sobre a participação política agroecológica das mulheres rurais encontra o seu lugar neste capítulo. Quando estes resultados são tomados em conjunto com os das listas anteriores, são mencionadas 48 autoras. Assim, um elemento central na construção de uma agroecologia ética é quebrar o "efeito Mathilda". No entanto, a invisibilidade construída através da valorização dos líderes é apenas uma das dimensões de uma ciência transformadora sobre questões de gênero: as representações feitas nos textos são a outra contraparte desta lógica.

3. As mulheres nos textos agroecológicos: a produção das inexistentes

O androcentrismo é expresso de modo consciente ou inconscientemente nas práticas científicas, bem como nos produtos científicos: "pode ser concebido como uma mudança ideológica por parte do autor, mas esta mudança tem efeitos teóricos que são transferidos para os textos. É por isso que é legítimo falar tanto do androcentrismo do autor como do androcentrismo de um determinado texto ou teoria" (MOLYNEUX, 1977; citada por MATHIEU, 1991_2013). Olhando para a conceptualização de gênero nos escritos agroecológicos, pretende-se identificar



os mecanismos androcêntricos ativos. Como são apreendidos os papéis e as contribuições das mulheres nas populações estudadas? Como estão representadas as mulheres na literatura? Apesar de um objetivo de equidade inerente ao caráter da agroecologia, alguns escritos podem levar a uma invisibilização das mulheres como agentes da agroecológicas, e do conhecimento e a uma reificação das atribuições de gênero. Para apoiar a minha argumentação comparo exemplos de trabalhos, particularmente na América Latina, que contrariam esta construção de não-existência (SANTOS, 2002).

a) Invisibilizar as mulheres atrizes da agroecologia

O androcentrismo pode ser expresso de várias formas. Em primeiro lugar, pode materializar-se no desaparecimento da categoria feminina como sujeito social, através de uma generalização do masculino e de uma particularização do feminino. Em segundo lugar, as mulheres podem ser efetivamente invisíveis. Isto pode envolver a sua não integração através de uma universalização teórica abusiva; invisibilização como trabalhadoras através da naturalização de certas tarefas (e, portanto, o seu não reconhecimento como tarefas de trabalho); invisibilização através de uma simples desatenção ao seu papel ativo (MATHIEU, 1991_2013).

No trabalho dos líderes, surgem diferentes formas. Em primeiro lugar, as mulheres estão, em geral, ausentes, invisíveis, não mencionadas. Nos trabalhos de Gliessman, duas ocorrências da palavra "mulher[s]" aparecem em 1998²¹, quatro em 2007 e quatro em 2014. Não há citações da palavra "mulher[s]" nos

²¹ Pesquisa por termos: *woman, women, feminine, female* nos livros do *Google books* para o trabalho de Gliessman. As ocorrências do termo *female* que se referem à vegetação foram descartadas. Pesquisa de palavras-chave em outros artigos, em espanhol para o trabalho de Altieri e Rosset. Recherche des termes : *woman, women, feminine, female* dans *Google books* pour les travaux de Gliessman.



artigos de Francis (2003). Uma menção em Wezel et al (2009) com Marge Piercy's livro (1976) *Woman on the Edge of Time*.

O último livro de Altieri (2018) tem dez ocorrências: cinco estão concentradas na mesma página na seção sobre ecofeminismo, retomando assim o trabalho das autoras feministas: Mies Mies, Vandana Shiva, Emma Siliprandi, Patricia Gloria Zuluaga; mas também do autor colombiano Omar Giraldo.

Além disso, a invisibilização ocorre devido à generalização do masculino, que se pensa neutro. As mulheres são pressupostas a serem incluídas na universalidade que a escrita ao masculino supostamente representa.

Em Gliessman (1998), uma nota específica que a utilização de "he" [ele] ou "his" [seu] é motivada por questões de "brevidade", mas que estas se aplicam tanto a homens como a mulheres. Esta menção ao genérico masculino desaparece nas reedições de 2007 e 2014.

O "geral e o masculino são pura e simplesmente identificados, levando inconscientemente à obliteração da categoria feminina como sujeito social" (MATHIEU, 1991-2013). A utilização deste masculino provoca um simples desaparecimento das mulheres como agentes agroecológicas. A sua invisibilidade nos textos refere-se e reforça a sua invisibilidade social como trabalhadoras rurais e cidadãs (NEVES E MEDEIROS, 2013). A invisibilidade das mulheres nos textos reflete e reforça a sua invisibilidade social enquanto trabalhadoras rurais e cidadãs (NEVES E MEDEIROS, 2013). Como salienta Maria I. Paulilo (1987), a falta de estudos sobre as mulheres rurais explica o descuido com que são tratadas na sua realidade social. O indivíduo considerado representante da família e da instituição comunitária é o homem (marido, filho, irmão): ele é o sujeito político e social (Galgani, 2011).

No entanto, há contra-exemplos, especialmente entre as autoras acima mencionadas. Em 1978, Cornelia Flora e Sue Johnson publicaram "*Discarding the distaff: new roles for rural women*". Em 1985, em *Women as food producers in*



developing countries (Monson), Hecht dedicou um capítulo à participação das mulheres no sector da pecuária na América Latina. Em 1990, Hecht e Altieri explicam "Quem são as mulheres agricultoras? Factores que diferenciam a participação das mulheres na produção agrícola" (1990).

A documentação das mulheres rurais enquanto atrizes continua a ser da carga exclusiva das mulheres autoras. O trabalho de visibilização das mulheres rurais é realizado por mulheres cientistas que sofrem, elas próprias, de invisibilização: quer sejam sujeitas ou autoras, as mulheres não são apresentadas como legítimas ou "credíveis" nos trabalhos maioritários. A lógica do universal produz um particularismo no qual as mulheres são assignadas: uma escala que as impede de ser uma alternativa credível (SANTOS, 2002).

b) Invisibilizar as mulheres como sujeitas conhecedoras

Já em 1995, Hecht denunciava os preconceitos dos investigadores em agronomia em termos de género, mas também os estereótipos ligados a fatores sociais, culturais e étnicos que distorcem as suas visões e as suas compreensões do conhecimento das populações camponesas. O conhecimento da mulher rural não está integrado em trabalhos gerais sobre agroecologia, mas são transmitidos em trabalhos especificamente dedicados a este grupo social, o que o relega para o estatuto de particularismo. Deste modo, as obras gerais produzem uma "monocultura do conhecimento" (SANTOS, 2002; SHIVA, 1988) e "pessoas ignorantes" (SANTOS, 2002).

Esta lógica é frequentemente utilizada nos estudos de casos apresentados nos livros: projetos realizados por ONG, cooperativas e documentados por publicações científicas. No entanto, as representações de mulheres veiculadas nestes exemplos (por vezes únicos) podem alimentar um estereótipo de mulheres como pessoas pouco competentes.



O caso de um projeto de soberania alimentar na Nicarágua descrito em Wezel (2017) ilustra esta dimensão: "muitas mulheres dizem não saber cultivar legumes porque 'não o fazem desde a época da avó'; retratam-no como um conhecimento desenvolvido pelo projeto. Também não sabiam como resgatar sementes: a produção vegetal foi focada nas sementes que as mulheres sabem como resgatar e foram treinadas em técnicas de conservação. Não conheciam muitas formas de preparar a "nova" variedade de legumes da produção agroecológica da sua horta: as oficinas permitiam-lhes trocar as suas receitas tradicionais.

Este exemplo – único no livro - mostra a participação passiva das mulheres. Os conhecimentos, o saber-fazer e as capacidades organizacionais das mulheres são negados. Esta representação alimenta um estereótipo de incompetência, de falta de posse de conhecimentos e da necessidade de intervenção externa para avançar. A narrativa é contada por intervenientes externos (membros da ONG ou da equipe de investigação).

A posição situada da narrativa constrói uma alteridade que reforça a representação negativa. A ausência de outras referências à participação das mulheres rurais no livro constrói uma representação única das mulheres rurais como agentes não sabidas. Isto provoca um "preconceito de identidade negativo", o enfraquecimento das formas de conhecimento dos grupos silenciados e, conseqüentemente, o enfraquecimento da sua autonomia epistêmica.

c) Confinar as mulheres nos seu papel de gênero

Finalmente, o terceiro preconceito identificado na literatura é o confinamento das mulheres rurais a tarefas relacionadas com o papel de gênero asignado socialmente, ou seja, a representação das mulheres rurais com preocupações e tarefas exclusivamente relacionadas com a esfera reprodutiva.



Não se trata de dizer que as mulheres rurais estão desprovidas destas preocupações ou não assumem este papel. Trata-se de realçar os efeitos de uma representação única das mulheres rurais que alimenta estereótipos ou assignações numa ordem social desigual.

Veja-se o exemplo recente de Altieri e Rosset. Destacam a invisibilidade das mulheres, registando as denúncias das feministas científicas e da sociedade civil. No entanto, a sua menção à participação das mulheres reafirma esta assignação de gênero. As motivações das mulheres são interpretadas de forma monossémica: se se dedicam à agroecologia, é por razões de cuidado para as suas famílias:

« Mais recentemente, muitos **autores** observaram que as mulheres camponesas e agricultoras são frequentemente as protagonistas visíveis ou invisíveis dos processos de transformação agroecológica, participando num autêntico "feminismo camponês e popular", como afirma *La Via Campesina* (Siliprandi 2015; Siliprandi y Zuluaga 2014). As mulheres assumem papéis de liderança pública numa série de processos de movimentos sociais, embora estejam frequentemente sub-representadas em comparação com os seus *compañeros* masculinos. No entanto, mesmo quando o seu papel não é visível, olhando para trás dos processos de transformação agroecológica bem sucedidos, são geralmente as mulheres das famílias camponesas que têm incentivado a cessação do uso de pesticidas perigosos e promovido a produção de alimentos saudáveis: **as mulheres preocupam-se com a saúde e a nutrição das suas famílias.**²² (ALTIERI ET ROSSET, 2018a : 98)

Destacamos a forma masculina do termo "autores", enquanto a referência citada é de duas autoras, uma generalização para o masculino mesmo quando se refere especificamente às mulheres. Estas mesmas autoras sublinharam ainda a participação política das mulheres agricultoras na agroecologia, uma dimensão ignorada por Altieri e Rosset. No entanto, Carmen Deere tem vindo a documentar o envolvimento das mulheres rurais na luta pela reforma agrária e

²² Os grifos são meus.



fundiária desde os anos 80. Maria I. Paulilo escreve há 40 anos sobre a situação e a participação das mulheres rurais no Brasil. Emma Siliprandi (2009) analisa a participação das mulheres no movimento agroecológico brasileiro, a sua construção de propostas estratégicas para o desenvolvimento sustentável e a agricultura familiar.

A isto acresce o trabalho sobre a constituição das mulheres rurais como sujeitos políticos/feministas (GALGANI, 2013, 2014; JALIL, 2013; BUTTO, 2017); a sua mobilização para políticas públicas agroecológicas (BUTTO E DANTAS, 2011; BUTTO E LEITE, 2010; HEREDIA E CINTRÃO, 2006); a sua participação em movimentos sociais envolvidos na agroecologia como a Marcha das Margaridas (AGUIAR, 2016), o MST (FURLIN, 2013; GALGANI, 2013; BUTTO, 2017), o MMC (BONI, 2012 ; CISNE, 2014; JALIL, 2018; MENEZES E GASPARETO, 2013; BUTTO, 2017), em sindicatos como o Contag (PIMENTA, 2013); a sua utilização estratégica dos canais de comercialização (BURG, 2005).

A ausência, nos trabalhos agroecológicos, de representações das mulheres como sujeitos políticos, como líderes, como conhecedoras dos sujeitos e resolvendo por si mesmas os obstáculos encontrados, tem efeitos que o feminismo há muito tem documentado.

Isto leva à interiorização de uma falta de capacidade intelectual, de conhecimentos e de saberes práticos. Invisibilizadas como atrizes e conhecedoras, não podem-se considerar como capazes, o que conduz a uma ausência/perda de autoconfiança, uma autocensura na tomada de iniciativa, autoexclusão, falta de participação e, conseqüentemente, dependência do grupo social dos homens e uma reafirmação das relações de poder e das assignações de gênero.

Esta construção da inexistência provoca uma injustiça epistêmica. Para as leitoras, esta ausência cria uma "lacuna nos recursos interpretativos coletivos [que] coloca alguém em desvantagem injusta quando se trata de prestar contas



da sua experiência social" (FRICKER, 2007:1). A ausência de representação conduz a uma falta de crença no que é possível, a uma sensação de incapacidade e um não poder. Ao não documentar as experiências, os saberes e a participação das mulheres cria-se uma falta de recursos interpretativos coletivos que podem ser mobilizados por e para todas as mulheres.

4. Considerações finais

Apesar do seu objetivo transformador para a ordem social, a agroecologia corre o risco de ser uma ciência "norma(l)cho" nas suas práticas científicas e nas representações das mulheres veiculadas nos seus escritos. Com base numa análise da literatura científica dos principais autores, identificamos a prevalência de um "efeito Mathilda" que reifica alguns autores masculinos como sujeitos legítimos da agroecologia, ao mesmo tempo que invisibiliza o trabalho das mulheres cientistas.

As lógicas da citação científica e bibliométrica está no cerne destes mecanismos. Para além de subestimar a contribuição das mulheres para a ciência, isto conduz a um "preconceito de identidade negativa" em relação às mulheres cientistas, que impede a capacidade de todo o grupo social das mulheres transmitir conhecimentos e de se representarem a si próprias como conhecedoras. No entanto, algumas alternativas apresentam a ampla contribuição das mulheres para o pensamento agroecológico.

Para além destas práticas científicas prejudiciais para as mulheres cientistas, os escritos agroecológicos podem contribuir para a produção de categorias negativas para as mulheres rurais. Foram identificados três viés na literatura: a invisibilidade das mulheres como agentes agroecológicas, como



agentes do conhecimento e o confinamento das mulheres em assignações de gênero. No entanto, a agroecologia tem um carácter evolutivo e mutável.

Os líderes trabalham no sentido de uma maior inclusão e têm uma consideração nascente mas crescente pelos trabalhos das mulheres cientistas, feministas e mulheres rurais. Parece-nos que para atingir estes objetivos transformadores, o trabalho em agroecologia requer uma ruptura com a lógica de visibilização hegemônica, tradicional na ciência convencional, e precisa trazer à luz a ausência e a desqualificação.

Em conclusão, recorde-se que o espaço científico tem um papel central na construção de alternativas: é possível fazer uma "ciência social emancipatória" (WRIGHT, 2017: 29) destinada a "produzir um conhecimento científico articulado a um projeto coletivo que desafia as diferentes formas de opressão humana"(WRIGHT, 2017: 29), pondo "um fim ao império cognitivo" (SANTOS, 2018).

Recebido em 30 de abril de 2020.

Aprovado em 16 de maio de 2020.



Referências

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas**. Política & Sociedade 15 (0), pp. 261-95, 2016.

ALTIERI, Miguel e Susanna HECHT. **Agroecology and Small Farm Development**. CRC Press, 1990.

ALTIERI, Miguel e Peter ROSSET. **Agroecologia ciencia y politica**. 3e ed. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología -SOCLA, 2018.

ALTIERI, Miguel e Peter ROSSET. **Historia y corrientes del pensamiento agroecológico**, Agroecologia ciencia y politica. SOCLA, pp. 75-110, 2018b.

BENERÍA, Lourdes. **Reproducción, producción y división sexual del trabajo**. Ediciones de CIPAF, 1984.

BONI Valdete. **De agricultoras a camponesas**. Dissertação em Sociologia política, Universidade Federal de Santa Catarina, 253 p, 2012.

Burg Ines Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na COMERCIALIZAÇÃO em feiras do sudoeste Paranaense**. Dissertação de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 147 p, 2005.

BUTTO Andrea e Isolda DANTAS. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. MDA, Brasília, 192 p., 2011.

BUTTO Andrea e Renata LEITE. **Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços recentes e desafios**. VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 2010.

BUTTO, Andrea. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. Universidade Federal de Pernambuco, 276 p, 2017.

CHABAUD-RYCHTER Danielle, Virginie DESCOUTURES, Anne-Marie DEVREUX e Eleni VARIKAS. (dirs.). **Sous les sciences sociales, le genre: relectures critiques, de Max Weber à Bruno Latour**. Paris, Ed. la Découverte, 512 p, 2010.

CISNE Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo, Cortez Editora, 276 p, 2014.

CONNELL Raewyn. **Review of Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives**. Contemporary Sociology, 21, 4, pp. 536-537, 1992.



FRANCIS, Charles, LIEBLEIN G., GLIESSMAN S., BRELAND T.A., CREAMER N., HARWOOD R., SALOMONSSON L., HELENIUS J., RICKERL D., SALVADOR R., WIEDENHOEFT M., SIMMONS S., ALLEN P., ALTIERI M., FLORA C., POINCELOT R. **Agroecology: The Ecology of Food Systems**. Journal of Sustainable Agriculture, 22, 3, pp. 99-118, 2003.

FRANCIS Charles e Alexander WEZEL. **Agroecological Practices: Potentials and Policies, Agroecological Practices For Sustainable Agriculture: Principles, Applications, And Making The Transition**. World Scientific, pp. 463-481, 2017.

FRICKER Miranda. **Epistemic injustice: power and the ethics of knowing**. Reprinted, Oxford, Oxford Univ. Press, 188 p, 2007.

FURLIN Neiva. **A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres**. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos, Alternativa, Niteroi, pp. 257-282, 2013.

GALGANI Gema Esmeraldo Silveira Leite. **Mulher Rural no Brasil: Estratégias para o Reconhecimento de Ofícios e Ação Política**. Revista Latinoamericana Pacarina, 2, pp. 122-138, 2011.

GALGANI Gema Esmeraldo Silveira Leite. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos, Alternativa, Niteroi, p. 237-256, 2013.

GALGANI Gema Esmeraldo Silveira Leite. **Femmes en mouvement: la naissance d'une existence sociale, politique et professionnelle**. Féminin-Masculin, Editions Quæ, pp. 101, 2014.

GIRALDO Omar Felipe e ROSSET Peter. **La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales**. Guaju, 2, 1, p. 14-37, 2016.

GLIESSMAN Stephen. **Agroecology: Ecological Processes in Sustainable Agriculture**. CRC Press, 394 p, 1998.

GLIESSMAN Stephen. **Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems**. CRC Press, 420 p, 2007.

GLIESSMAN Stephen . **Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems**. 3rd edition, New York, Taylor & Francis (CRC Press), 384 p, 2014.

HARDING Sandra. **Whose science? Whose knowledge? thinking from women's lives**. 2nd éd, Ithaca, NY, Cornell Univ. Press, 319 p, 1991.

HECHT Susan. **The evolution of agroecological thought**, Agroecology : the science of sustainable agriculture. Westview Press, Boulder CLADES, p. 4-20, 1995.



HEREDIA Beatriz Maria Alásia de e Rosângela Pezza CINTRÃO. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Revista nera, 0, 8, p. 1-28, 2006.

JALIL Laeticia Medeiros. **Por que sem feminismo nao ha agroecologia?** Fora da Curva, 21 mai 2018.

JALIL Laeticia Medeiros. **As Flores e os Frutos da Luta: o significado da Organização e da Participação Política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais.** Dissertação de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 207 p, 2013.

MATHIEU Nicole-Claude. **L'anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe.** Donnemarie-Dontilly, Ed. IXe, 272 p, 1991_2013.

MENEZES Marilda A. e Sirlei GASPARETO. **As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina.** Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos, Alternativa, Niteroi, pp. 303-329, 2013.

MILARD Béatrice. **Les autocitations en sciences humaines et sociales. Pour une analyse de la dynamique des collectifs cognitifs.** Langage et société, 141, pp. 119-139, 2012.

NEVES, Delma Pessanha, et Leonilde SERVOLO de Medeiros. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos,** Alternativa, Niteroi, 431 p, 2013.

PAULILO Maria Ignez. **O Peso do Trabalho Leve.** Ciência Hoje, 5, 28, p. 64-70, 1987.

PIMENTA Sara Deolinda Cardoso. **Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural, Políticas Públicas e formas societárias de participação.** FACHIF/UFMG, Belo Horizonte, pp. 155-180, 2013.

ROSSITER Margaret W. **L'effet Mathieu Mathilda en sciences.** Les cahiers du CEDREF, 11, p. 21-39, 2003.

SANTOS Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo.** Almedina, 512 p, 2018.

SEVILLA Guzmán Eduardo. **La agroecologia como estrategia metodologica de transformacion social.** Reforma Agraria & Meio Ambiente, 1, 2, p. 4-10, 2006.



SEVILLA Guzmán Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario.** Plural editores, 168 p, 2011.

SHIVA Vandana. **Staying Alive: Women, Ecology and Development.** Zed Books, 260 p, 1988.

SILIPRANDI Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** Dissertação de Doutorado, Universidade de Brasília, 2009.

WEZEL A., BELLON S., DORÉ T., FRANCIS C., VALLOD D., DAVID C. **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review.** Agronomy for Sustainable Development, 29, 4, p. 503-515, 2009.

WEZEL Alexander e Virginie SOLDAT. **A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology.** International Journal of Agricultural Sustainability, 7, 1, pp. 3-18, 2009.

WEZEL Alexander. **Agroecological Practices For Sustainable Agriculture: Principles, Applications, And Making The Transition.** World Scientific, 502 p, 2017.

WRIGHT Erik Olin. **Utopies réelles.** La Découverte. 613 p, 2017



AÇÕES DE SOLIDARIEDADE FEMINISTA: RELATO DE UMA PRÁTICA INTERNACIONALISTA DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Maria Adriana Vieira das Graças

Militante da Marcha Mundial das Mulheres e compõe a equipe do Centro Feminista 8 de Março. É graduada em Letras-Espanhol pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E-mail: adrianavieirav@gmail.com

Andréa Cristina Soares Costa

Cursando doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

E-mail: profandreacristina@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer uma breve discussão acerca da força, articulação e capacidade organizativa das ações internacionais do movimento feminista Marcha Mundial das Mulheres. Para tal, focalizamos a ação “24 horas de solidariedade internacional feminista Somos Todas Apodi”, realizada na Chapada do Apodi, Rio Grande do Norte, Brasil, em 10 de dezembro de 2012.

Palavras-chave: Solidariedade internacional feminista; Ações internacionais; Somos Todas Apodi.

ACTIONS OF FEMINIST SOLIDARITY: REPORT OF A INTERNATIONALIST PRACTICE OF THE MUNDIAL WOMEN'S MARCH

ABSTRACT

The goal of this article is to make a short discussion about the strength, articulation and organizational capacity of international actions of the feminist movement World Women's March. Focusing on the action "24 hours of international feminist solidarity Somos Todas Apodi", realized on the Chapada do Apodi, Rio Grande do Norte, Brazil, december 10, 2012.

Keywords: International feminist solidarity; International actions; Somos Todas Apodi.



Introdução

O neoliberalismo, representado por empresas transnacionais, avança sobre a vida, os territórios, o trabalho e os dados das mulheres e dos povos em todo o mundo. Nessa ofensiva neoliberal, a natureza e a vida humana são transformadas em mercadorias em benefício das transnacionais. O avanço do neoliberalismo nos diferentes países é viabilizado por tratados comerciais baseados única e exclusivamente em altas margens de lucro para as transnacionais. Desse modo, podem atuar livremente no controle depredatório dos territórios, utilizando-se do trabalho precarizado de mulheres. Quando há resistência de trabalhadoras e trabalhadores nos territórios, essas transnacionais se utilizam de mecanismos de repressão e de violência para manter-se nos países.

Nesses contextos, as mulheres são profundamente atingidas, seja pela exploração do trabalho ou pela destruição de suas alternativas agroecológicas e solidárias de sobrevivência, quer no campo ou na cidade. No entanto, enquanto o capitalismo explora, depreda e tenta controlar a todo custo os territórios dos povos, o corpo e a vida das mulheres, as mulheres organizadas internacionalmente constroem força, articulação e solidariedade feminista.

No Brasil, desde os anos 2000, a Chapada do Apodi, região localizada entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, tem sido alvo de empresas transnacionais do agro e hidronegócio. Em 2011, a porção norte-rio-grandense (que desde os anos 1990 protagoniza processos de luta e conquista pela reforma agrária, com exitosas experiências agroecológicas e de convivência com o semiárido), transformou-se em uma área de conflitos por terra, água e território. O Projeto Irrigado Santa Cruz do Apodi (PISCA), de interesse de um consórcio de empresas transnacionais e coordenado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), é o agente causador desses conflitos. O conflito foi respaldado pela assinatura do Decreto de 10



de junho de 2011, que, para a implantação do PISCA, autorizou a desapropriação de 13.855,13 hectares de terras pertencentes a pequenas propriedades em assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais do município de Apodi, causando a expulsão de centenas de agricultoras e agricultores familiares.

Diante da ameaça à vida, à produção agroecológica e à biodiversidade, o Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), instituições de assistência técnica (ATER), grupos de pesquisas de universidades do Ceará e do Rio Grande do Norte e diversos movimentos e organizações, mobilizaram várias ações de denúncia e resistência ao PISCA. Entre essas ações, destacamos a ação de 24 horas de solidariedade internacional feminista “Somos Todas Apodi”, que atuou frente às transnacionais do agro e hidronegócio em Apodi. A referida ação foi realizada no Brasil em 10 de dezembro de 2012 pela Marcha Mundial das Mulheres.

Nesse sentido, nosso objetivo para este artigo é o de fazer uma breve discussão acerca da força, articulação e capacidade organizativa e solidária do movimento Marcha Mundial das Mulheres, focalizando a construção de práticas de letramento para o desenvolvimento dessa ação de solidariedade.

2. Marcha Mundial das Mulheres: um movimento anticapitalista, internacionalista e feminista

A Marcha Mundial das Mulheres (doravante MMM) é um movimento feminista internacional que atua em cerca de 60 países. Dentre as suas principais atuações estão as ações internacionais. Essas ações internacionais são organizadas a cada cinco anos e representam as sínteses políticas da plataforma do movimento, de modo a colaborar na construção permanente da relação entre o local, o nacional e o internacional. Dessas ações internacionais, destacamos a que se denomina 24 Horas de Solidariedade



Feminista, organizada anualmente como forma de construir solidariedade internacional feminista entre as militantes do movimento.

No ano 2000, uma grande mobilização de mulheres de todos os continentes organizou uma campanha internacional contra a pobreza e a violência sexista. Sob o mote “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, a campanha teve início no dia 8 de março – Dia Internacional de Luta das Mulheres – e terminou no dia 17 de outubro, Dia Internacional de Combate à Pobreza.

O que inspirou a construção dessa campanha mundial foi a manifestação internacional “Pão e Rosas”, realizada em 1995, na província de Québec, Canadá. Essa manifestação foi convocada pela Federação de Mulheres de Québec, mobilizando mulheres de diferentes países para questionarem, na época, o recém criado Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). As mulheres tinham a compreensão de que a globalização e o neoliberalismo eram correspondentes e serviam apenas aos interesses e à expansão do capitalismo neoliberal. O chamamento para uma ação contra o NAFTA se deu pelas mulheres entenderem que, assim como o neoliberalismo se organizava e se expandia, também era necessário organizar uma resistência internacional. A manifestação contou com 850 mulheres que marcharam cerca de 200 quilômetros, reivindicando questões salariais e direitos das mulheres imigrantes, resultando em aumento do salário mínimo, apoio à economia solidária e garantia de direitos para as mulheres imigrantes.

Fruto do grande êxito dessa manifestação, a Federação de Mulheres de Québec convidou lideranças feministas de diversos países para construírem uma campanha internacional contra a pobreza e a violência sexista. A mobilização resultou no comparecimento de mulheres de 40 países ao I Encontro da Marcha Mundial das Mulheres, que foi realizado em Montreal, Canadá, em 1998, e na participação de cerca de 65 países de todos os continentes na ação Marcha Mundial das Mulheres, no ano 2000.



Desse modo, partindo da compreensão de que o efeito do capitalismo patriarcal globalizado afeta a vida das pessoas em diferentes países e de maneira assemelhada, a MMM, desde a sua origem, constrói leituras sobre as dinâmicas internacionais do avanço do neoliberalismo. A partir do ano 2000, a MMM tornou-se um movimento internacional, um movimento irreversível, seguindo uma marcha permanente pelo fim da violência sexista, pela autonomia econômica das mulheres, pelo bem viver, pela natureza e os seus bens comuns, pela paz, pela desmilitarização da vida e dos territórios, pela liberdade e autonomia dos povos, pela solidariedade.

2.1 As ações de solidariedade internacional feminista

Enquanto movimento internacional e que tem como princípio a solidariedade, anualmente, a MMM organiza e mobiliza ações internacionais denominadas 24 Horas de Solidariedade Feminista. De acordo com o caderno *Feminismo em Movimento* (2019, p. 21), o que motiva a [...] “solidariedade internacional é a compreensão de que todas compartilhamos uma história e uma situação de opressão, ainda que esta se manifeste de diferentes formas em cada país, território ou região”. Isso significa compreender que a exploração de minérios que ocorre no Congo, por exemplo, não se diferencia da lógica de exploração da água e das terras, pelo agro e hidronegócio, em Apodi, no Rio Grande do Norte, Brasil. É partindo dessa compreensão, que as ações de solidariedade internacional são mobilizadas em torno da luta contra empresas transnacionais que exploram o corpo, a vida e o trabalho das mulheres em todo o mundo.

Desde 2013, a MMM transformou o dia 24 de abril, data do desabamento do edifício Rana Plaza, em Bangladesh, como o dia internacional de solidariedade feminista. Nesse edifício funcionava uma indústria têxtil que produzia roupas para marcas de grife às custas do trabalho precário de milhares de mulheres. Assim, todos os anos, no dia 24 de abril, das 12h às 13h, em uma ação que segue o caminho do sol,



do Oceano Pacífico ao Atlântico, milhões de mulheres de todos os continentes se mobilizam nas ruas, redes sociais e no campo, resultando em 24 horas ininterruptas de solidariedade pelo mundo.

Desde 2014, a MMM se juntou à Campanha Roupas Limpas, campanha internacional que cumpre o papel de pressionar empresas transnacionais do setor têxtil a pagarem salários dignos a suas(seus) funcionárias(os), a cumprirem as legislações nacionais e a garantia do fundo de apoio às vítimas de acidentes de trabalho. Com isso, em 2015, a MMM organizou mobilizações na rede de lojas Wal Mart, que no Brasil, a partir das hashtags #QuemFezSuaRoupa e #VidasPrecárias, denunciou a precariedade causada pelas terceirizações e a reforma trabalhista. Em 2018, continuando na perspectiva de enfrentar e denunciar as condições de trabalho de empresas de confecções, as militantes da MMM ocuparam facções da rede de lojas brasileira Riachuelo, que em 2016 foi condenada pelo Ministério Público e do Trabalho por trabalho análogo à escravidão.

No entanto, a partir deste ponto, destacamos a ação “Somos Todas Apodi”, realizada em dezembro de 2012, em todas as regiões do país, em solidariedade às mulheres da Chapada do Apodi, no estado do Rio Grande do Norte. Essa ação mobilizou mulheres em diversos estados brasileiros, sendo que 2 (duas) mil estiveram no próprio território da Chapada do Apodi, juntamente com as trabalhadoras rurais que vivenciavam a ameaça das transnacionais. Na ação foi organizada uma marcha nas margens da BR 405, na qual se encontrava o canteiro de obras do PISCA. Vejamos na Figura 1, essa marcha em Apodi.



Figura 1 – Marcha nas margens da BR 405



Fonte: Blog do Centro Feminista 8 de Março, 2012 <<<http://centrofeminista.com/>>>

A marcha (Figura 1) iniciou na entrada da cidade de Apodi, em frente à escola Antônio Dantas, e seguiu em direção ao canteiro de obras, nas margens da BR 405. Organizada em alas e por cores –justiça a cor verde, igualdade representada na laranja, lilás representando a liberdade e paz e solidariedade na cor vermelha –, a marcha finalizou com a troca de uma placa de obras do Governo Federal/DNOCS pela placa da campanha “Não ao #ProjetoDaMorte do DNOCS na Chapada do Apodi”. Vejamos na Figura 2.

Figura 2 – Placa de obras do Governo Federal/DNOCS



Fonte: Acervo do Centro Feminista 8 de Março, 2012.

A placa (Figura 2) instalada meses antes pelo DNOCS, confere uma propaganda de investimento Governo Federal, o que demonstra apoio ao agro e hidronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa na Chapada do Apodi.

No entanto, compreendendo a importância das ações de denúncia e reivindicação para pressionar os governos, e trazê-los para próximo das necessidades reais das mulheres e do povo da Chapada, as duas mil mulheres protagonizaram a troca da placa da Figura 2 pela placa da Figura 3 a seguir. Vejamos.

Figura 3 – Placa da campanha Não ao #ProjetoDaMorte



Fonte: Acervo do STTR Apodi, 2012

A razão direta de troca de placas (Figura 3) como resposta dada ao DNOCS pelas duas mil militantes da Marcha Mundial das Mulheres é forte demonstração que a solidariedade pode ser uma poderosa estratégia de enfrentamento às empresas transnacionais. Demonstra ainda a capacidade organizativa do movimento, que a partir de uma ação internacional retoma simbolicamente a reapropriação das terras da Chapada, o controle do território camponês.

Ao observarmos as figuras 2 e 3 percebemos uma relação multissemiótica entre as placas. Ao olharmos para as figuras e nos determos nas imagens é possível compará-



las e assim perceber a inversão de valores, as divergências e incompatibilidades entre os interesses de uma transnacional e as necessidades reais das mulheres, do povo do campo, da agricultura familiar. Na placa da Figura 3 é uma mulher agricultora, é a produção, o território, a cesta de hortaliças que ganham atenção. Enquanto isso, na placa da Figura 2, são apenas palavras em caixa alta “IMPLANTAÇÃO DA 1ª ETAPA DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO SANTA CRUZ”, sem a presença de pessoas, de qualquer resquício de terra ou vegetação que ganham destaque. A placa é um encadeamento de palavras que, em meio a um grande vazio, pode ser compreendido como a verdadeira ausência de pessoas ou ação de extermínio de populações inteiras quando se viabiliza projeto de interesses neoliberais.

Outro elemento que destacamos na placa da Figura 3 é a utilização da *hashtag*, #ProjetoDaMorte, o que contribui para a indexação de conteúdo na Internet. A utilização desse recurso aliado à capacidade organizativa da MMM expandiu o diálogo para além das duas mil mulheres presentes em Apodi. É possível verificar essa expansão nos excertos de textos sobre essa ação de solidariedade em pelo menos outros nove estados brasileiros, noticiado no site da Sempre Viva Organização Feminista. Vejamos.

Quixadá (CE) – cerca de 350 mulheres de Quixadá, Quixeramobim, Fortaleza em conjunto com o MST e CUT realizaram um ato estadual nas 24 horas de ação feminista.

Paulo (SP) – militantes da Marcha ficaram na Praça Ramos das 11h30 as 13h. O ato foi regado à criatividade e irreverência. De pratos vazios nas mãos as mulheres denunciavam a pobreza gerada pela concentração de terra do agro e hidronegócio. Foram distribuídos sachês de mel simbolizando a agricultura familiar, a alimentação saudável.

Araras (SP) – as mulheres se reuniram para prestar sua solidariedade às mulheres de Apodi, debatendo e entendendo melhor a ação do agronegócio na vida das mulheres.

Curitiba (PR) – o ato contou com militantes sindicais e feministas da Marcha Mundial das Mulheres e da CUT. A denúncia do projeto do agronegócio que prevê a desapropriação de 13 mil hectares em Apodi-RN, com expulsão de mais de 150 famílias produtoras de alimentos livres de agrotóxicos foi o eixo central da atividade.



São João Del Rei (MG) – das 12h às 13h foi realizada uma oficina de estêncil e panfletagem com as Mulheres do Coletivo Carcará da MMM e Levante Popular da Juventude. Somos todas APODI!

Rio de Janeiro (RJ) – o Largo da Carioca ficou mais lilás, junto com as companheiras da MMM e o MST - que realizam a Feira Estadual da Reforma Agrária. Elas manifestaram o repúdio ao agronegócio e a nossa solidariedade feminista às companheiras de Apodi.

Araguaina (TO) – as meninas do Coletivo Olga Benário fizeram um grafite na Universidade Federal do Tocantins e panfletagem dizendo SOMOS TODAS APODI!

Recife (PE) – as mulheres da MMM foram pelas ruas, panfletando e manifestando porque somos contra o agronegócio.

Brasília (DF) - além da panfletagem, a MMM colocou uma faixa em frente ao palácio do planalto, dizendo: "Presidenta Dilma! Contra o perímetro irrigado e contra o agronegócio, por soberania alimentar e autonomia para as mulheres: Aqui, Somos todas Apodi!

Porto Alegre (RS) – com o grito “Privatizar é a gota d’água”, as gurias estiveram no centro da cidade denunciando o agronegócio desde Apodi e as ações nefastas do capital sobre a vida das mulheres, sobre a natureza em ataques constantes a nossa soberania a autodeterminação dos povos.

Santa Cruz do Sul (RS) – as ativistas da Marcha Mundial das Mulheres e do Fórum em Defesa da água pública, ocuparam o espaço na Rádio Comunitária das 12h às 13h /.../ O programa foi dedicado às questões feministas dando destaque especial a Apodi - “Somos solidárias às mulheres de Apodi, que resistem ao agro e hidronegócio” e “Estamos em marcha até que todas sejamos livres! Livres do agronegócio! Livres do hidronegócio! Aqui, Somos todas Apodi!”

Esses excertos apontam uma atitude responsiva diante do chamado da MMM para a ação “Somos Todas Apodi”. Demonstra ainda grande capacidade organizativa e de mobilização em torno do princípio da solidariedade diante de uma situação imposta pelas empresas do agro e hidronegócio em Apodi.

De acordo com Bakhtin (2003, p. 271)

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se



forma ao longo de todo processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante.

Embora nessa assertiva, Bakhtin mencione a atitude responsiva no âmbito da oralidade, também é possível identificá-la no texto escrito. Logo, a responsividade não é uma atitude unicamente da oralidade. Cabe ainda destacar que, ao referir-se à atitude responsiva, o autor destaca que o sujeito age ao escolher um posicionamento, que pode ser de concordância ou de discordância do discurso apresentado. Tal compreensão desfaz a ideia da neutralidade linguística.

No caso em destaque, os excertos das notícias da Ação de Solidariedade “Somos Todas Apodi”, as mulheres interlocutoras escolhem contrapor-se ao discurso das empresas do agro e hidronegócio, cujo mote tenta nos convencer de que o campo precisa sofrer a interferência dessas empresas para poder desenvolver-se. Logo, a atitude das mulheres mostra-se consciente de que, para elas, a compreensão de desenvolvimento que as empresas têm é bem distinta da que elas adotam.

Bakhtin (2009) nos revela que é impossível desvincularmos os enunciados, ou seja, as manifestações discursivas, do contexto em que estão inseridos e também da interação social entre os interlocutores. Por essa razão, os enunciados nos desvelam aspectos, elementos e posicionamentos das visões de mundo de quem as enuncia. Logo, todo enunciado é uma forma de resposta, quer seja a favor ou contra, às formas apresentadas anteriormente.

Nessa conjuntura, corroborando Miotello (2012), as palavras (escritas e oralizadas) são, ao mesmo tempo, agentes e memórias sociais, entrelaçadas por uma multidão de fios ideológicos, muitas vezes paradoxais entre si. Considerando que se apresentam assim em todos os campos da vida social e das relações humanas – constituindo e sendo por eles constituídas – as palavras e o enunciado, configuram-se como terreno dos conflitos sociais.



3. Considerações finais

O princípio da solidariedade e do internacionalismo é constante em todas ações da Marcha Mundial das Mulheres. As ações de 24 Horas de Solidariedade Feminista, que anualmente demonstra na prática como mulheres do mundo inteiro, estejam em um assentamento em Apodi, em uma comunidade rural no Congo, em um bairro popular na Índia, podem estar conectadas pela luta, pela solidariedade. É a compreensão de que construir uma nova sociedade passa por enfrentar o capitalismo patriarcal, as transnacionais, que em diferentes lugares da terra explora o trabalho e o corpo das mulheres, destrói vidas e economias locais.

Construir um movimento internacional passa por construir ações que vinculem o cotidiano local aos processos globais. As ações de 24 Horas de Solidariedade Feminista extrapolam os limites geográficos dos territórios onde as lutas são enfrentadas, de modo que mostram o poder de articulação e mobilização e da Marcha Mundial das Mulheres. Concluimos assim que o feminismo é uma resposta coletiva que organiza ações locais articuladas com leituras e dinâmicas internacionais.

Recebido em 31 de março de 2020

Aprovado em 16 de maio de 2020.



Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006;

BRASIL. Decreto de 10 de junho de 2011. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, a área de terra que menciona, localizada nos Municípios de Assu e Upanema, no Estado do Rio Grande do Norte. Brasília-DF: **Diário Oficial da União**. Ano CXLVIII N. 112, p. 1-2. 2011. Acesso em: 29 mai, 2018.

FEMINISMO EM MOVIMENTO. **Caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres**. SOF. São Paulo. 2019.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 167-190.



MULHERES, GÊNERO E AGROECOLOGIA NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

Antonia Geane Costa Bezerra

Engenheira Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) e Mestra em Agroecologia pela Universidade Internacional da Andaluzia (UNIA). Desenvolve trabalhos e estudos nos temas relacionados a políticas públicas para agricultura familiar, agroecologia e mulheres rurais.

E-mail: antoniageane@gmail.com

Marta Soler Montiel

Professora de Economia Agrária na Universidade de Sevilla e no Mestrado Universitário em "Agroecologia: um enfoque para a sustentabilidade rural" da UNIA. Doutora em Ciências Econômicas - Universidade de Sevilla.

E-mail: msoler@us.es

Irene García Roces

Doutora em recursos naturais e sustentabilidade pela Universidade de Córdoba. Trabalha na entidade Varagaña - Género y Agroecologia com temas relacionados com feminismo campesino e comunitário, a economia feminista e a defesa do território e da soberania alimentar.

E-mail: irenexixon@hotmail.com

Andrea Lorena Butto Zarzar

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e integrante do Laboratório de Estudos Rurais do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRPE.

E-mail: al.zarzar@hotmail.com

RESUMO

A participação das mulheres na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu e sua interface com a agroecologia foi analisada. A feira proporcionou ampliação da renda e reforçou a produção agroecológica uma vez que promoveu novas relações sociais para as mulheres com melhora da autoestima e autoconfiança. As mulheres na feira conquistaram um espaço público que lhes aporta visibilidade, reconhecimento e renda, mas também uma maior carga de trabalho uma vez que elas continuam sendo as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados.

Palavras chave: Agroecologia; Feminismos; Mulheres Rurais; Agricultura Familiar; Soberania Alimentar.



WOMEN, GENDER AND AGROECOLOGY AT THE FAMILY FARMING FAIR OF SÃO JOSÉ DE MIPIBU

ABSTRACT

The participation of women in the family farming fair in São José de Mipibu and its interface with agroecology was analyzed. The fair provided an increase in family income and reinforced agroecological production, promoting new social relationships for women with improved self-esteem and self-confidence. The women at the fair conquered a public space that gave them visibility, recognition and income, but also a greater workload as they continue to be responsible for domestic work and care.

Keywords: Agroecology; Feminisms; Rural Women; Family farming; Food Sovereignty.

Introdução

Apesar das dificuldades e da invisibilidade das mulheres na participação em atividades ditas “produtivas” e orientadas ao mercado, elas são protagonistas ativas da agroecologia no Brasil e em muitos casos representam a maioria do público que integra as feiras locais da agricultura familiar, independentemente de haver um critério ou cota de participação e sem necessariamente existir um trabalho de auto-organização das mulheres que as estimulasse a isso (SILIPRANDI, 2015). Algumas dessas mulheres são as principais referências em produção agroecológica nos municípios em que a prática camponesa ainda é muito presente, e se constituiu numa forte resistência ao modelo de produção industrial que se impôs no meio rural, devastando não só o meio ambiente, com seus pacotes tecnológicos da morte, mas destruindo a cultura, os saberes e as práticas tradicionais dos camponeses e camponesas (SHIVA, 1993; SILIPRANDI, 2009). Essa realidade despertou o interesse na análise das mulheres na feira de São José de Mipibu no Território Agreste e Litoral



Sul (Terrasul), no Estado Rio Grande do Norte, na região Nordeste do Brasil¹ e analisar a influência da feira na vida das mulheres camponesas e a influência da participação das mulheres na própria feira.

O objetivo deste artigo é compreender e visibilizar a participação das mulheres nos processos de comercialização da feira de agricultura familiar de São José de Mipibu e suas interfaces com as dinâmicas locais de transição social agroecológica. Para tal efeito se analisa a atuação das mulheres na feira e nos grupos domésticos camponeses, a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar nas esferas da produção e reprodução da vida; para compreender o papel das mulheres camponesas na organização e no funcionamento da feira e identificar as transformações materiais, relacionais e subjetivas que este processo promove na vida das mulheres².

2. Metodologia

A feira da agricultura familiar de São José de Mipibu foi selecionada por se tratar de uma experiência exitosa da agricultura familiar³. Com o objetivo de

1. Impulsionado pela política de desenvolvimento territorial, o Território Terrasul desenvolveu uma experiência de implantação de um conjunto de dezessete feiras municipais de agricultura familiar, com uma média de quinze (15) barracas por feira, envolvendo cerca de 255 famílias. A autora principal do artigo atuou por quase três anos (2014 a 2016) na equipe do NEDET/UFRN como assessora de inclusão produtiva (ATIP) do colegiado territorial, o que permitiu a organização e participação em inúmeras reuniões, oficinas e seminários, além do acompanhamento direto à implantação das feiras. Com isso, obteve acesso a um conjunto de informações prévias sistematizadas e a diversos contatos com vínculos pré-estabelecidos com os atores e atrizes do território

²O artigo tem por base o trabalho de conclusão do curso de mestrado em Agroecologia: um enfoque para sustentabilidade rural, vinculado institucionalmente à Universidade Internacional da Andaluzia (UNIA), em que a autora principal do artigo foi mestrande e as coautoras participaram como orientadoras.

³ A feira mantém estabilidade no funcionamento semanal ininterrupto desde a sua criação há mais de 3 anos, maior número de componentes, com dezoito (18) participantes e maior proporção de mulheres (94%) em relação às demais feiras, além de expressiva proporção de mulheres (82%) que comercializam produtos agrícolas.



compreender o fenômeno pesquisado, a partir da escuta e análise das diferentes vozes e vivências das mulheres, foram usadas duas estratégias de metodologias qualitativas: a observação participante e as entrevistas individuais semiestruturadas. Previamente às entrevistas individuais, foi aplicado um questionário que permitiu caracterizar a feira e captar a diversidade de situações das mulheres e dos grupos domésticos. De forma complementar foram realizadas três entrevistas a representantes de instituições⁴. Também entrevistamos todas/os as/os componentes da feira (dezessete mulheres e um homem)⁵.

A observação participante foi realizada durante todo o período do trabalho de campo (julho a setembro de 2019), através de conversas informais com as pessoas envolvidas, na participação em atividades relacionadas com a feira, visitas (5) à feira visando conhecer sua organização e dinâmicas. Esses momentos se constituíram numa oportunidade ímpar para observar e refletir sobre a ausência das mulheres em algumas feiras, observar os produtos comercializados (volume, diversidade, qualidade, preços) e, perceber a satisfação das mulheres por participar da feira.

A pesquisa bibliográfica complementou o trabalho de campo e a coleta de dados secundários sobre a feira, revisando documentos elaborados pelas instâncias

⁴ Entrevistamos o técnico do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER que participou da implantação das feiras como gestor da regional de São José de Mipibu e o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - CMDS que coordena a feira, além da presidenta do Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais - STTR

⁵ Duas entrevistas foram feitas durante a feira e as demais na casa das mulheres, embaladas pelo som de animais, de crianças, do chamado de vizinhos e tantos outros sons à volta, que proporcionaram ouvir, observar e sentir um pouco as circunstâncias em que vivem as mulheres. As entrevistas foram realizadas de forma aberta, como em uma conversa, e permitiram conhecer as pessoas que dão vida a essa experiência, ver como vivem e muitas vezes compartilhar as emoções, ao descrever as dificuldades e satisfações, costumes, escolhas e estratégias de sobrevivência nas suas vidas. Assim, cada entrevista significou um momento ímpar de satisfação pelo aprendizado e conhecimento adquirido que vão muito além do objeto de estudo e são impossíveis de expressar com palavras.



organizativas territoriais e da feira, que incluem documentos oficiais como projetos, atas e relatórios de reuniões e de eventos territoriais.

Finalmente, concluído trabalho de campo e tendo as informações sistematizadas e as entrevistas transcritas, foi feita a análise das informações e dados determinando as relações existentes entre os temas mencionados e a análise com os subsídios teóricos do feminismo e da agroecologia.

3. Globalização agroalimentar, agroecologia e feminismos

Nas sociedades industriais contemporâneas, conhecidas também por sociedades de consumo, se destaca a escalada abissal de riscos e ameaças ambientais produzidas a partir do seu próprio funcionamento e padrões de apropriação dos recursos naturais. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a agroindústria tem sido objeto de investimentos bilionários de grandes empresas multinacionais em todas as etapas da cadeia produtiva - da semente à mesa do consumidor - constituindo o que se chama de sistema agroalimentar corporativo (DELGADO, 2010) em que a alimentação é tratada apenas como mercadoria dentro da visão economicista que sustenta esse modelo.

Em que pese, o aumento na produção de alimentos, esse sistema não conseguiu sustentar o ritmo de produção crescente e nem responder às demandas de alimentação mundial (GUZMÁN et al., 2000). O sistema agroalimentar industrial carrega consigo perversas estratégias que levam à concentração de terra e de renda, o uso intensivo e predatório dos recursos naturais e a perda dos padrões culturais de alimentação dos povos, se configurando em grave ameaça à existência e manutenção da agricultura familiar camponesa, com maiores danos à vida das mulheres rurais e comprometendo a segurança e soberania alimentar dos povos (SOLER; CALLE, 2010).



3.1 A Agroecologia como alternativa para a sustentabilidade e a soberania alimentar

O panorama da alimentação no mundo sinaliza a urgência de uma mudança no modo como se produz, comercializa e consome a comida. Alimentar a população com justiça socioambiental é um desafio que confronta o sistema agroalimentar corporativo. A agroecologia compreende a alimentação como um direito humano e não como mercadoria, por esse motivo se constitui numa alternativa ao sistema agroalimentar dominante (CALLE et al., 2013).

A agroecologia surge como alternativa à agricultura convencional, um modelo que integra conhecimentos e princípios ecológicos e resgata os conhecimentos tradicionais dos agricultores e agricultoras. Busca compatibilizar a produção de alimentos com baixo impacto nos ecossistemas, considerando que as mudanças de caráter técnico produtivo são insuficientes para alcançar uma agricultura sustentável, que requer, também mudanças socioeconômicas e políticas. A agroecologia oferece importantes aportes científicos para a análise e avaliação dos agroecossistemas e sistemas alimentares e uma proposta para a práxis técnico-produtiva e sociopolítica em torno do manejo ecológico dos agroecossistemas (SEVILLA; SOLER, 2010). Essa concepção se integra à concepção de agroecologia construída no Brasil, a qual afirma a agroecologia como ciência, mas também como prática e movimento social (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; SILIPRANDI, 2009; PETERSEN; ALMEIDA, 2006).

Na agroecologia se encontra um amplo arcabouço de elementos capaz de apoiar processos de transformação do modo de produção e do sistema agroalimentar, insustentáveis, para sistemas sustentáveis, cujos princípios são compatíveis com a construção da segurança alimentar e formas justas de vida humana e valorizadora dos demais seres vivos.



A prática da agroecologia se manifesta nas diversas experiências voltadas ao manejo da biodiversidade desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras. As experiências de agroecologia desenvolvidas no Brasil, são fruto das lutas, das práticas e da força e resistência da agricultura familiar camponesa, que permanece viva e pujante apesar do poder avassalador do agronegócio.

A identidade camponesa está enraizada nos conhecimentos empíricos e nas práticas de manejo da biodiversidade dos agroecossistemas interpretados como racionalidade ecológica (TOLEDO, 2005) e numa racionalidade econômica centrada no trabalho e orientada a atender necessidades de forma autônoma ao mercado, buscando a estabilidade e a reprodução social e não acumulação (PLOEG, 2016). Essa racionalidade econômica típica do campesinato é abordada por Polanyi (1994) como uma economia substantiva arraigada socioculturalmente nas comunidades que atualmente é identificada como uma economia social e solidária e se opõe a economia hegemônica guiada pela lógica do lucro (CORAGGIO, 2007). Em atenção às necessidades dos seus grupos domésticos, as mulheres camponesas protagonizaram a agroecologia na prática, mas foram invisibilizadas pelo patriarcado (SILIPRANDI, 2009, GARCÍA, 2017; SOLER; PÉREZ, 2013; BUTTO, 2017).

No Brasil se registram importantes experiências – seja nas organizações da sociedade civil, nos movimentos sociais ou nas instituições acadêmicas - de resistência ao sistema agroalimentar hegemônico. São inúmeros os agentes sociais comprometidos com a construção da agroecologia no Brasil⁶.

⁶ Dentre eles encontramos: a) o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra; b) o Movimento Agroecológico (com relevante participação das mulheres e dos movimentos de mulheres); c) Instituições de ensino, pesquisa e extensão; e d) os movimentos de mulheres rurais que defendem um novo modelo de agricultura fundamentado no tripé: terra, agroecologia e água; temas associados à defesa do território, dos bens comuns e do feminismo (BUTTO, 2017).



A dimensão política da agroecologia ganhou força nos anos 2000, quando os movimentos sociais do campo, principalmente aqueles articulados na Via Campesina incorporaram a agroecologia à sua estratégia de ação visando fortalecer sua plataforma política de enfrentamento ao agronegócio. No Brasil, a ação política agroecológica mais recente e significativa se deu com a 17ª jornada de agroecologia durante a qual um conjunto de agricultoras, agricultores e movimentos sociais afirmaram em carta⁷ final do evento que a agroecologia não é somente produzir sem veneno. Agroecologia é projeto político, é prática, é movimento, é ciência e educação populares. É garantia da igualdade e da diversidade racial, de gênero e de sexualidade. É valorização do trabalho e do ser e saber camponês. É respeito e promoção da diversidade social, ambiental e identitária. A Agroecologia é a concreta capacidade dos povos para enfrentar as mudanças climáticas no planeta e garantir a soberania e segurança alimentar. É por isso também que a agroecologia e a democracia são indissociáveis.

3.2 Feminismo e agroecologia: pôr a vida ao centro

“Sem feminismo não há agroecologia” alerta o movimento de mulheres agroecológico brasileiro nos processos de construção da justiça sociocultural. O mundo rural camponês está atravessado pelas relações desiguais de gênero e para que a agroecologia se constitua numa real alternativa ao modelo dominante é necessário incorporar um enfoque feminista explícito capaz de abordar esta situação e promover uma mudança genuína.

⁷Carta elaborada e aprovada pelos povos do campo, da cidade, das águas e florestas, representados por mais de 10 mil participantes, oriundos de sete estados brasileiros e de mais de 25 países presentes na 17ª jornada de agroecologia.



3.2.1. Mirando a realidade socioeconômica desde um enfoque feminista

O ecofeminismo se opõe ao patriarcado e à dominação da natureza. O androcentrismo é o sistema de dominação masculina, que organiza a sociedade, com base nos interesses masculinos (SOLER; PÉREZ, 2013). Segundo Siliprandi et al. (2012, p 2) “o patriarcado es una forma de organización política, económica, cultural, religiosa y social basada en la autoridad de los hombres sobre las mujeres en todos los ámbitos, con particularidades temporales y de lugar”. As relações sociais de gênero, assim como as demais relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada de divisão sexual do trabalho, mas também simbólica (KERGOAT, 2009).

A economia feminista que critica a concepção dominante de economia restrita ao mercado, e do trabalho ao emprego, destaca os limites da visão da economia convencional que considera apenas o trabalho remunerado orientado ao mercado, desenvolvido principalmente pelos homens, e mostra como essa abordagem ignora e desvaloriza os trabalhos domésticos e de cuidado, atribuídos de maneira quase exclusiva às mulheres (CARRASCO, 2014; PÉREZ OROZCO, 2014) e tipifica essas atividades como ajuda que adquire um lugar subordinado na economia de mercado (NAROTZKI, 1988).

A divisão sexual do trabalho se sustenta na categorização do trabalho que separa o espaço público e o privado e associa o público ao econômico e ao privado tudo o que está fora da economia. O trabalho doméstico e de cuidados, já que não são objetos de trocas mercantis, será, por isso, definitivamente marginalizado e invisibilizado (CARRASCO, 2014). Dessa forma, apenas o trabalho remunerado é considerado como produtivo e é atribuído principalmente aos homens, às mulheres cabe a responsabilidade pelo trabalho não remunerado, o trabalho de reprodução da



vida - doméstico e de cuidados - entre eles alimentar a família, com os cultivos para o autoconsumo, por isso um trabalho improdutivo.

A divisão sexual do trabalho é a forma hierarquizada de divisão do trabalho decorrente das relações sociais de sexo. Esses princípios se legitimam através da ideologia naturalista que rebaixa o gênero ao sexo biológico e define “papéis sociais” sexuados, utilizando a natureza para justificar a hierarquia dos homens e a subordinação das mulheres (KERGOAT, 2009).

Como aponta o ecofeminismo, a subordinação das mulheres está relacionada, no cultural e material, à exploração da natureza (WARREN, 2003). A natureza é desprezada desde uma perspectiva antropocêntrica, sendo considerada inferior e sem valor frente ao ser humano, legitimando sua apropriação e até destruição a serviço dos interesses humanos. As mulheres e o feminino também se identificam com a natureza através do que Alicia Puleo (2005) chama de "dualismos opressivos" que relacionam a dicotomia cultura-natureza com a dicotomia masculino-feminina dentro de uma cadeia de dualismos opressivos, como razão-emoção, corpo-mente ou civilizado-primitivo, entre outros. Essa associação entre o feminino e as mulheres e a natureza é apresentada como algo natural e biologizado escondendo a construção cultural e ideológica que realmente a sustenta (PULEO, 2005, WARREN, 2003).

Na agricultura familiar a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, ambas regidas, em geral, por uma rígida divisão sexual e geracional do trabalho, em que as tarefas e os papéis sociais entre homens e mulheres, adultos, jovens e idosos são distintos e marcados por uma hierarquia. Atividades, espaços de produção e identidades sociais distintas são determinadas, sendo atribuído às mulheres adultas as atividades domésticas e de reprodução da família, e aos homens, os espaços ditos “produtivos” e de geração de renda (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011;



HARRIS, 1986). Ou seja, o doméstico é desvalorizado, assim como o feminino, embora desenvolva atividades fundamentais para a sustentabilidade da vida.

As relações sociais de gênero nos grupos domésticos da agricultura familiar condicionam as formas do trabalho das agricultoras. A desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho que dela resulta influencia e limita as possibilidades de ampliação do papel das mulheres frente às suas práticas sustentáveis. As mulheres agricultoras têm dificuldades para se inserir nas atividades de produção voltadas para o mercado e de comercialização, e se concentram em atividades domésticas realizadas no espaço privado que ganham expressão em jornadas extenuantes de trabalho (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011; PACHECO, 1997; PAULILO, 2004).

3.3.2. A compreensão feminista da agricultura familiar camponesa na construção da agroecologia

A convergência entre o feminismo e a agroecologia elaboradas pelo ecofeminismo pretende partir do enfoque agroecológico e do feminismo para promover profundas mudanças na forma de ver, compreender e atuar na perspectiva de gênero, a qual necessita ser incorporada de forma ampla no campo agroecológico. Para construir agroecologia é importante evitar a cegueira de gênero e ter em vista que as relações sociais entre homens e mulheres, no contexto da agricultura familiar, permanecem marcadas por profundas desigualdades. Se perpetua a visão da família como um núcleo homogêneo, em que os homens são os legítimos representantes da família e, como tal, responsáveis pela produção e mantem-se a ideia de que é dever das mulheres se submeter às decisões impostas por esta hierarquia que as considera as únicas responsáveis pelo cuidado da família e por tudo o que é inerente a reprodução da vida (HARRIS, 1986).



Essa convergência passa não só pela valorização do trabalho das mulheres, mas principalmente pela problematização da divisão sexual do trabalho, baseada na ideia da complementariedade entre o trabalho desenvolvido pelos membros da família e o questionamento da idealização da família como espaço alheio ao conflito como aponta Olivia Harris (1986). Se deve evitar o risco de uma visão instrumental em que o trabalho das mulheres potencializa a agroecologia sem refletir como a agroecologia pode contribuir para a luta das mulheres por sua autonomia e conquista dos direitos à terra, à água, aos recursos para a produção e às políticas públicas (PACHECO, 2005).

Siliprandi et al. (2014) alerta que a falta de reconhecimento das mulheres agricultoras como sujeitos plenos de direitos está comprometendo todo um conjunto de possibilidades de enriquecimento dos movimentos, seja em termos das atividades dominadas por elas, sobre as quais elas já têm saberes acumulados, seja em relação à construção da equidade social e de gênero, tão apregoada e tão pouco promovida. A Agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos/das camponeses/as se também não se ocupar, teórica e praticamente, do enfrentamento da subordinação das mulheres agricultoras.

Uma das manifestações atuais mais eloquentes do encontro entre o feminismo e a ecologia é o fenômeno dos grupos de mulheres que lutam pela soberania alimentar. A aspiração à igualdade de gênero em relação às propostas e demandas da Via Campesina (2007) mostra que muitas mulheres encontram na agroecologia uma nova forma de se relacionar na família e na sociedade. Deixam a esfera doméstica, ganham reconhecimento e recursos, denunciam a violência baseada no gênero e outras formas de opressão patriarcal que as afetam, melhoram sua saúde, a própria e a de toda a sociedade, preservando o ecossistema (PULEO, 2009).

Contudo, em que pese haver uma aproximação crescente entre os campos da agroecologia e do feminismo, expressada por vezes na inclusão das mulheres rurais



nos projetos agroecológicos, a interação entre os dois campos ainda é um desafio, visto que a agroecologia ainda não absorveu em sua teoria e até mesmo na prática, a relevância da igualdade de gênero (SILIPRANDI; GARCÍA, 2012).

3.3. Canais curtos de comercialização e relações de gênero na agroecologia

As mulheres camponesas são protagonistas não reconhecidas em canais de comercialização agroecológicos (GARCÍA, 2017), sendo os canais de comercialização um elemento essencial na construção da agroecologia só reconhecido como tal recentemente (SOLER et al., 2012). Inicialmente, a agroecologia focou sua atenção na propriedade rural e na dimensão técnico produtiva promovendo o redesenho dos agroecossistemas a partir de critérios ecológicos (ALTIERI, 1999), mas os processos de transição agroecológicas revelaram a necessidade de prestar atenção ao sistema agroalimentar como um todo (GLIESSMAN, 2014), já que a articulação da produção com o consumo é imprescindível para dar estabilidade às mudanças na propriedade. Essa transformação foi decisiva para uma maior atenção às feiras e outros canais alternativos de comercialização agroecológica.

Na construção dessas estratégias de comercialização agroecológica, a questão central não é apenas a eliminação dos intermediários, mas, sobretudo, a redefinição das relações de poder dentro das cadeias agroalimentares em favor dos agricultores e consumidores, elementos mais frágeis do sistema agroalimentar corporativo (SOLER; PÉREZ, 2013; SOLER et al., 2012). Os canais curtos de comercialização estão enraizados nas necessidades alimentares da população local e na proximidade relacional, material e cultural entre aqueles que produzem e aqueles que comem (SOLER; CALLE, 2010).

As pesquisas sobre o papel das mulheres e relações de gênero nas feiras agroecológicas e sua conexão com as transições agroecológicas estão apenas



começando e necessitam um maior aprofundamento. Estudos de economia social e solidária (NOBRE, 2011) e da economia feminista (GARCÍA, 2017; GARCÍA; SOLER, 2010) são campos importantes de reflexão para entender o protagonismo das mulheres nos mercados agroecológicos locais, visto que, por um lado a economia feminista permite compreender, visibilizar e valorizar o trabalho e as vivências das mulheres desde a lógica do cuidado e não apenas do mercado, assim como dentro do marco das relações hierárquicas de gênero. Por outro lado, a economia social e solidária desenvolvida a partir do trabalho pioneiro de Karl Polanyi permite compreender, visibilizar e valorizar o trabalho, os mercados e a racionalidade campesina orientada a atender necessidades, buscando a estabilidade social e não a acumulação em contraste com os mercados capitalistas.

4.A Feira, as mulheres e o trabalho

Analisamos a participação das mulheres na feira, desde suas origens, a partir das relações de gênero, e particularmente as transformações das relações sociais com foco especial nos grupos domésticos, na divisão sexual do trabalho nas casas, quintais e roçados e as mudanças resultantes da participação das mulheres na feira.



4.1 Mulheres e relações de gênero na feira agroecológica de São José de Mipibu

4.1.1 A feira – origem e participação das mulheres

Em São José de Mipibu a experiência da feira surgiu da iniciativa de mulheres agricultoras da Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais do Povoado Bom Jardim – ASSORURAL que buscavam alternativas de venda direta dos seus produtos no município. Embora a participação das mulheres esteja oculta nas falas dos técnicos que contam a história, identificamos que nesse período a Associação tinha uma mulher na Presidência que junto com outras duas agricultoras, iniciaram a venda na sede do município dando origem a uma pequena feira de produtos agroecológicos.

O projeto da Feira é assumido e incorporado às políticas públicas locais⁸, contudo, sua origem está associada às iniciativas das mulheres camponesas para atender as necessidades de comercialização dos alimentos antes destinados ao autoconsumo e o excedente, por vezes, vendido à atravessadores locais.

Atualmente, no contexto de desativação e desmonte⁹ das políticas públicas para a agricultura familiar, essa feira continua ativa, sem dúvida, por causa dessa raiz, uma

⁸ Posteriormente, no processo de implantação do projeto da Feira a participação das mulheres foi definida no âmbito da Câmara de Inclusão Produtiva do colegiado territorial – CTIP, seguindo a orientação do PRONAT sobre a importância na atenção à superação das desigualdades de renda e gênero nos programas e ações executados nos territórios. Essa orientação foi acolhida pelas instâncias territoriais e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável Solidário (CMDs). A Feira de Agricultura Familiar de São José de Mipibu, foi impulsionada pela linha de ação do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial (PRONAT) que consiste nos Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF) e tem como objetivo financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento dos Territórios Rurais ou da Cidadania.

⁹ A partir de 2016, em função das mudanças na conjuntura política brasileira, com o processo de destituição da Presidenta Dilma Rousseff, alteraram-se os rumos das políticas de fortalecimento à agricultura familiar implantadas no período recente (2003 a 2016) da história do Brasil. O Ministério de



vez que foi originada nas necessidades das mulheres e das famílias, especialmente as alimentares pelas quais as mulheres são responsáveis (NOBRE, 2011; SILIPRANDI, 2009).

A feira é composta hoje por um grupo de dezoito famílias, das quais apenas uma tem o homem como titular, o que revela uma participação expressiva e efetiva das mulheres. Dos dezoito grupos domésticos da feira, nove deles tem vínculo de parentesco com alguma outra pessoa do grupo¹⁰.

A maioria das famílias que compõem a feira vive em comunidades rurais, apenas quatro famílias moram na sede da cidade, sendo duas que trabalham com alimentos processados, uma que cultiva plantas ornamentais e medicinais e um (homem) que não cultiva, apenas comercializa. Todas as agricultoras e agricultores da feira são filhas e filhos de agricultores familiares camponeses e apresentam forte identidade com a terra e relação com atividade agrícola.

4.1.2 Alimentos, consumo e renda

Embora nos primórdios de sua implantação se pretendesse que a totalidade das agricultoras/es da feira fossem agroecológicas/as, foi aberta a possibilidade de

Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão responsável pelo setor, foi extinto e diversos Programas, projetos e ações vinculadas a ele foram igualmente extintos ou enfraquecidos, resultante da opção do governo pelo fortalecimento do agronegócio em detrimento da agricultura familiar campesina, a exemplo do PRONAT/PROINF que apesar de não ter sido oficialmente extinto, tem suas ações descontinuadas ou totalmente paralisadas.

¹⁰ Embora essa seja uma característica própria da agricultura familiar, as relações parentais se mostram ainda mais fortes entre as mulheres, que vão abrindo caminho e mostrando alternativas umas para as outras, além de algumas iniciarem na feira em solidariedade a outra mulher, acompanhando ou substituindo por motivos relacionados ao trabalho doméstico e de cuidados. As relações entre mulheres, seja por parentesco ou por amizade, resulta na geração de redes de mulheres baseadas na confiança e solidariedade mútua. (GARCÍA, 2017; GARCÍA; SOLER, 2010).



participação de agricultores/as não ecológicos como estratégia de inclusão de outras famílias visando estimular a transição agroecológica dos sistemas de cultivo.

Todos os produtos comercializados na feira são tradicionalmente cultivados pela agricultura familiar local¹¹. A maioria dos produtos vendidos são alimentos, a exceção fica por conta das mudas de plantas ornamentais e medicinais. O quadro abaixo mostra a diversidade de alimentos cultivados e comercializados pelas mulheres, característica própria da agricultura familiar, em particular das mulheres, que buscam diversificar a produção para atender as necessidades de consumo da família (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Quadro 1 – Principais produtos comercializados na feira

Grupos de produtos	Produtos
Hortaliças	Coentro, cebolinha, alface, couve, pimentão, quiabo, maxixe, jerimum, feijão verde, milho verde, abobrinha
Tubérculos	Batata doce, inhame e macaxeira
Frutas	Banana, jaca, laranja, goiaba, abacate, maracujá, mamão, acerola, graviola, caqui, limão, manga, abacaxi, coco seco
Alimentos processados	Suco, doces, pães, bolo, cocada, derivados da mandioca (tapioca, grude e beiju)
Mudas de plantas	Plantas ornamentais e medicinais

Fonte: elaboração própria, 2019.

A feira de São José se caracteriza pela baixa disponibilidade ou volume de produtos e pela venda de produtos sazonais, permitindo dar saída aos produtos de temporada e diminuir os desperdícios dos alimentos não consumidos pela família. Assim, não há uma produção estável ofertada, o volume e a variedade dos produtos comercializados oscila ao longo do ano.

¹¹ Do total das dezoito pessoas que compõem a feira, onze delas desenvolvem a atividade de cultivo agrícola, enquanto quatro estão comercializando produtos de outros agricultores e agricultoras, geralmente da própria família, e três desenvolvem a produção exclusiva de alimento processado.



O pequeno volume e a diversidade de produtos ofertados na feira é fruto, por um lado, do manejo agroecológico e produção por estação, com significativas limitações de terra para o cultivo, e pela estratégia da agricultura familiar camponesa de atenção às necessidades alimentares da família, especialmente sob a responsabilidade das mulheres que diversificam e processam para o autoconsumo e vendem o excedente. Se evidencia assim que a feira é uma extensão no âmbito público mercantil da responsabilidade das mulheres de alimentar as famílias. Portanto, a participação das mulheres na feira forma parte de uma economia centrada no atendimento das necessidades e no autoconsumo. A feira, quer dizer, o mercado, é subsidiário e está subordinada às necessidades familiares, e não o contrário, em coerência com uma economia substantiva (POLANYI, 1994) e solidária centrada no trabalho (CORAGGIO, 2007), no cuidado e na sustentabilidade da vida como indica a economia feminista da ruptura (PÉREZ OROZCO, 2014; CARRASCO, 2014).

As pessoas consumidoras, maioria residentes em São José de Mipibu, vão comprar na feira por reconhecer o diferencial quanto à oferta de produtos frescos, de qualidade e sem agrotóxicos dentro da lógica de cuidado e de sustentabilidade da vida que adverte a economia feminista. As agricultoras consideram que as pessoas que frequentam a feira, o fazem por ter confiança, proporcionada pela proximidade espacial, relacional e cultural, peculiares aos canais curtos de comercialização (SOLER et al., 2012; SOLER; CALLE, 2010; RENTING et al., 2003).

Em que pese a feira propiciar a aproximação entre as agricultoras e as consumidoras locais e constituir um grupo permanente de pessoas consumidoras, esse processo de aproximação não foi motivada por um consumo reflexivo ou construtivo, que marcam a diferença entre as novas redes alimentares que impulsionam os canais curtos de comercialização desde uma perspectiva política organizada (SOLER; CALLE, 2010; CALLE et al, 2013). Embora não haja articulação concreta entre as/os



agricultoras/es e consumidoras/es, há relações e vínculos estáveis de fidelidade entre os/as consumidoras que dão estabilidade a feira e que mostra que esse espaço conecta as necessidades alimentares da população local, como consumidoras, com as necessidades das agricultoras de cultivar e vender.

A estabilidade da feira permite às mulheres a geração ou ampliação da renda familiar, havendo casos em que a renda obtida é apenas complemento da renda familiar e outros em que é a única alternativa de renda da família, situação especialmente representada pelos grupos domésticos com mulheres chefas de família (3). A geração de renda é um resultado positivo da participação na feira e amplamente reconhecido pelas mulheres.

O processo de comercialização através das feiras tem demonstrado ser um importante instrumento de inclusão sócio econômica das famílias. A feira propicia a redução da presença do atravessador e o aumento da renda das agricultoras em um canal de venda direta dos alimentos excedentes ao consumo familiar. A eliminação dos intermediários, mas sobretudo a mudança nas relações intersetoriais de poder por relações de solidariedade e equidade é uma característica diferencial fundamental dos canais curtos e sistemas agroalimentares agroecológicos (SOLER; PÉREZ, 2013; SOLER et al., 2012; SOLER; CALLE, 2010).

As mudanças geradas pelo aumento na renda resultam em melhoria nas condições de vida das famílias¹². Quando se trata do destino do dinheiro, vê-se que a

¹² A feira também contribui no incremento da renda das mulheres nos casos (4) em que antes da feira elas não vendiam nada do que cultivavam. Com a venda na feira o excedente da produção passa a ser convertido em renda para o sustento da família. Dos quatorze grupos domésticos em que homens e mulheres convivem, em seis deles os homens têm emprego ou contrato de trabalho e em dois grupos são as mulheres que têm trabalho fora de casa além das atividades de cultivo e comercialização de alimentos. Há sete grupos domésticos que têm a feira como principal fonte de renda, visto que nenhum membro da família desenvolve atividade remunerada fora da agricultura. Em outros onze grupos domésticos a renda obtida na feira representa uma renda complementar, pois em nove delas ao menos



renda obtida na feira é majoritariamente direcionada para os filhos/as e para a casa (alimentos e contas a pagar). Se observa assim como a participação das agricultoras na feira faz parte de uma estratégia dentro das tarefas assumidas na divisão sexual do trabalho que as faz responsáveis principais da alimentação e cuidado das famílias (GARCÍA; SOLER, 2010; SILIPRANDI, 2009). A participação das mulheres na melhoria do bem-estar da família implica numa importante mudança que leva a maior valorização do lugar da mulher na família com possibilidade de negociação e conquista de nova posição social no grupo doméstico (BUTTO et al., 2014).

Observou-se que as mulheres exigem de si mesmas uma atividade remunerada que as possibilite “botar as coisas dentro de casa”; e que elas veem na feira “um meio de vida”, sendo a renda uma das principais motivações para participar da feira. As agricultoras reconhecem as vantagens da renda adquirida com o trabalho fora de casa, já que lhes proporciona certa independência financeira, autonomia e satisfação pessoal ao poder consumir e decidir comprar o que quiser (GARCÍA, 2017; NOBRE et al., 2014;).

4.1.3 Relações sociais e de gênero na feira

Para as mulheres as mudanças proporcionadas pela feira se iniciam com a decisão e a ação concreta de vender na feira, superando dúvidas e inseguranças para participar de um espaço público e reconhecidamente masculino. Se põe assim de manifesto como opera a dicotomia público-privada associada a dicotomia masculino-feminino dentro da dinâmica dos dualismos opressivos (PULEO, 2005).

uma pessoa da família trabalha fora e nas outras duas há aposentados/as no grupo.



A participação direta na comercialização implica necessariamente em se relacionar com instituições, como o sindicato e a Emater, com as agricultoras colegas de banca ou com as pessoas que compram na feira, propiciando a constituição de novas relações sociais. Todas as agricultoras entrevistadas afirmam gostar de estar na feira e associam essa satisfação ao contato e comunicação com as pessoas. Para as mulheres participar da feira significa a possibilidade de sair do espaço privado, muitas vezes associado a isolamento, doenças e tristeza, e participar de um espaço de socialização e entretenimento, onde elas se divertem, se sentem bem, fazem amizade, estabelecem vínculos e criam redes de apoio mútuo e solidariedade com outras mulheres. Também aporta reconhecimento e valorização ao seu trabalho que implica em maior autoestima e proporciona autoconfiança ao realizar tarefas novas, encarar desafios e superá-los com sucesso (BUTTO et al., 2014).

O trabalho na feira, pela relação com os consumidores, leva algumas mulheres a serem multiplicadoras do discurso da agroecologia ligado sobretudo as questões de saúde. Permite às mulheres desenvolverem saberes próprios associados as atividades sobre as quais são responsáveis como o trabalho nos quintais, com ervas medicinais e alimentos processados. A valorização social dos saberes das mulheres camponesas resultantes da feira é uma importante fonte de autoestima, autonomia e mudança social (SILIPRANDI, 2009). Percebe-se, portanto, que a feira se traduz em conquista de ampliação de espaço, à medida que passam a ocupar uma nova posição social no espaço público, rompendo ao menos em parte os dualismos opressivos (PULEO, 2005), o que permite se distrair e evitar os incômodos gerados pelo isolamento e dedicação extrema aos trabalhos domésticos e de cuidados.



4.2 Grupos domésticos, trabalho e relação com a terra

Para compreender a feira e os processos de transição agroecológica é necessário compreender os grupos domésticos e as relações de gênero que os sustentam. A feira é um espaço público conectado diretamente através das mulheres com o espaço privado das casas dos grupos domésticos e com a terra de cultivo.

4.2.1 Os grupos domésticos

Os grupos domésticos que compõem a feira estão distribuídos em quatro (04) comunidades rurais vizinhas, distantes a aproximadamente 15 km da sede do município onde vivem também três mulheres da feira. O grupo da feira apresenta faixa etária de 21 a 61 anos¹³.

A pesquisa mostrou que das dezessete mulheres entrevistadas, quatorze são casadas e vivem com seus maridos, enquanto três mulheres são separadas se caracterizando como chefas de família, das quais uma delas vive na cidade¹⁴.

A configuração dos grupos domésticos repercute diretamente no volume de tarefas domésticas e de cuidados a serem realizadas e na ajuda disponível, no caso dos/as filhos/as maiores¹⁵. Essa composição vai influenciar no uso do tempo das mulheres para as diferentes atividades que elas desenvolvem, levando a uma maior ou menor disponibilidade de tempo para realizar as atividades de cultivo e

¹³ Há uma predominância de pessoas adultas com mais de 30 anos de idade, sendo composto por 15 pessoas (14 mulheres e 1 homem) com mais de 30 anos e 3 mulheres jovens.

¹⁴ Das três mulheres chefas de família, uma vive sozinha e duas vivem com os filhos e filhas. Todas as mulheres têm filhos/as, sendo que a maioria delas tem dois filhos, apenas uma mulher tem quatro filhos e seis mulheres são avós.

¹⁵ A maioria das mulheres (09) tem filhos/as adultos/as e a minoria das famílias (03) são compostas por crianças com idade variando de dois a seis anos. Cinco mulheres têm filhos de oito a dezesseis anos.



comercialização. Como argumenta Olívia Harris (1986) a família não é um lugar alheio ao conflito, mas uma organização complexa onde se dão hierarquias.

A divisão sexual do trabalho que faz as mulheres responsáveis pelo cuidado determina o tempo disponível para elas produzirem e participarem da feira (CARRASCO, 2003). Portanto, o trabalho doméstico e de cuidados se configuram, ainda, em um condicionante para o avanço das conquistas das mulheres rurais (SILIPRANDI, 2009; BUTTO et al., 2014)¹⁶.

Quanto ao trabalho de cultivo e venda na feira os onze grupos que desenvolvem atividades de cultivo apresentam situações diversas, havendo casos em que: a) o cultivo é feito separadamente pelas mulheres e a produção é destinada para o autoconsumo e para a feira (06), b) a mulher cultiva separadamente no quintal para autoconsumo e feira e participa do cultivo no roçado com o homem e leva parte da produção para a feira, sendo esse cultivo direcionado prioritariamente para outros mercados (02) e c) a mulher cultiva com o homem e leva toda a produção para a feira (03). Todos esses casos denotam uma prática sintonizada com uma economia social e solidária (NOBRE, 2011; CORAGGIO, 2007; POLANYI, 1994) em que a produção agroecológica segue tendo o autoconsumo como um componente fundamental ao mesmo tempo que o mercado se baseia na racionalidade campesina de prover renda para atender às necessidades da família (TOLEDO, 2005; SEVILLA; SOLER, 2010).

¹⁶ Se os/as filhos/as são menores e mais dependentes, caso de três grupos domésticos, vai haver maior exigência e tempo dispendido quanto aos cuidados. É a situação mais vulnerável para as mulheres, pois em todos os casos foi relatado que os homens não participam das tarefas de cuidados, o que gera sobrecarga de trabalho as mulheres. Se pelo contrário os filhos/as são adultos implica na possibilidade de compartilhamento de tarefas e mais tempo para atividades agrícolas e de processamento de alimentos.



4.2.2 Relação com a terra

A pesquisa indica que das dezoito famílias da feira, apenas cinco são proprietárias da terra. Entre os grupos domésticos que detêm a propriedade da terra, apenas três mulheres têm o título da terra em seu nome, duas são casadas e uma é chefe de família e nesses casos a área não ultrapassa um hectare.

Das onze famílias que desenvolvem atividades agrícolas, cinco delas cultivam em terras próprias, outras duas usam a terra dos pais para cultivo e três cultivam na terra de outros proprietários estabelecendo diferentes relações de parceria, formais ou informais, tais como: a) deixar o resto de cultura para alimentar o gado do dono da terra; b) utilizar a terra em troca da mão de obra para a capina da mandioca; e c) utilizar a terra em troca de contrapartida de mão de obra para colheita. Do total do grupo da feira há sete famílias que não tem acesso à terra para o cultivo.

A categoria de proprietária da terra garante maior estabilidade na atividade agrícola, ao menos pela garantia contínua de terra para o cultivo o que implica em diferenças significativas em relação a quem não tem terra e cultiva na terra de terceiros. As mulheres que cultivam na terra de terceiros se encontram em situação de grande insegurança por depender de negociações com o proprietário a cada ano.

Independentemente da condição de proprietária ou parceira, a área destinada ao cultivo é muito pequena alcançando no máximo 3 hectares¹⁷. Uma área de plantio tão pequena resulta em limitações concretas para o manejo sustentável da biodiversidade e para a geração de renda, haja vista o baixo volume de produtos obtidos do cultivo.

¹⁷ Considerando apenas os onze grupos que cultivam, a área disponível para a atividade agrícola é de menos de 1 hectare para cinco famílias, de cerca de 1 hectare para quatro famílias e 2 e 3 hectares para as outras duas famílias.



Porém, ao mesmo tempo e de forma aparentemente paradoxal, observa-se que as mulheres com menos terra têm maior autonomia. Isso se explica porque aquelas que tem menos terra, cultivam em quintais produtivos, prioritariamente para o autoconsumo, os quais estão totalmente sob seu controle já que é uma área ao redor de casa onde não há separação do trabalho doméstico com o dito produtivo, tarefas naturalmente destinadas às mulheres dentro da divisão sexual do trabalho. Nos casos em que as mulheres têm autonomia sobre a gestão da terra é onde se encontram as áreas com manejo sustentável da biodiversidade, mais direcionadas para o autoconsumo e livre do uso de insumos químicos, que são os quintais produtivos e as hortas (PACHECO, 2005; SILIPRANDI, 2009; BUTTO et al., 2014).

Essa forma de se relacionar com a terra, cultivando sob bases agroecológicas, encontra dificuldade em se ampliar para o conjunto da propriedade, pela resistência dos homens/maridos que se consideram os “donos” do roçado (SILIPRANDI, 2009).

Quando se trata de famílias com mais terra, nas quais a gestão da terra é compartilhada com os homens e é destinada ao roçado, as relações patriarcais se ativam e as mulheres têm menos autonomia para decidir o que e como cultivar. Essa situação foi observada claramente em cinco casos nos quais a terra é maior e destinada ao roçado, dessas cinco, em quatro delas as mulheres afirmaram que quem decide sobre o que e como produzir é o homem, enquanto elas se identificavam como ajudantes.

Quando cultivam de maneira conjunta com o marido as mulheres vivem situações de menor autonomia em relação à gestão da terra, que é o caso dos roçados, tarefa que se identifica como masculina, inclusive por ser considerado trabalho mais pesado (PAULILO, 1987). Essa situação guarda semelhança com a anterior quanto à autonomia das mulheres e o tamanho da terra. Quando se trata do roçado, as mulheres, mesmo dividindo o trabalho, não tem poder de decisão sobre o cultivo, trabalhando na condição de “ajudante”.



4.2.3 As mulheres e a divisão sexual do trabalho

A pesquisa mostrou que a realização e a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados é das mulheres. Quando foram consultadas sobre o conjunto das atividades realizadas por elas, todas as mulheres relataram uma dinâmica de trabalho familiar em que elas são tanto as que realizam como as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados explicitando a ausência de responsabilidade dos homens na esfera doméstica.

Na fala das agricultoras fica evidente que às atividades domésticas, de cuidado e para o autoconsumo e as atividades orientadas ao mercado se confundem na rotina delas, visto que, não raro, elas as fazem todas simultaneamente e a jornada de trabalho se torna contínua, se estendendo até a noite. As mulheres dividem todo o seu tempo na realização de tarefas referentes ao trabalho doméstico, de cuidados e de cultivo e/ou processamento de alimentos, assumindo uma sobrecarga de trabalho. Contudo, o trabalho que a mulher desenvolve no roçado é socialmente compreendido como uma ajuda ao trabalho do marido (PAULILO, 2004).

Ao descreverem a rotina de trabalho as mulheres não apresentam nenhuma evidência de compartilhamento das tarefas domésticas e/ou de cuidados com os homens, de modo que a eles compete o trabalho no roçado e a possibilidade de apenas ajudar em algumas atividades domésticas caso se sinta disposto a isso.

A naturalização e desvalorização social do trabalho doméstico realizado pelas mulheres ainda é muito atual e expressiva. Na percepção delas, não há relação entre as atividades realizadas em casa e a geração de renda para a família, como se o trabalho doméstico não tivesse nenhum valor. A partir de uma abordagem feminista crítica à divisão sexual do trabalho se percebe nitidamente uma sobrecarga de trabalho das mulheres ampliada pela participação na feira, mas que as elas não avaliam da mesma



forma tanto pela naturalização dos papéis quanto pela avaliação positiva, em termos materiais e relacionais, do significado da feira em suas vidas.

5. Considerações finais

Esta pesquisa evidencia o protagonismo das mulheres na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu e nos processos de transição agroecológica e agricultura familiar que os sustentam. As mulheres camponesas são as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, incluído a alimentação, dentro de uma divisão sexual do trabalho convencional. As mulheres criaram a feira gerando uma rede de mulheres vinculadas por laços familiares e de amizade como estratégia de ampliação da renda vendendo os excedentes de seus cultivos diversificados e agroecológicos para o autoconsumo. As mulheres mantêm viva a feira agroecológica porque é uma fonte de renda, mas sobretudo a feira lhes aporta um reconhecimento social a seus conhecimentos e seus trabalhos e as conecta com uma ampla rede de relações que lhes dá segurança. A feira é também um espaço de sociabilidade e distração que é percebido não só como local de trabalho, mas como espaço para a vida. A feira fortalece os processos de transição agroecológica dos grupos domésticos que participam dando-lhes sentido, apesar de encontrar limites na falta de terra. Paradoxalmente, as mulheres sem-terra ou com terras menores e marginais, tem maior autonomia que outras mulheres com mais terra compartilhada com homens. Nesses casos se ativam as relações gênero, dominando as decisões dos homens que tendem a controlar as produções destinadas aos mercados convencionais. Como indicam algumas das mulheres, a participação na feira e o trabalho agroecológico que a sustenta implica uma sobrecarga de trabalho para as mulheres já que a divisão sexual do trabalho se



mantém e os homens não participam nos trabalhos domésticos ou o fazem de uma forma muito pontual.

Visibilizar o protagonismo das mulheres na construção da agroecologia requer a adoção de práticas explicitamente feministas que reconheçam e valorizem o papel que elas desempenham e permitam avançar nas mudanças nas relações sociais até a equidade.

Recebido em 13 de fevereiro de 2020

Aprovado em 19 de maio de 2020.



Referências

- ALTIERI, Miguel. **Agroecología. Bases científicas para una agricultura sustentable**. Valparaíso, Chile: Ediciones CETAL, 1999.
- BUTTO, Andrea Lorena (Org) *et al.* **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.
- BUTTO, Andrea Lorena. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. 277 p. Tese (Sociologia) - UFPE, Recife, 2017.
- CALLE, Ángel; VARA, Isabel; CUÉLLAR, Mamen. La Transición social Agroecológica. *In: CUÉLLAR, Mamén et al. Procesos hacia la soberanía alimentaria: Perspectivas y prácticas desde la agroecología política*. 1. ed. Barcelona: Icaria, 2013. 184 p. cap. 5, p. 81-102.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 1. ed. Brasília: MDA, v. 1, 2004. 24 p.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política. *In: CARRASCO, Cristina. Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: La Oveja Roja, 2014. 255 p. (Colección Viento Sur).
- CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? *In: LEÓN, Magdalena. Mujeres y trabajo: cambios impostergables*. Porto Alegre: Veraz Comunicação, 2003. 126 p, p. 5-25.
- CORAGGIO, José Luís. Una perspectiva alternativa para la economía social: de la economía popular a la economía del trabajo. *In: CORAGGIO, José Luis (Org.). La economía Social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2007. 412 p. cap. 5, p. 165 - 194.
- DELGADO, Manuel. El sistema agroalimentario globalizado: imperios alimentarios y degradación social y ecológica. **Revista de Economía Crítica**, n. 10, p. 196, 2010.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: The ecology of sustainable food systems**. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2014. 405 p.



GUZMÁN, Glória; GONZÁLEZ, M.; SEVILLA, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000. 535 p.

HARRIS, Olívia. La unidad doméstica como unidad natural. **Nueva Antropología**, Distrito Federal, México, v. 8, 1986.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena (Org) *et al.* **Dicionário Crítico do feminismo**. 1. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. 338 p

NAROTZKY, Susana. **Trabajar en familia Mujeres, hogares y talleres**. Espanha: Edicions Alfons el Magnanim. Institución Valenciana d'Estudios i Investigación, 1988.

NOBRE, Miriam *et al.* **Economia Feminista e Soberania Alimentar – Avanços e desafios**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2014. 33 p.

NOBRE, Míriam. Interação entre a economia feminista e a economia solidária nas experiências de grupos de mulheres. *In*: SOF. **Feminismo, Economia Solidária e Soberania Alimentar: construindo estratégias para a autonomia das mulheres do campo e da cidade**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2011.

OROZCO, Amaia. **Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. 306 p.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Construindo um diálogo: Feminismo e Agroecologia**. FASE. 2005.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 71, 1997. Desenvolvimento Sustentável.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan 2004.

PAULILO, Maria Ignez. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, n. 28, jan. 1987. Disponível em:<https://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Silvio. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro- uma perspectiva a partir da Rede PTA**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2006.



PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. Tradução Claudia Freire. UFRGS, 2016.

POLANYI, Karl. **El sustento del hombre**. Barcelona: Mondadori, 1994. 378 p.

PULEO, Alicia. Ecofeminismo: la perspectiva de género en la conciencia ecologista. *In: HERNÁNDEZ, Agustín. Claves del ecologismo social*. 2. Ed. Madrid: Libros en Acción-Ecologistas en Acción, 2009. 233 p.

PULEO, Alicia. Los dualismos opresivos y la educación ambiental. **Revista de Filosofía Moral y política**, n. 32, 2005.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terri K.; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short supply chains in rural development. **Environment and Planning**, n. 35, 2003.

ROCES, Irene G. **Perspectiva ecofeminista del trabajo y de las relaciones de poder: la red de Agroecología ACS–Amazonía en Acre– Brasil**. Tese (Recursos Naturales y Gestión Sostenible) – UCO, Córdoba, 2017.

ROCES, Irene G.; SOLER, Marta. Mujeres, agroecología y soberanía alimentaria en la comunidad Moreno Maia del Estado de Acre. Brasil. **Investigaciones feministas**, v. 1, 2010.

SEVILLA, Eduardo; SOLER, Marta. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. *In: SOLER, Marta (Coord.) et al. Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza*. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Junta de Andalucía, v. 26, 2010. (PH Cuadernos).

SHIVA, Vandana. **Monocultures of the Mind: Perspectives on Biodiversity and Biotechnology**. New Delhi: Zed Press, 1993.

SILIPRANDI, Emma; GARCÍA, Estefania. **Enfoque de Género y ecofeminismo**. UNIA, 2012. (não publicado).

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia transformando o campo, as florestas e as pessoas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352 p.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutoramento em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.



SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *In: NEPA - UNICAMP. Segurança Alimentar e Nutricional*. Campinas, v. 18, N 2, 2011, p. 12-32.

SILIPRANDI, Emma (Coord.); ZULUAGA, Gloria (Coord.). **Género, agroecología y soberanía alimentaria. Perspectivas ecofeministas**. 1. ed. Barcelona: Icaria, 2014. 239 p.

SOLER, Marta *et al.* **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Junta de Andalucía: Centro de Estudios Andaluces, 2012.

SOLER, Marta; CALLE, Àngel. Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización en Andalucía. *In: SOLER, Marta (Coord.) et al. Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza*. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2010, p. 258-283. (PH Cuadernos).

SOLER, Marta; PÉREZ, David. Por una recampesinización ecofeminista: superando los tres sesgos de la mirada occidental. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, Madrid, v. 121, p. 208, 2013.

TOLEDO, Víctor Manuel. La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales. **LEISA revista de agroecologia**, Peru, v. 20, n. 4, 2005.

Via Campesina. **Declaración de las mujeres por la Soberanía Alimentaria**. Fórum Nyéléni. 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article305>. Acesso em: 16 abr. 2020.

WARREN, Karen (Coord.). **Filosofías Ecofeministas**. Tradução Solidade Iriarte. 1. ed. Barcelona: Icaria, 2003. 416 p.



CADERNETA AGROECOLÓGICA: A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE¹

Laeticia Jalil

Cientista social com Doutorado em Ciências Sociais (UFFRJ), docente do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Campus Dois Irmãos e líder do Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades.

E-mail: laeticiajalil@gmail.com

Luana Cristine Silva

Graduanda do curso de engenharia florestal da Universidade Federal Rural de Pernambuco- Campus Dois Irmãos e integrante do Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades.

E-mail: uanacristine209@Gmail.com

Jannah Oliveira

Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco- Campus Dois Irmãos e integrante do Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades.

E-mail: oliveirajannah@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca visibilizar o protagonismo das mulheres rurais para a preservação e manutenção da biodiversidade e demonstrar a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar, a partir da utilização da Caderneta Agroecológica e análise dos mapas dos agroecossistemas. O processo de sistematização leva as mulheres a compreender a importância e o valor de seu trabalho nos quintais produtivos, questionando a injusta divisão sexual do trabalho, se reconhecendo como guardiã da agrobiodiversidade, construindo a resistência nos quintais produtivos, atuando em diferentes espaços sociais e políticos, reivindicando seus direitos e disputando políticas públicas.

Palavras-chaves: Agricultoras Agroecológicas; Cadernetas Agroecológicas; Agrobiodiversidade; Soberania e segurança alimentar.

¹ As autoras deste artigo partem do princípio de ações da escrita feminista que busca visibilizar as autorias femininas. Dessa forma, em todas as citações será utilizado o nome completo das mesmas e não a orientação do sistema de citação: (SOBRENOME, ANO).



AGROECOLOGICAL BOOKLET: A WOMEN'S CONTRIBUTION TO FOOD SOVEREIGNTY AND SECURITY AND AGROBIODIVERSITY CONSERVATION

ABSTRACT

This article seeks to highlight women's role in preserving and maintaining biodiversity and to demonstrate women's contribution to food sovereignty and security. from the use of the agroecological logbook, maps of the agroecosystems. Women begin to understand the importance and value of their work in productive backyards, questioning the unfair sexual division of labor, recognizing themselves as guardian of agrobiodiversity, building resistance in productive backyards, acting in different social and political spaces, claiming their rights. and vying for public policy.

Key-words: Agroecological Farmers; Agroecological Passbooks; Agrobiodiversity; Sovereignty and Food Security.

Introdução

O quintal é um espaço de protagonismos das mulheres se apresentando como um local de vida, onde cultivam as sementes, cuidam dos animais, manejam os ecossistemas, transmitem conhecimento, e assim cultivam a vida. Diante da importância e da riqueza que muitas mulheres falam do seu quintal percebemos que ali pode ser o ponto de partida para iniciarmos uma discussão, refletir sobre os lugares de autonomia das mulheres dentro do agroecossistema² e qual a contribuição de seus trabalhos para a vida, a segurança alimentar, a conservação da agrobiodiversidade e a economia da família.

² Segundo Emma Siliprandi (2009, p.109): O agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É a unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto a sua extensão) onde se dão complexas relações entre práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entender essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agrônômicos), mas também as interações entre os seres humanos.



Para Maria Emília Pacheco (1997) os quintais não podem ser entendidos isoladamente, pois diversas zonas de manejo compõem um sistema, como também os espaços de socialização e construção social, em sua diversidade e complexidade. O quintal (ou ao redor de casa, terreiros, pátio etc.) é um local de grande diversidade ecológica, de cuidado, fortalecimento do solo, qualidade de vida, local de lazer, de descanso, agradável, de beleza, onde plantam e colhem sendo também utilizado como um grande laboratório de experimentação. Partindo dessa perspectiva o quintal se mostra como um local que vai além das relações ecológicas e produtivas, e passa a ser um espaço social de aprendizagem, de construção do conhecimento e de práticas fundamentais para a manutenção da vida.

De acordo com Almada e Mariana Oliveira Souza (2017) os quintais se constituem como importantes espaços de trocas e relações, podendo ser descritos como espaços privilegiados de socialidade na medida em que abrigam a transmissão e atualização dos saberes tradicionais, as relações entre humanos e não-humanos, os aprendizados, as vivências, as brincadeiras, as festividades. É nos quintais também que se encontra uma biodiversidade enorme, resultante das variações ambientais e socioculturais dos ecossistemas onde estes estão inseridos, tanto de espécies nativas, como de espécies cultivadas que compõem a agrobiodiversidade manejada pelas diferentes populações humanas e assim mantendo sua viabilidade ecológica e conservação de sua variedade genética.

As Mulheres é o ponto de partida destes espaços para que todo processo ecológico, social e cultural ocorra, desempenhando um importante papel como administradoras do fluxo de biomassa, promovendo a soberania e segurança alimentar e a partir de seus conhecimentos passados de geração para geração manejam e conservam a agrobiodiversidade, protegida pela diversidade de conhecimento. (PACHECO, 2002)



Segundo Emily Oakley (2004) as mulheres apresentam um ativo conhecimento do sistema agrícola, com múltiplos manejos e usos das variedades empregadas. Mobilizam cooperação, compartilhamento de informações e fluxo de sementes, fundamentais para a diversidade genética dos cultivos. Os quintais, assim, constituem-se como “santuários da agrobiodiversidade”, entendidos como parte de uma tradição cultural que deve ser transmitida e atualizada, principalmente pelas mulheres.

O quintal se apresenta como um espaço de construção social da mulher, neste sentido Lilian Telles (2008) alerta para necessidade de realização de estudos e pesquisas que reconheçam e revelem a importância econômica, social e ambiental das atividades protagonizadas pelas mulheres, sendo fundamental para possibilitar a construção de sua autonomia, do seu empoderamento. Adicionalmente, contribuindo para criar uma base empírico e teórico que justifique a elaboração de políticas públicas com enfoque econômico crítico e ambiental voltadas para as agricultoras agroecológicas³ no Brasil, entendendo que é impossível transformar a realidade do ponto de vista produtivo e ambiental, sem mudar as relações dominantes entre os homens e mulheres, sem considerar a desigual distribuição dos recursos produtivos, sem transformar a injusta divisão sexual do trabalho, e sem o reconhecimento da contribuição que as mulheres trazem aos conhecimentos tradicionais sobre a gestão ambiental e de reprodução da vida e como sujeitos econômicos.

³ Compreendemos por as mulheres que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas voltadas para a reprodução dos seus grupos familiares e de proximidade, a partir de práticas sustentáveis (sociais, ambientais, culturais, econômicas e ecológicas) em seus agroecossistemas. Adicionalmente, são aquelas que desenvolvem relações sociopolíticas e econômicas com diferentes autores fundamentais para o processo de transição agroecológica e para a reprodução da vida estando envolvidas em redes sociotécnicas, em movimentos sociais mistos ou feministas ou outros espaços de organização social/política. Elas são portadoras de conhecimentos ancestrais, que ressignificam e transborda suas práticas a partir das necessidades e mudanças ambientais e culturais, desenvolvendo atividades fundamentais para a garantia da segurança e soberania alimentar, para o fortalecimento das relações sociais nos territórios e para a conservação e reprodução da sociobiodiversidade. **Fonte:** <http://portalsemiar.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Guia-de-uso.pdf>



Diante disso percebemos a importância de chamar a atenção para a colaboração cotidiana das mulheres nas atividades produtivas assinalando a necessidade de relativizar a separação entre o que é de domínio feminino a casa e de domínio masculino a produção. No entanto nos parece fundamental acrescentar que esta distinção não corresponde somente à separação entre dois espaços físicos, mais do que isto, se trata de uma classificação sustentada nas representações sociais de gênero que reflete a hierarquia que preside as relações entre homens e mulheres na família e na sociedade. (Maria José Carneiro, 1996, p.341)

Desta forma, as mulheres são destinadas às atividades de cuidados com os filhos(a)s e maridos, além das atividades que realizam nos quintais ao redor de casa e na roça, podendo ser divididas em produtivas, reprodutivas e domésticas. Segundo Emma Siliprandi ao decorrer do tempo essas atividades se tornaram naturalizadas como de responsabilidade estrita das mulheres, tornando seu trabalho (re)produtivo como ajuda das atividades realizadas pelos homens, obtendo uma menor remuneração, em comparação às atividades masculinas. Isso também acarreta num acúmulo de atividades e com uma dupla jornada de trabalho muitas mulheres rurais não conseguem participar de eventos ou dos espaços públicos e políticos como os sindicatos rurais, reuniões, sendo excluídas de espaços de participação política e dificultando o acesso a direitos sociais e políticos.

Nesse contexto este artigo objetiva colocar luz na produção protagonizada pelas mulheres a partir dos dados das Cadernetas Agroecológica, buscando visibilizar o protagonismos das mulheres nas relações econômicas, como também ao trabalho das agricultoras agroecológicas, mostrar a importância das mulheres para soberania e segurança alimentar, conservação e manutenção da agrobiodiversidade, entendendo que a presença das mulheres não se limita apenas ao quintal e mesmo que esse seja



nosso ponto de partida elas estão presentes e trabalham nos diversos espaços no agroecossistema.

2. Metodologia

Os dados aqui trabalhados foram colhidos na Região do Sertão do Pajeú. A Região do Sertão do Pajeú está localizada a 423 km da capital do estado de Pernambuco, Recife. De acordo com dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE 2010), o Sertão do Pajeú ocupa uma área de 10.828 km², que representa 8,78% do território estadual e com população de aproximadamente 314.642 habitantes, sendo a população rural 37% do total, distribuída entre 20 municípios. A escolha por essa região levou em conta a existência de uma organização não-governamental feminista que atua com assistência técnica rural e com políticas de convivência com semiárido, que é a Casa da Mulher do Nordeste (CMN)⁴. Esse estudo se insere na pesquisa qualitativa com um caráter participativo, envolvendo as agricultoras que cultivam a partir das práticas agroecológicas e que estejam em algum dos programas de assistência técnica desenvolvidos institucionalmente pela organização, sendo indicadas pela CNM, envolvendo também, estudantes, técnicas de campo e assim, possibilitando estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais em diversos ambientes.

⁴ A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) é uma organização não governamental feminista que há 38 anos contribui para a igualdade de gênero no Nordeste do Brasil. Sediada em Recife, capital do estado de Pernambuco, e com um escritório em Afogados da Ingazeira, Sertão do Pajeú, tem como missão fortalecer a autonomia econômica e política das mulheres, afirmando a agroecologia com base no feminismo e na igualdade racial.



Acreditamos que essa proposta de pesquisa é essencial para a construção do conhecimento e a transformação social nos espaços e contextos que estão inseridas, percebendo a importância do saber fazer em conjunto *com todas e entre todas*. Conforme afirma Brandão (2007, p. 56) “aqui, não se trata de conhecer para ‘promover’ ou para ‘desenvolver’ algo, mas para transformar o todo em que este ‘algo’ existe como está, e, assim, deve ser transformado junto com o todo social de que é parte”.

O processo de construção teve como objetivo principal não apenas o resultado, mas sim o processo de construção do conhecimento que é realizado coletivamente, ou seja, a cada etapa existe o compartilhamento e a leitura conjunta dos dados, sendo fundamental para o reconhecimento dos diversos saberes envolvidos.

O que sabemos é importante e todo o conhecimento é de ordens distintas de saberes, e todo ele, tem valor e é complementar. Todo conhecimento, seja acadêmico ou empírico; seja das práticas cotidianas ou científico/tecnicista é vivenciado nos corpos e nos sentidos mais tênues de nós mulheres. Todos eles são indispensáveis para a reprodução da vida, e esse exercício feminista, de nos enxergar como iguais, porém distintas. (Laeticia Jalil, 2017, p. 25)

Assim, os métodos escolhidos e utilizados foram os que melhor se ajustam com os objetivos políticos desta pesquisa, entre eles realização do *mapa do agroecossistema* e da sociobiodiversidade e a análise da Caderneta Agroecológica, tendo como objetivo refletir o máximo possível sobre as diversas dimensões que compõem a vida e a realidade das mulheres rurais.

2.1 Mapa do Agroecossistema

O mapa agroecológico e da sociobiodiversidade é um instrumento utilizado para dar luz aos espaços das propriedades em que as mulheres são protagonistas, construindo sua autonomia e se reconhecendo como geradoras de conhecimentos, produtos agrícolas, bens culturais, e promotoras da garantia e soberania alimentar,



assegurando o olhar que as agricultoras têm sobre o agroecossistemas e a biodiversidade que está presente. A partir desse exercício, poder também refletir sobre os espaços distintos dos agroecossistemas, pensar sobre o trabalho, quem “domina e determina” como e o que vai ser produzido, e assim, tentar compreender as relações de poder e a divisão sexual do trabalho não só dentro de casa (ou no espaço doméstico), mas como esta mesma lógica reina em todos os espaços do agroecossistema (e também além dele), reafirmando a lógica patriarcal e hegemônica de espaço de mulher e espaço de homem, trabalho de mulher e trabalho de homem, e desta forma valorizar e reconhecer de forma distinta e desigual todo o trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais.

A proposta é que o mapa seja feito exclusivamente pelas mulheres da casa, começando com uma caminhada pela propriedade da agricultora para observar todos os lugares destinados à produção para o autoconsumo, troca, doação ou comercialização, e assim anotadas as informações sobre cada um dos lugares produtivos reconhecidos por elas. Cada agricultora faz um desenho ou mapa da propriedade onde a família vive e trabalha, mostrando a importância de se observar e desenhar os tipos de cultivos e/ou criações predominantes em cada lugar, e o uso dado para as plantas e/ou animais existentes, o acesso às tecnologias sociais (e quem domina seu uso) e tentar ao máximo descrever todas as espécies encontradas.

Os materiais utilizados para a sua construção: cartolinas, lápis colorido, canetas, giz de cera, muita criatividade e leveza no fazer. Daí é essencial que a assessoria de ATER tenha também essa sensibilidade para estimular as mulheres a fazerem algo que muitas vezes nunca fizeram: o pintar e brincar com papéis.

O mapa se mostra também como uma potente ferramenta para visualização dos espaços produtivos do agroecossistema e de reflexão sobre as relações de poder (quem manda, quem determina o que vai ser produzido em qual lugar, quais as espécies



encontradas, etc.), como também possibilita registrar o acesso às políticas públicas, às tecnologias sociais, a crédito e a água, seja através de fontes naturais ou tecnologias sociais de armazenamento - como as cisternas (para uso doméstico e produção), acesso à terra e as relações com o território e seus agentes políticos. Por fim, o mapa proporciona a mulher construir um olhar sobre os espaços e seu trabalho de forma crítica, e assim poder reinventar, replanejar a produção e transformar o agroecossistema num espaço de relações de poder mais justas, solidárias e ecologicamente sustentável.

2.2 Caderneta Agroecológica

O instrumento Caderneta Agroecológica (Figura 1) é um instrumento político pedagógico utilizado para sistematizar a produção protagonizada pelas agricultoras agroecológicas e assim dar visibilidade aos seus trabalhos, valorizando monetária e não monetariamente. Também possibilita realizar um levantamento quantitativo e um inventário produtivo do que é de responsabilidade das agricultoras, colaborando para a promoção da sua autonomia e empoderamento.

O instrumento foi criado pela Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZN) e o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT de Mulheres da ANA que coordenou a pesquisa desenvolvida em quatro regiões do Brasil (Nordeste, Sudeste, Amazônia e Sul), realizada em parceria com organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Com um formato simples e de fácil compreensão pelas mulheres, possui quatro colunas e ao lado de cada uma, uma coluna para quantidade e uma para valor atribuído a partir dos preços de mercado local que são preenchidos pelas próprias mulheres.



As Cadernetas têm por objetivo organizar as informações sobre a produção das mulheres, ou seja, nelas são registrados o que foi vendido, trocado, doado, e consumido e tudo o que é cultivado nos quintais produtivos ou espaços de protagonismos/domínio das mulheres em suas propriedades. Além disso, é possível fazer um inventário das espécies cultivadas pelas agricultoras, o que dialoga com o objetivo de apontar a contribuição mulheres na preservação da biodiversidade e na soberania e segurança alimentar a partir dos quintais, se mostrando um instrumento potente com arcabouço teórico para a disputa de espaços para as mulheres, como também para elaboração e conquista de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres rurais.

Neste artigo apresentamos os dados sistematizados fornecidos pelas Cadernetas notificadas pelas mulheres com objetivo de mapear e quantificar a diversidade de produtos vegetais, beneficiados e animais, e assim sua contribuição para a SSAN a partir do autoconsumo, bem como o levantamento das espécies encontradas.



Figura 1- Caderneta agroecológica

Caderneta Agroecológica
Controle da Produção

Qtd	Consumiu	R\$	Qtd	Deu	R\$	Qtd	Trocou	R\$	Qtd	Vendeu	R\$

Fonte: base nos dados da pesquisa das Cadernetas Agroecológicas.

Destaca-se que a proposta de aprofundar essa discussão foi um dos encaminhamentos do Seminário Nordeste “Feminismo e Agroecologia: Repensando a Economia a partir das Práticas das Mulheres Rurais”, realizado nos dias 21 e 22 de setembro de 2019, em Recife, Pernambuco, a partir da necessidade de quantificar e mapear a biodiversidade encontrada nos agroecossistemas que são protagonizados pelas mulheres , e contrapor à ideia de que seu trabalho é só ajuda e que não são sujeitos econômicos nas famílias. Foram analisadas as Cadernetas Agroecológicas a partir das notificações de 19 agricultoras, que são assessoradas pela CMN em processo de transição e produção agroecológica, e escolhidas por apresentarem maior frequência de produtos registrados, possibilitando melhor análise estatística.



Tomando como referência o Guia Alimentar para População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014), foi construído um sistema de classificação na qual os alimentos e outros produtos foram classificados quanto ao seu grupo de origem, podendo ser animal, vegetal ou beneficiados, sendo importante destacar que diante da diversidade dos dados sistematizados, no grupo de animais, qualquer tipo de carne derivada de um animal não entrou na quantificação, mas apenas o animal vivo. Uma vez que os produtos foram classificados como de origem vegetal, as espécies encontradas foram subclassificadas em cereais (CER), frutíferas (FRU), raízes e tubérculos (RTU), castanhas, nozes e cocos (CNC), temperos (TEM), plantas medicinais (PME), feijões (FEI), legumes e verduras (LVE); nos itens tidos como vegetais, foram utilizadas nomenclaturas científicas atualizadas de acordo com as bases de dados da Lista de Espécies da Flora do Brasil (2015)⁵. Uma vez que os alimentos foram classificados como de origem animal, eles foram ser subclassificados quanto ao tipo de animal, podendo ser aves (AVE), suínos (SUI), caprinos (CAP), ovinos (OVI), bovinos (BOV), pescados (PES) e abelhas (ABE). Quanto aos alimentos beneficiados, foram subclassificados em leites, queijos e manteiga - ou leite e derivados (LQU), farinhas (FAR), doces (DOC), panificações (PAN), bebidas - café, caldo de cana etc. (BEB) e outros - cacau em pó, etc. (OUT).

Essas classificações nos ajudam a reconhecer o papel das mulheres e a importância de seus trabalhos e conhecimentos para a conservação e preservação da agrobiodiversidade a partir da diversidade de espécies encontradas, seja arbórea ou agrícola cultivadas, como também a importância dessa diversidade para a soberania e segurança alimentar, e o sistema ecológico como um todo, percebendo a relação harmônica mulher e natureza (ar, o solo, a água, os organismos vivos (microrganismos), estruturas física, fauna, flora, inclusive, as mulheres são uma

⁵ Fonte: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>



comunidade biológica. É importante destacar que neste artigo será realizado um aprofundamento apenas nos dados referentes ao grupo classificado como vegetais pois foi o grupo mais expressivo estatisticamente e os resultados apresentam uma diversidade enorme⁶.

3. Resultados

3.1 O Mapa do agroecossistema como uma ferramenta para visibilizar a agrobiodiversidade dos quintais produtivos

Os mapas feitos pelas agricultoras agroecológicas apresentam uma diversidade biológica presente no quintal produtivo, com variedades que vão desde plantas de uso agrícola, espécies frutíferas, plantas medicinais e ornamentais, registrando também criação de pequenos animais e abelhas. Destacamos que a sistematização dos dados do mapa se refere aos espaços protagonizados pelas mulheres, onde elas realizam a maior parte de seu trabalho, percebendo assim a hierarquia/importância de cada uma das atividades a partir do gênero, materializando as representações sobre a divisão sexual do trabalho e percebendo a forma como se organiza nos espaços e que marcam os limites e ou fronteiras internas do agroecossistemas.

Partindo do princípio de que o desenho é feito a partir de questões geradoras como “qual é o espaço de produção protagonizado pelas mulheres?”, “quais locais são tidos como de maior importância? ”, os dados obtidos nos possibilitam também reconhecer quais os olhares e sentidos que as mulheres trazem destes espaços. Neste sentido, o quintal se torna um espaço para a construção do bem viver, da liberdade,

⁶ O processo de sistematização e classificação dos dados encontrados nas Cadernetas Agroecológicas ainda está sendo construído de forma coletiva pelo GT de Mulheres da ANA. Desta forma, sabemos que muitos produtos não foram catalogados e classificados, o que contribui para uma subnotificação neste momento de sistematização.



sendo a partir do cuidado com a família e a natureza, que a mulher escolhe quais plantas (agrícolas, frutíferas ou medicinal) que serão cultivadas e seus usos (ornamental, medicinal, espiritual, consumo, doação, troca) se transformando também num local de vida, de manutenção e proteção da agrobiodiversidade, soberania e segurança alimentar.

Com a construção do mapa a mulher começa a tomar consciência do valor de sua produção, principalmente da produção do quintal, pois é um espaço que sempre foi visto como de socialização e extensão da casa, mas nunca foi reconhecido como espaço de produção e como objeto para ação de políticas públicas, como por exemplo, as ações de ATER, acesso a tecnologias, bem feitorias e etc.

Segundo Lilian Telles (et al., 2018) “desta forma, o desafio de pôr luz aos quintais e outros espaços de maior autonomia das mulheres, se soma ao desafio de sistematizar e compreender a economia da vida das agricultoras agroecológicas, em sua totalidade”. A ferramenta visual permite desvelar as desigualdades de gênero nos agroecossistemas colocando luz nos espaços que as mulheres são protagonistas e que utilizam para a construção de sua autonomia, a partir de seu próprio trabalho, produzindo alimento, conhecimento, soberania alimentar, relações econômicas, seja através da troca, da doação, venda ou consumo e com proteção da biodiversidade, sendo uma ferramenta de emancipação feminina.

Figura 2- Mapa da Agricultora Chirlene- Agreste/PE

Fonte: base nos dados coletados com a pesquisa das Cadernetas Agroecológicas.

3.2 Mapeamento e quantificação da diversidade ecológica promovida pelas mulheres através da Caderneta Agroecológica

Segundo a FAO (1999), em regiões rurais com agroecossistemas de manejo familiar, as mulheres são sujeitos sociais fundamentais nos processos de reprodução do modo de vida rural e na produção de alimentos. Geralmente, elas são responsáveis pela seleção de sementes, manejo de criações e uso sustentável de recursos vegetais e animais do agroecossistema, já que tudo o que é produzido fica no entorno familiar. Portanto, a participação das agricultoras no processo de construção do conhecimento agroecológico é crucial para o uso sustentável dos recursos no meio rural.

A partir dos dados sistematizados, considerando a variedade de produtos e com isso permitindo quantificar as espécies vegetais registradas como também as repetições que foram notificadas percebemos a dinâmica de venda, troca, consumo e doação das agricultoras, vislumbrando uma diversidade enorme e uma potente ação de cuidado com a família, a comunidade, o território e a vida. Por exemplo, ao longo de uma semana uma agricultora vendeu três galinhas, consumiu 6 ovos diariamente,



coentro, aboboras, feijão verde, banana prata, e assim sucessivamente, nos ajudando a reconhecer a dinâmica cotidiana de uma família, o que e quanto é destinado para autoconsumo, venda, doação e troca, mas também as espécies, variedades e quantidades de cada produto. Desta forma, com os dados sistematizados, podemos nos aproximar desta dinâmica e conhecer a realidade de produção, consumo, comercialização e outras relações sociais envolvidas na produção protagonizada pelas mulheres, e assim pode-se mensurar um pouco esse processo, valorizando o trabalho e as práticas de produção e cuidados.

Segundo Elisabeth Cardoso et al. (2019, p. 22) devemos nos atentar para não esquecer dos produtos doados e trocados pelas mulheres. Esses números precisam ser valorizados pois estão muito presentes nas relações de solidariedade e reciprocidade. Além disso, são essas relações que permitem que muitas pessoas tenham acesso a alimentos, infraestrutura e serviços, sem passar por relações monetárias. São relações fundamentais para entendermos os sentidos distintos que as mulheres dão aos alimentos e à produção agrícola, e qual o valor que atribuem a cada produto ou alimento, rompendo a racionalidade economicista do mercado e nos ajudando a ampliar os olhares sobre os processos produtivos e de consumo.

Ao todo foram identificados um total de 110 itens sem considerar as repetições, sendo 15 itens agrupados como de origem animal, apresentando um percentual de 14%. Como de origem vegetal, foram identificados 73 itens, correspondendo 66% do total, sendo o grupo mais expressivo. Os beneficiados foram 22 itens, representando 20% do total. (Tabela 1, Gráfico1) Com a classificação dos itens em “animal”, “vegetal” e “beneficiados”, percebemos a importância, na preservação da biodiversidade com a alta densidade de espécies encontradas. Destaca-se que as variedades locais respondem melhor às práticas alternativas de controle de pragas, diminuindo o uso de venenos nas plantações favorecendo a segurança e soberania alimentar. Segundo



Oakley (2004), “essa diversidade contribui não somente para a segurança alimentar e estabilidade econômica dos agricultores familiares, mas para o equilíbrio do sistema agroecológico como um todo”.

A diversidade de vegetais, sejam in natura ou beneficiados, apresenta também uma diversidade de usos, entre eles o medicinal e o terapêutico, sendo empregado pelas mulheres no cuidado com a família. Dessa forma as mulheres obtêm uma farmácia viva, conhecimentos e saberes dos usos destas plantas que estão diretamente ligados a aspectos culturais, étnicos, socioeconômicos e da agrobiodiversidade local, pois a cultura alimentar quando associada a culinária local tem a capacidade de manter a identidade de uma comunidade e sua força de reprodução e resistência.

As hortaliças apresentam um papel secundário na alimentação. As frutas são consumidas frequentemente de acordo com a época de cada uma, apresentando significativas quantidades de vitaminas e minerais, essenciais na alimentação. Quanto aos animais criados, representam uma fonte cotidiana de consumo alimentar, podendo ser utilizados também em alguns tipos de festejo, como também na integração dos animais no sistema ecológico como um todo, possibilitando a fertilização do solo junto aos resíduos vegetais do componente arbóreo (folhas, frutos, raízes, etc.). E a diversidade de animais e vegetais pode resultar no beneficiamento de produtos que muitas vezes são utilizados pelas mulheres tanto para o autoconsumo como para a comercialização.

Destaca-se que as funções socioeconômicas, principalmente no que se refere ao autoconsumo e venda do excedente, vêm contribuindo de maneira significativa para a autonomia e empoderamento das mulheres rurais na medida em que passam a reconhecer seus trabalhos e sua contribuição para a economia familiar e para o fortalecimento do tecido social, pois praticam importantes relações de solidariedade e reciprocidade, contribuindo igualmente frente à problemática ambiental, e aqui

destacamos a importância dos quintais enquanto mantenedores da biodiversidade e do equilíbrio ambiental da fauna e da flora local, uma vez que apresentam uma grande diversidade de espécies vegetais e/ou animais em um pequeno espaço.

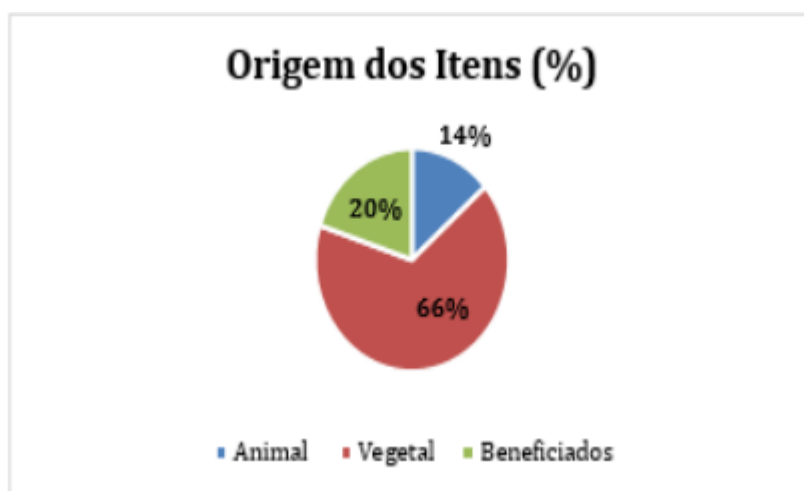
Podemos refletir sobre o que vem a ser a Segurança e Soberania Alimentar a partir da realidade encontrada nestes quintais, ou seja, pautado no trabalho das mulheres e englobando todo sistema de produção, de distribuição, de compra, de preparação e de consumo de alimentos, mas também na preservação das sementes e da biodiversidade, questionando a visão de uma natureza apenas como fornecedora de matéria prima, e uma agricultura voltada para o mercado e para a produção de mercadorias e não para a vida.

Tabela 1- Total de itens referente aos grupos de Origens

Grupos	Total de Itens
Animal	15
Vegetal	73
Beneficiados	22
Total	110

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

Gráfico 1- Total de itens referente aos grupos de Origens (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.



Dos dados sistematizados das Cadernetas Agroecológicas, para o tipo de vegetais foi identificado um total de 72 espécies, esse valor correspondendo à quantidade de itens sem repetições; de acordo com as subclassificações foram registrados 2 itens (espécies) para cereais, representando um valor percentual de 3%; para as frutíferas, foram registrados 24 itens, correspondendo a um valor de 33%; para raízes e tubérculos, foram registrados 3 itens, representando 4%; para castanhas, nozes e cocos, foram registrados 3 itens correspondendo a um percentual de 4%; nos classificados como temperos, foram registrados 9 itens, representando 13%; plantas medicinais foram 5 itens, representando 7%; os agrupados como feijões apresentaram 6 itens, um percentual de 8%; legumes e verduras foram 19 itens, correspondendo a 26%; classificados em outros atingiu um percentual de 1% (Tabela 2, gráfico 2).

Diante desses resultados percebemos a predominância de frutas, legumes e verduras, temperos feijões e plantas medicinais. É importante destacar que as anotações feitas pelas agriculturas não mantiveram uma frequência consistente e variaram de acordo com o contexto socioeconômico das agricultoras, com o seu domínio da escrita, com a maior presença das técnicas de ATER como mediadoras e animadoras do processo, com a maior participação das mulheres nas atividades políticas, fazendo com que se ausentassem e as anotações não pudessem ser feitas no período da viagem, como também pelo esquecimento na correria do dia a dia. Outros fatores influenciam como, por exemplo, as questões ambientais de estiagem e cheias, mas também as condições sociais e responsabilidades de cuidados dos idosos, das crianças e dos doentes. Neste processo, duas mulheres diminuíram significativamente as anotações por terem ficado responsáveis pelo cuidado de parentes (sogro e um irmão), além dos trabalhos de cuidados “normais” de sua casa.

Sabemos que ainda há muita subnotificação nas anotações, pois estamos lidando com a incorporação de uma nova prática de anotar o que se é produzido e



consumido no dia a dia, na economia do miúdo, do cotidiano, no que está incorporado numa prática naturalizada do trabalho feminino. Esse “simples” ato de anotar é parte do processo de desnaturalização do que está incorporado historicamente como o que não tem valor, que sequer é visto. É essa “economia do miúdo” que tem muito a nos mostrar, e é a partir dela que precisamos nos debruçar e construir novos indicadores e olhares sobre esse rico e importante processo social, em que as mulheres são as protagonistas.

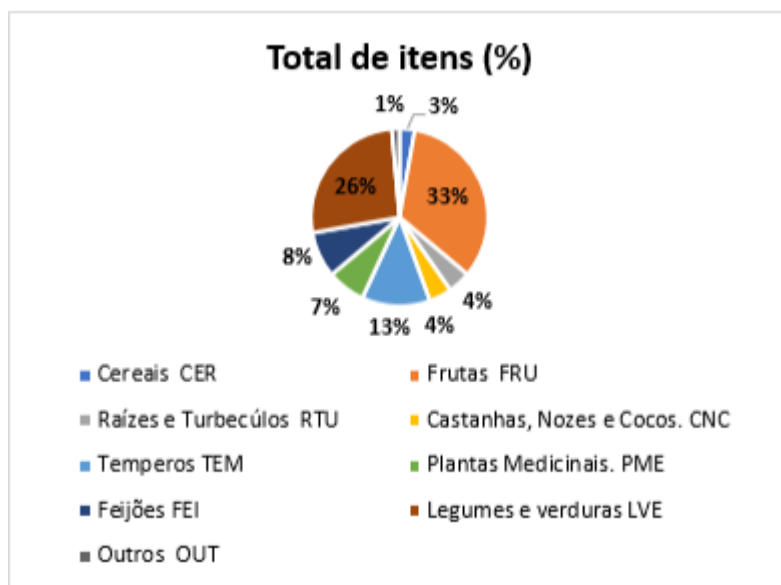
Tabela 2- Tipos de vegetais

Tipos de vegetais	Siglas	Total de itens
Cereais	CER	2
Frutas	FRU	24
Raízes e Tubérculos	RTU	3
Castanhas, Nozes e Cocos.	CNC	3
Temperos	TEM	9
Plantas Medicinais.	PME	5
Feijões	FEI	6
Legumes e verduras	LVE	19
Outros	OUT	1
Total		72

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.



Gráfico 2- Tipos de vegetais (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

Estudos realizados por Duque-Brasil et al. (2011) também encontraram predominância de espécies arbustivas e arbóreas de uso alimentar em quintais do semiárido mineiro, com maior participação das frutíferas, principalmente pela presença da banana, coco, citrus, manga, mamão e goiaba. Também em concordância com este trabalho, Maria Corette Pasa et al. (2005) relatam maior proporção de espécies de uso alimentar (48,1%), metade destas espécies sendo representadas por árvores frutíferas, frequentemente a manga, o caju, a goiaba, a laranja e o limão. Em segundo lugar, com 44,15%, ocorreram as medicinais e, em menor relevância, foram as espécies ornamentais, confirmando a grande diversidade de espécies nos quintais (tabela 3). Alissandra Florentino e outros (2007) relatam que áreas de plantio em roças apresentam baixa diversidade onde ocorrem preferencialmente os cultivos de milho, feijão ou mandioca.

A partir dos dados, percebemos como se desenvolvem os espaços dos agroecossistemas protagonizados pelas mulheres. Seu manejo, formas de cultivo,



variedade produtiva, etc., apresentam maior diversidade de espécies e ampliam seu significado para espaços de resistência e de práticas de cuidado e preservação da vida, percebida de forma holística e complexa, uma relação com a vida dos animais humanos e não humanos, espirituais e míticos, espaço que comporta a cultura e dá sentido à permanência, à pertença e às lutas em defesa dos territórios e do modo de vida da agricultura familiar e camponesa que estamos apresentado aqui.

Tabela 3- Espécies mapeadas

ESPÉCIES								
Nome Vulgar		Nome Científico	Nome Vulgar		Nome Científico	Nome Vulgar		Nome Científico
Tomate Cereja	LVE	<i>Solanum sp.</i>	Coloral (Urucum)	TEM	<i>Bixa orellana</i>	Melancia	FRU	<i>Citrullus lanatus</i>
Abóbora (Jerimum)	LVE	<i>Cucurbita moschata L.</i>	Couve	LVE	<i>Brassica oleracea, L</i>	Melão	FRU	<i>Cucumis melo</i>
Acerola	FRU	<i>Malpighia glabra, L.</i>	Espinafre	LVE	<i>Spinacia oleracea, L.</i>	Meracilina	FRU	N.I
Alecrim	PME	<i>Rosmarinus officinalis, L.</i>	Fava	FEI	<i>Canavalia, sp.</i>	Milho verde	CER	<i>Zea mays</i>
Alface	LVE	<i>Lactuca sativa, L.</i>	Feijão	FEI	<i>Phaseolus sp.</i>	Morango	FRU	<i>Fragaria sp.</i>
Azeitona	OUT	<i>Olea europaea</i>	Feijão Maduro	FEI	<i>Phaseolus sp.</i>	Nabo	LVE	<i>Brassica rapa sp.</i>
Banana	FRU	<i>Musa sp.</i>	Feijão Pardo	FEI	<i>Phaseolus sp.</i>	Pimenta	TEM	<i>Capsicum sp.</i>
Banana maçã	FRU	<i>Musa sp.</i>	Feijão Verde	FEI	<i>Vigna unguiculata</i>	Pimenta de Cheir	TEM	<i>Capsicum chinense</i>
Batata doce	RTU	<i>Ipomoea batatas (L.) Lam</i>	Feijão Guandú	FEI	<i>Cajanus cajan</i>	Pimentão	LVE	<i>Capsicum annum, L.</i>
Berinjela	LVE	<i>Solanum melongena, L.</i>	Goiaba	FRU	<i>Psidium guajava, L.</i>	Pimentinha	TEM	<i>Capsicum sp.</i>
Beterraba	RTU	<i>Beta vulgaris, L.</i>	Graviola	FRU	<i>Annona muricata, L.</i>	Pinha	FRU	<i>Annona squamosa</i>
Cajá	FRU	<i>Spondias mombin</i>	Hortelã	PME	<i>Mentha villosa, Huds.</i>	Pitomba	FRU	<i>Talisia esculenta</i>
Cajú	FRU	<i>Anacardium occidentale,</i>	Jaca	FRU	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Quiabo	LVE	<i>Abelmoschus esculentus, (L.)</i>
Capim Santo	PME	<i>Cymbopogon citratus</i>	Laranja	FRU	<i>Citrus sp.</i>	Rabanete	LVE	<i>Raphanus raphanistrum</i>
Caxixi	LVE	N.I	Laranja mimo	FRU	<i>Citrus sinensis L.</i>	Romã	FRU	<i>Punica granatum, L.</i>
Cebola	LVE	<i>Allium cepa, L.</i>	Laranja lima	FRU	<i>Citrus limettioides Tanaka</i>	Rúcula	LVE	<i>Eruca vesicaria ssp.</i>
Cebolinha	TEM	<i>Allium fistulosum L.</i>	Limão	FRU	<i>Citrus sp.</i>	Salsa	TEM	<i>Petroselinum crispum</i>
Cenoura	LVE	<i>Daucus carota, L.</i>	Macaxeira (aipim)	RTU	<i>Manihot esculenta L.</i>	Salsinha	TEM	<i>Petroselinum sativum, L.</i>
Cheiro Verde (Temper)	TEM	<i>Petroselinum crispum</i>	Malva Grossa	PME	<i>Malva sylvestris</i>	Seriguela	FRU	<i>Spondias purpurea</i>
Erva cidreira	PME	<i>Melissa officinalis</i>	Mamão	FRU	<i>Caria papaya, L.</i>	Sorgo	CER	<i>Sorghum bicolor</i>
Coco	CNC	<i>Cocos nucifera</i>	Manga	FRU	<i>Mangifera indica</i>	Tangerina	FRU	<i>Citrus reticulata</i>
Coco seco	CNC	<i>Cocos sp.</i>	Maracujá	FRU	<i>Passiflora edulis, Sims</i>	Tomate	LVE	<i>Lycopersicon esculentum, Mi</i>
Coco Verde	CNC	<i>Cocos sp.</i>	Maxixi	LVE	<i>Cucumis anguria</i>	Verduras	LVE	N.L
Coentro	LVE	<i>Coriandrum sativum, L.</i>	Maxixi do Pará	LVE	<i>Cucumis sp.</i>	Pepino	LVE	<i>Cucumis sativus</i>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

Diante desses resultados percebemos a contribuição das mulheres para a segurança e soberania alimentar a partir do momento que elas escolhem plantar o maior número de espécies utilizadas na alimentação para autoconsumo, que é essencial para a subsistência familiar, em que se importam com o alimento de qualidade, e que proporcione melhor qualidade de vida. Para Oakley, 2004:



As mulheres têm um conhecimento muito sofisticado do seu próprio sistema agrícola e possuem critérios precisos para determinar as variedades a serem cultivadas. Quando solicitadas a enumerar as características desejáveis para o cultivo dos quintais domésticos, suas respostas revelaram não apenas um complexo processo de tomada de decisão, como também os múltiplos usos e manejos das variedades empregadas. Uma vez que o destino da produção é, antes de tudo, o consumo da família e não o mercado, as mulheres dão destaque ao sabor, à adaptação agroecológica, aos usos culinários e ao valor nutritivo dos alimentos cultivados. Todavia, elas também levam em consideração a produtividade e consideram que as variedades locais se desenvolvem bem nas condições dos quintais. (Emily Oakley, 2004, p.38)

Destacamos ainda o uso das plantas medicinais nas práticas dos cuidados e curas, vinculado à cultura e ao saber das mulheres. Outra questão que vale destacar é o conhecimento do manejo dos pequenos animais, como as galinhas, patos, codornas, porcos, que trazem diversos benefícios perceptíveis nos agroecossistemas manejados, seja para a SSAN, seja econômico, como também para o enriquecimento da agrobiodiversidades, proteção do solo e das áreas naturais, influenciando significativamente para o equilíbrio dos ecossistemas. Outra questão não menos importante envolve as abordagens ecológicas, se pensarmos que, quanto maior a biodiversidade, maior o trabalho para manejar e cuidar de todo sistema, sendo um tempo considerável de trabalho despendido pelas mulheres, aumentando assim a sua jornada de trabalho. Neste sentido, é urgente que ampliemos a discussão sobre a divisão justa do trabalho doméstico e o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres como parte da economia e sustentabilidade do agroecossistema, da família e da vida.

Precisamos romper com as análises econômicas clássicas que contribuem para a ocultação de toda uma complexidade que envolve a reprodução da vida e sobretudo o trabalho das mulheres. A visão dicotômica que separa e hierarquiza o trabalho produtivo x reprodutivo, trabalho de mulher (doméstico e a casa) x trabalho de homem (público e o roçado), trabalho de ajuda, etc., ainda hegemônica nas leituras economicistas no que tange a elaboração de políticas públicas, projetos de



desenvolvimento rural e construções de indicadores sociais, deve dar lugar ao aporte da economia feminista, das teorias feministas e da ecologia política com bases teóricas, metodológicas e políticas que tragam para o campo sociológico, agrônomo, econômico, político, filosófico, novas lentes de análises e novas questões que nos aproximem da realidade e que reconhece outros sujeitos e novas narrativas, rompendo com a epistême branca, eurocêntrica, heteropatriarcal, racista e classista.

Para Vandana Shiva (1998) a contribuição das mulheres ao desenvolvimento e à conservação da biodiversidade tem se mostrado como um não-trabalho e um não conhecimento, pois está sob a lógica do patriarcado, que subvaloriza e hierarquiza as mulheres e a natureza, que é percebida como feminina. A partir do proposto, reafirmamos a importância de sistematizar a produção das mulheres, visibilizar o saber transmitido, se tornando um potencializador para que outras mulheres disputem por políticas públicas, que seu trabalho seja visibilizado e reconhecido, assim como a sua real contribuição econômica na preservação e manutenção da agrobiodiversidade, protagonizando os espaços públicos, dando novos sentidos aos fazeres e práticas políticas e contribuindo para um processo de mudanças efetivas das relações de poder e democratização da vida.

5. Considerações finais

Este artigo aporta com uma contribuição ao debate sobre a importância das mulheres como produtoras de bens, indispensáveis para a reprodução da vida, que se materializa em suas práticas cotidianas como trabalhadoras e geradoras de renda (monetária e não monetária), como sujeitos econômicos e políticos, guardiãs da agrobiodiversidade, como detentoras de conhecimentos fundamentais para a reprodução do agroecossistema e da agroecologia, e que contribuem efetivamente



para a garantia da segurança e soberania alimentar de suas famílias, sua comunidade e seus territórios.

Tomando os quintais e os espaços do agroecossistema protagonizados pelas mulheres como locus de análise e sistematização desta pesquisa, reconhecemos que para elas são lugares de vida, onde preservam e mantêm a agrobiodiversidade, em que cultivam as plantas medicinais para o cuidado com a família, o espaço do lazer, das experiências produtivas, mas também vivenciam o sagrado, o espaço de paz e liberdade.

As reflexões dos dados realizada juntamente com as mulheres participantes possibilitam um processo de resignificação de seu trabalho, das relações de poder existentes dentre de casa, mas também no agroecossistema, reforça a importância da produção do miúdo para a economia, mas também para o autoconsumo, e sobretudo para o fortalecimento dos laços de sociabilidade nas comunidades e nos territórios através das práticas de doação e troca, e o fortalecimento da cultura local e da identidade destes povos. Amplia-se o olhar sobre a importância dos mercados, do acesso as políticas públicas, da preservação dos ecossistemas e biomas, das práticas de cuidado como parte central da vida.

Destacamos que esse processo de reflexão –ação- intervenção proporcionado pelas cadernetas agroecológicas, a partir de uma abordagem feminista, é contínuo e deve ser assumido como prática de uma nova ATER, mas também nos projetos de desenvolvimento rural, nas ações educativas, nos arranjos de políticas públicas e nos projetos de organização econômica e produtiva, que contribua para a construção da autonomia das mulheres e mudanças nas relações de poder.

As mulheres ao se apropriar dos instrumentos metodológicos propostos na pesquisa, principalmente as cadernetas agroecológicas, começam a perceber um instrumento para enfrentamento ao modelo econômico e as opressões patriarcais e



machistas que vivem, se auto reconhecendo como produtoras e trabalhadoras. Elas mudam a percepção consigo mesmas sobre o seu trabalho, mas também se reconhecem como sujeitos políticos para ao acesso às políticas públicas, no enfrentamento ao ciclo de violência e construindo estratégias conjuntas para a transformação da sociedade e das relações sociais.

Recebido em 31 de outubro de 2019

Aprovado em 07 de maio de 2020.



Referências

ALMADA, E; SOUZA, M. **Quintais: Memória, Resistência e Patrimônio Biocultural**. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2017. p. 20.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARNEIRO, Maria José. **Esposa de Agricultor na França**. Revista de Estudos Feministas

v. 4, n. 2, p. 341, 1996. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16807> Acesso em 28 de outubro de 2019.

CARDOSO, E.; JALIL, L.; ALVARENGA C.; WEITZMAN, R. **Guia metodológico da caderneta agroecológica**. Recife: FIDA, 2019, 38 p.

DUQUE-BRASIL, R; SOLDATI, G. T.; ESPÍRITO-SANTO, M. M.; REZENDE, M. Q.; D'ÂNGELO-NETO, S. e COELHO, F. M. G. **Composição, uso e conservação de espécies arbóreas em quintais de agricultores familiares na região da mata seca norte-mineira**. Brasil Sitientibus, série Ciências Biológicas. 2011, p. 287–297.

FAO. **Women – users, preservers and managers of agrobiodiversity**. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1999. 4p.

FLORENTINO, A. T. L.; ARAÚJO, E. L. e ALBUQUERQUE, U. P. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, município de Caruaru, PE, Brasil. Acta Botanica Brasilica, 2007, p. 37–47.

GONÇALVES, J. P; LUCAS, F. C. A. **Agrobiodiversidade e etnoconhecimento em quintais de Abaetetuba, Pará, Brasil**. R. bras. Bioci., Porto Alegre, v. 15, n.3, p. 119-134, jul/set 2017.

JALIL, Laeticia. **experiência do projeto/processo ater, feminismo e agroecologia na construção do conhecimento: caminhos epistêmicos e saberes políticos coletivos**. In: Rede feminismo e agroecologia do Nordeste / Org: Laeticia Medeiros Jalil, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Maria do Socorro de Lima Oliveira. – 1. ed. - Recife: Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, 2017, p. 23-38.

JALIL, Laeticia. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2009, p. 48-49.



OAKLEY, Emily. **Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural**. Revista Agriculturas, v. 1, n.1, p. 37-39, 2004. Disponível em: < <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-12-Quintais-dom%C3%A9sticos-uma-responsabilidade-cultural.pdf> > Acesso em: 28 de outubro de 2018.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Sistema de produção: Perspectiva de gênero**. Proposta. Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, 1997.

PACHECO, M.E.L. **Agricultura Familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero** In: Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Recife: GT Gênero. Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, p.20, 2002.

PASA, M. C.; SOARES, J. J. e GUARIM NETO, G.. **Estudo etnobotânico na comunidade de Conceição-Açu (alto da bacia do rio Aricá Açu, MT, Brasil)**. Acta Botanica Brasílica. v.19, n.2, 2005, p. 195-207.

PERNAMBUCO. **Plano estadual de recursos hídricos**. Recife: Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, 1998. Disponível em < <http://www.srhe.pe.gov.br>>. Acesso em 24 de outubro de 2019.

TELLES, L., JALIL, L., CARDOSO E., ALVARENGA C. R.. **Cadernetas Agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil**. In: ZULUAGA SÁNCHEZ, G.; CATARACORA-VARGAS, G.; SILIPRANDI, E. (coords.). Agroecología en femenino: Reflexiones a partir de nuestras experiencias. La Paz: SOCLA / CLACSO, 2018. p. 141-157.

SHIVA, Vandana. **El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade**. Barcelona: Icaria, 1998.

SILIPRANDI, Emma C. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.



A PERCEPÇÃO SOBRE OS QUINTAIS RURAIS POR MULHERES AGRICULTORAS DO SERTÃO DO PAJEÚ- PE

Nara Nara Pinilla

Jornalista com mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Posmex/UFRPE). Integrante do Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades.

E-mail: narapinilla@gmail.com

Maria do Socorro Lima Oliveira

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2011). Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2006). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2001). Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Pró-Reitora de Ensino de Graduação da UFRPE.

E-mail: socorrololiveira@gmail.com

RESUMO

Os quintais rurais desempenham um importante papel na conservação e reprodução de sementes e espécies nativas e na diminuição da vulnerabilidade econômica e social das famílias agricultoras. No entanto, culturalmente, esses espaços são vistos como extensão da casa e por isso área de influência e trabalho das mulheres. Diante desse cenário, o presente artigo aborda a divisão sexual do trabalho a partir da percepção que mulheres agricultoras têm dos quintais rurais.

Palavras-chave: Economia feminista; Trabalho; Autonomia e conservação da agrobiodiversidade.

THE PERCEPTION OF RURAL BACKYARDS BY FEMALE FARMERS FROM SERTÃO DO PAJEÚ-PE

ABSTRACT

Rural backyards play an important role in the conservation and reproduction of seeds and native species and in reducing the economic and social vulnerability of farming families. However, culturally, these spaces are seen as an extension of the house and therefore an area of influence and work for women. Given this scenario, this article addresses the sexual division of labor based on the perception that female farmers have of rural backyards.

Keywords: Feminist economy; Labor; Autonomy; Conservation of agrobiodiversity.



Introdução

Nas áreas rurais do Brasil, o quintal é o espaço onde ocorrem as atividades não comerciais mais importantes na pequena propriedade, desempenhando um papel central no autoconsumo e fornecendo uma importante fonte de nutrientes, fibras, vitaminas e minerais para as famílias agricultoras (AMBRÓSIO *et al*, 2006). Para Oakley (2004), os quintais contribuem para preservação de espécies nativas e adaptação de variedades locais. Por consequência, ocupam um importante papel na manutenção do legado cultural. Além disso, os quintais também contribuem com respostas à crise socioambiental e inspiram alternativas ao modelo hegemônico de produção agrícola (ALMADA E SOUZA, 2017).

Sendo assim, o quintal é um espaço não apenas caracterizado por fenômenos biológicos, mas também sociais e culturais, que refletirão as necessidades e interesses contingentes a um grupo. Quanto espaço social, o quintal mobiliza diferentes significantes e sentidos de uso e filosóficos para as famílias agricultoras.

Um quintal rural no Semiárido tem elementos de fauna e flora diferentes do que um localizado na Região Amazônica, por exemplo. O mesmo pode-se dizer da experiência vivida e das práticas culturais dessas famílias nesses espaços. É nos quintais que os agricultores e agricultoras experimentam e aprendem novas técnicas de cultivo, produzem saberes, preservam a agrobiodiversidade e vivenciam experiências. É também a aproximação mais imediata dos jovens e crianças com o modo de vida da agricultura familiar. Conseqüentemente, em diferentes regiões e territórios a cosmologia acerca dos quintais rurais imprime diferentes processos de mediações culturais com esse



espaço. A experiência é peça fundamental no modo como essa racionalidade é estabelecida (PINILLA, 2019).

No entanto, culturalmente, são as mulheres as responsáveis pelas tarefas ligadas ao desenvolvimento e manutenção dos quintais, incluindo a preparação da terra, limpeza, colheita e o armazenamento de sementes. (OAKLEY, 2004). São elas que possuem um significativo conhecimento sobre as espécies e os recursos genéticos, assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar (PACHECO, 2002).

Se de um lado temos a casa e o seu prolongamento – o quintal- como lugares identificados como feminino e como espaço de reprodução dos princípios da sociedade camponesa, do outro, há os espaços públicos, notadamente masculino, de definição dos interesses dos grupos familiares nas suas inter-relações sociais (CARNEIRO, 1996). Por concepções de base cultural, a presença da mulher na produção agrícola ainda é vista como "ajuda", cabendo ao homem a função de provedor e a mulher os encargos maternos e domésticos (PANZUTTI, 1996).

Nesse contexto, os quintais têm recebido uma atenção especial do movimento feminista que está articulado na construção do movimento agroecológico no Brasil nos últimos anos. Ao apontar a constituição do espaço rural e dos agroecossistemas como crivados por relações de poder, as feministas chamam atenção para como as mulheres rurais são invisibilizadas nas análises e no acesso às políticas públicas.

2. Material e método

O presente trabalho foi desenvolvido no Sertão do Pajeú, microrregião inserida na mesorregião do Sertão Pernambucano, localizada na região semiárida do país. A população total estimada é de 395.293 habitantes. A região é distante



314 km de Recife, a capital do estado – tomando Sertânia, o município mais próximo, como referência. Possui uma área de 13.350,30 Km², o que corresponde a 14,04% do Sertão de Pernambuco. O nome do Território vem do Rio Pajeú, nome também dado a uma espécie vegetal encontrada na região (*Triplaris Polygonaceae*), hoje em extinção. O nome Pajeú vem do tupi aîé'y, que significa "rio dos pajés", através da composição de paîé (pajé) e 'y (rio). Há ainda uma outra variável que diz que o nome significa “pajé + (h)ú” = come/ bebe, ou seja, “pajé come ou bebe”¹.

Para a elaboração deste artigo foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, com um roteiro base de 20 perguntas, com uma agricultora do município de Ingazeiras, uma do município de São José do Egito e duas no município de Itapetim, totalizando quatro entrevistas. Os roteiros foram estruturados de modo a compreender a relação estabelecida entre as agricultoras com o quintal, com foco nas suas percepções sobre o espaço a partir de temas como trabalho, autonomia e conservação da agrobiodiversidade. Algumas das perguntas também abordavam os sentidos e significados dado pelas agricultoras a esse espaço. São elas: “O que é o quintal para você?” ; “Onde começa e onde termina seu quintal?”; “Quais atividades você desenvolve no quintal?”; “Você gosta de trabalhar no quintal? Por quê?”; “Qual é a sua atividade preferida desenvolvida no quintal? Por quê?”; “Que outras pessoas trabalham no quintal?”; “Que membro da família decide quais são as atividades desenvolvidas no quintal?”; “Você vende a produção do seu quintal? Onde?”.

Todas as entrevistas foram realizadas na residência das agricultoras e foram registradas através de gravador de voz. Ressalta-se que foi solicitado a autorização para gravação. As participantes também assinaram o Termo de

1 Significado de ú, Pequeno Dicionário Tupi-Português (1951, p. 155). Disponível em: < http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Abarbosa-1951-pequeno/barbosa_1951_tupi-portugues.pdf >. Acesso em: 23 de Jul. de 2019.



Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Em respeito ao anonimato das agricultoras e as informações sobre a vida pessoal de cada uma delas, todas foram identificadas através de um número: Entrevistada 01, Entrevistada 02, Entrevistada 03, Entrevistada 04.

3. Aprendizados a partir da Economia Feminista

Segundo Gema Esmeraldino (2009), o trabalho produtivo como constituidor da identidade e da autoridade masculina requer a invisibilização do trabalho feminino. Isso é especialmente verdadeiro em sociedades capitalistas, onde há uma integração periférica da mão de obra feminina, revelando que as mulheres têm sido pensadas em termos de sujeito sexuado. A alienação e o trabalho reprodutivo, visto como improdutivo por supostamente não gerar lucro, é, não obstante, fundamental para reprodução do próprio sistema (SAFIOTTI, 2013).

Ao abordar a divisão sexual do trabalho fazendo um paralelo com o conceito de relação social, Kergoat (2009) aponta que há dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos para homens e trabalho para mulheres) e o princípio hierárquico (ao trabalho de homens e mulheres são dados valores distintos). Um exemplo disso é o trabalho de produção de alimentos para autoconsumo nos quintais ou ainda o plantio de plantas medicinais para o cuidado da saúde da família:

No campo essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma, historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado. (FARIA, 2009, p.19)



Diante desse cenário, muitas feministas têm chamado atenção para a necessidade de questionar a economia clássica, reivindicando a necessidade de um olhar específico sobre as questões de gênero. Ao tomar como objeto de análise exclusivamente as atividades mercantis articuladas à produção capitalista, a economia ignora a divisão sexual do trabalho e oculta o trabalho familiar e doméstico. O mercado formal, o lucro, o comércio e as relações econômicas institucionalizadas, ou seja, as esferas monetizadas, passam a também definir o que é considerado a normalidade econômica.

Para Cristina Carrasco (2003), esse conflito desvela uma tensão profunda nos fundamentos do sistema social e econômico que, de modo contraditório, buscam a obtenção de lucro, mas, ao mesmo tempo, requerem o cuidado com a vida humana. Antonella Picchio (2012) aponta que essa separação entre a esfera pública e mercantil e entre a esfera doméstica e reprodutiva no âmbito analítico serve apenas para ocultar a tensão e para descarregar nas mulheres a responsabilidade sobre a qualidade de vida. Dentro dessa perspectiva, a sustentabilidade da vida deve ser considerada na sua dimensão de partilha de responsabilidades não apenas entre os indivíduos, mas também entre as esferas institucionais. Por isso, é necessário situar o processo de reprodução social da classe trabalhadora, uma vez que “as condições de uma vida sustentável não podem ser definidas de forma abstrata. Elas requerem especificação do contexto e do ponto de vista histórico” (PICCHIO, 2012, p. 18). Julie Matthaei (2002) acredita que a construção de um conhecimento verdadeiramente objetivo e libertador passa pela fusão de análises econômicas baseadas em classe, gênero e raça.

4. Resultados e discussão

Para Milton Santos (1994), é necessário retomar o espaço banal, o espaço vivido comunitariamente, ou seja, o território de todos e nos limites de trabalho de todos, em contraponto a um espaço global habitado por um processo



racionalizador e ideológico de origem distante, que chega a “cada lugar com os objetos e as normas estabelecidas para servi-lo” (1994, p. 18). É preciso afastar a noção do território como a serviço exclusivamente de alguns.

Sendo assim, para as mulheres rurais, o quintal é o espaço de vivência, dos encontros, das tarefas cotidianas, dos afetos, da beleza da vida, do alimento para os filhos, das flores que fazem a vida mais leve e mais bonita, das pequenas delicadezas, dos animais que de manhã esperam alguém acordar para receber o alimento, a primeira imagem que enxergam ao abrir a porta de casa e começar o dia. Ou ainda, é o espaço da possibilidade e concretude da autonomia, de ressignificar o trabalho e fortalecer o ser mulher e ser agricultora. Mas é também o espaço de tensões, onde se expressa de modo visível a divisão sexual do trabalho, os conflitos, as violências e a invisibilidade (PINILLA, 2019), como veremos a seguir:

P: Como é que você define teu quintal, o que é o quintal para você? R: Ah, fia, é tudo. É de onde sai a minha renda mesmo. É do quintal. P: E o que que você considera como a área do quintal? R: Menina, é ao redor da minha casa todinha aqui descendo. P: É tudo quintal, então? R: Tudo quintal. eu comecei nesse pequenininho, aí depois eu cresci mais, por causa das fruteiras. Tem bastante, eu tenho 35 pés de acerola, minha gente, imagina eu apanhando sozinha. P: Onde termina o teu quintal? R: E termina no roçado aqui do lado. (ENTREVISTADA 01, 2019)

P: Onde começa e onde termina seu quintal? R: Onde começa... Ele começa bem aqui ao lado da porta da cozinha e termina lá embaixo lá bem perto o rio. (...)Então, para senhora, o quintal é essa parte que está ao redor de casa e mais um pouco também, ou não? R: E mais um pouco, porque quando chove eu já passo do quintal. Se depois você quiser dar uma olhadinha eu passo do quintal e já começo a plantar também. P: Então se quintal fica maior na época da chuva? R: Na época da chuva ele fica maior. Porque como a terra tá molhada, claro, eu já aproveito outros espaços que não pega no quintal. Mas já vou poupando a água, porque quando estou lucrando lá, a água aqui espera para quando a chuva passar. Fica água guardada para aproveitar (ENTREVISTADA 02, 2019)

A Entrevistada 03 (2019) aborda o quintal também através de uma perspectiva de área de trabalho da mulher, por consequência:



(...), pra mim, eu saí plantando em torno, é tudo meu quintal, plantei bananeira, manga, acerola, graviola, e um quintal de hortaliça que faz parte do meu quintal que eu plantava cenoura, batata doce. Aí alface, cebolinha, tomate cereja, repolho, pimentão, melancia. (...). (ENTREVISTADA 03, 2019)

Ao serem questionadas se gostavam de trabalhar no quintal, as agricultoras todas responderam que sim, que encontravam no espaço satisfação e resultados concretos para satisfazer as necessidades da família. De acordo com a Entrevistada 01 (2019), *“Eu gosto de tá lá dentro (do quintal). Como vivo sozinha agora, gosto só mesmo de tá nos matos, lá pra horta.”*

(...) Ave Maria, eu aaaaamo. Eu gosto, ave Maria, é uma das coisas melhor. Eu comecei a plantar um dia, fui a uma reunião e era na casa que tava numa comunidade vizinha, e as menina dando a reunião e eu me interesse e comecei. Aí comecei a plantar até fazer a casa. Aí antes de fazer a casa eu comecei plantando. Aí plantei acerola, coqueiro. Fui plantando, fui plantando. (...) (ENTREVISTADA 03, 2019)

O quintal pra mim eu acho um a vida. Porque é lá onde a gente produz. Eu digo a gente porque não é eu só, sabe. É eu e ela. Nós produz o nosso alimento, né, nossas frutas, verduras, e é tudo sem agrotóxico. É uma coisa pura, por isso que eu digo que é uma vida. Quando você tá comendo uma coisa sadia é vida. (ENTREVISTADA 02, 2019)

Uma das perguntas feitas durante as entrevistas foi o porquê mulheres agricultoras “gostam” de trabalhar no quintal. As respostas são especialmente valiosas para exemplificar o que teoricamente foi discutido neste trabalho: a divisão sexual do trabalho. É a partir de relações sexuadas que cada membro da família organiza seu tempo, a maneira como são realizadas as tarefas diárias, quem deve realizá-las, demonstrando de que modo as tarefas foram definidas como sendo atividades de “homens” ou atividades de “mulheres”.

P: Você me disse que ele (o marido) passa mais tempo no roçado e você mais tempo no quintal. Por que você acha que cada um dedica mais tempo a cada um dos espaços? R: Acho que porque eu acho mais perto o quintal que o roçado. P: Mas você acha mais perto do que? R: Fica mais perto de eu tomar conta da casa também, né, da comida. (ENTREVISTADA 01, 2019)

Eu acho até porque o tempo é mais pouco. Porque aí não dá tempo de cuidar de casa, de menino, e cuidar de tempo mais no roçado. Aí fica



mais fácil. No meu caso ainda é pior, porque aí tem um filho especial, aí vai diminuindo o tempo. (ENTREVISTADA 03)

Qualquer horinha que você tiver, espacinho, cê vai ali e pronto. Mas eu não passo o dia todo no quintal, não. Mas eu trabalho no quintal. (...) Posso fazer qualquer hora, à tardinha, ou então cedinho, antes do café já posso ir lá. Pra ajeitar uma coisa. Eita eu tinha isso pra botar, anoiteceu e não fui, mas amanhã cedinho eu vou. E se for lá longe não dá.(...) eu tenho que conciliar o de casa e o quintal (ENTREVISTADA 02, 2019)

5. Considerações finais

A partir do depoimento das agricultoras é possível perceber que existe uma coextensividade na relação casa-quintal. É a centralidade da casa como lugar da família, do trabalho doméstico e de cuidados que influencia, por conseguinte, a percepção sobre o trabalho em diferentes lugares na propriedade. Apesar de existir um flagrante delimitação e hierarquização dos espaços de trabalho de homens e mulheres e no reconhecimento e validação que esses espaços recebem nas famílias e na sociedade, as mulheres rurais reconhecem os quintais como espaço de trabalho, produção de alimentos, geração de renda e lazer.

Sendo assim, o quintal não é um espaço aleatório, que suporta elasticidade e diferentes concepções sobre os limites que definem seu marco zero espacial, ele começa na porta de casa. O mesmo não se pode dizer sobre os limites do seu fim. É capacidade de trabalho da agricultora e da família, a infraestrutura disponível, o acesso à água, o acesso à terra, fatores geracionais, por exemplo, que definem seus limites finais. A partir dessas variáveis, os limites podem ser maiores, menores ou mudar ao longo do tempo e das condições climáticas, econômicas e sociais.

Recebido em 30 de outubro de 2019.

Aprovado em 16 de março de 2020.



Referências

- ESMERALDO, Gema. **O Protagonismo Político de Mulheres Rurais Por seu Reconhecimento Econômico e Social**. In: PESSANHA, D; MEDEIROS, L. S. (Org). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos político*. Niterói : Alternativa, 2013.
- AMBRÓSIO, L. A. et al. **Diagnóstico da contribuição dos produtos do quintal na alimentação das famílias rurais: Microbacia D'água F., Vera Cruz**. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 26, n. 7, jul. 1996.
- ALMADA, E; SOUZA, M. **Quintais: Memória, Resistência e Patrimônio Biocultural**. Belo Horizonte: EdUEMG,. 191 p. 2017.
- CARNEIRO, Maria José. **Esposa de Agricultor na França**. *Revista de Estudos Feministas* v. 4, n. 2, p 338-356, 1996. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16807> > Acessado em 12 de março de 2018.
- CARRASCO, Cristina (ed). **Mujeres y Economía: Nuevas Perspectiva Para Viejos y Nuevos Problemas**. 2º ed. Barcelona:Icaria Editorial. 2013.
- FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: Andrea Butto (Org). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília : MDA, 2009
- KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo** In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75.
- MATTHAEI, Julie. **Por que os/as economistas feministas/ marxistas anti-racistas devem ser economistas feministas/ marxistas anti-racistas?**. In (org) FARIA,N; NOBRE,M. *Economia Feminista (Coleção Cadernos Sempre Viva)*, 2002, 104 p.
- OAKLEY, E. **Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural**. *Revista Agriculturas*, v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004. Disponível em: < <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-12-Quintais-dom%C3%A9sticos-uma-responsabilidade-cultural.pdf> >
- PACHECO, Maria Emília. **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico**. Encontro Nacional de Agroecologia. 2002.
- PANZUTTI, Nilce. **Mulher Rural: Eminência Oculta**. *Cadernos CERU*. Série 2 nº, 1997. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/74975> > Acesso em 23 de fevereiro de 2018.



PICCHIO, ANTONELLA. A economia e a pesquisa sobre as condições de vida. In: **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012. p. 13-28. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 3).

PINILLA, Nara. **Mulheres Rurais Feminismo e Agroecologia: Um olhar sobre os Quintais no Sertão do Pajeú**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, p 170, 2019)

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**, 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, 528 p.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.



ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

A **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** é uma publicação semestral do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Campus Dois Irmãos. Define-se como um periódico científico que se dedica à publicação de artigos, resultantes de atividades de pesquisa, resenhas, traduções e entrevistas. Propõe-se a divulgar a produção acadêmica nas Ciências Sociais e áreas afins.

São aceitos para a publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** artigos científicos inéditos, caracterizados como de interesse à difusão de ideias e ao desenvolvimento das áreas de Ciências Sociais e áreas afins.

O material para publicação deverá ser encaminhado de acordo com o disposto nas normas para publicação da revista. Os autores, ao submeterem artigos para publicação na Revista **Cadernos Ciências Sociais da UFRPE**, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração de direitos autorais, isentando o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e o Comitê Editorial da Revista, de qualquer responsabilidade.

Os trabalhos serão examinados pelo sistema *Double Blind Review*, no qual os autores não são identificados pelos pareceristas em nenhuma fase do processo da avaliação e vice-versa.

Os artigos científicos submetidos à análise para publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** devem ser originais, não tendo sido publicados em outros meios de comunicação ou estarem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Devem apresentar contribuição para o debate nas Ciências Sociais e áreas afins.

Os artigos poderão ser escritos por até 3 autores e conter no mínimo 15 páginas e no máximo de 20 páginas, sem as referências.

Somente serão aceitas submissões de trabalhos em que o primeiro autor possua titulação mínima de mestre.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, o(s) autor(es) deve (m) anexar o arquivo com o artigo sem qualquer identificação no texto. Um arquivo complementar deverá ser anexado com a identificação do(s) autor(es) devendo-se incluir nome **completo, vínculo institucional, vínculo com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, endereço postal e eletrônico**. Neste arquivo pode-se incluir também notas de agradecimento a pessoas ou instituições financiadoras e/ou outras desejadas pelo(s) autor(es).



Os artigos serão avaliados pelo sistema *Peer Review* – Revisão por pares.

Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, em conformidade com o Regulamento da Revista. Os autores que tiverem seus artigos publicados receberão 2 (dois) exemplares do número da Revista.

O envio do artigo a Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** implica autorização para publicação, ficando acordado que não serão pagos direitos autorais de nenhuma espécie. Uma vez publicados os textos, a Revista se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo sua posterior reprodução como transcrição e com devida citação de fontes.

O artigo a ser submetido deve conter:

- a) título: que represente adequadamente o conteúdo do trabalho, com no máximo 17 (dezessete) palavras, em negrito, fonte 12, centralizado;
- b) resumo: em 1 (um) único parágrafo que contenha objetivo, metodologia, os principais resultados e conclusões, com até 6 linhas, fonte 12, espaçamento simples;
- c) palavras-chave: no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) – Conforme **Norma 6028** da ABNT;
- d) *abstract* (tradução do resumo para a língua inglesa);
- e) *keywords*;
- f) introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento (revisão, resultados e discussões), conclusões ou considerações finais. Não necessariamente com estes títulos;
- g) referências: devem seguir as especificações adotadas pela ABNT e listadas, em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.

Os trabalhos devem ser encaminhados exclusivamente pelo sistema: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais>

Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE.
Editor - Professor Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva
E-mail: revistacadernosociencias@ufrpe.br